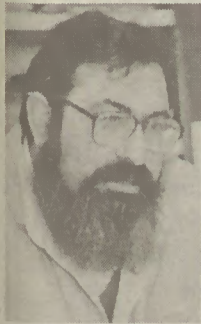
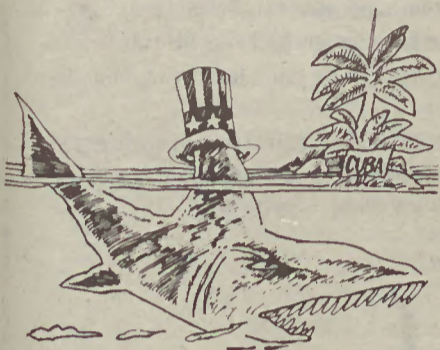


## No ensino nada de novo



António Avelãs, vice-presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e do Secretariado da Fenprof afirma ao «Avante!» que as novas medidas de acesso ao Ensino Superior não resolvem as questões de fundo.

Centrais



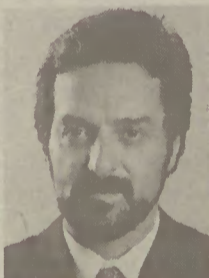
## CUBA EUA agravam bloqueio

A pretexto dos incidentes com dois aviões norte-americanos abatidos pelas autoridades cubanas, e enquanto Cuba solicita um inquérito e o Conselho de Segurança da ONU deplora os factos e aguarda explicações, os EUA agravam o bloqueio e não excluem uma «intervenção militar».

Pág. 15

## EM FOCO

## O estatuto do Poder Local



Luís Sá

Avolumam-se pressões para o Poder Local assumir encargos sem os meios correspondentes, em especial na área social, polícias municipais e outras, que constituem novos factores de inquietação.

Pág. 18

## SETÚBAL

## Mata Cáceres admite irregularidades na Câmara Municipal

Pág. 32

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 29 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1161 • Director: Carlos Brito

## Reuniu o Comité Central do PCP

# CC marca XV Congresso

O Comité Central do PCP, reunido nos dias 25 e 26 de Fevereiro, centrou fundamentalmente os seus trabalhos em alguns aspectos mais relevantes da situação política, na discussão dos problemas da Juventude e tarefas do Partido com vista ao reforço da sua influência nesta área e à preparação do V Congresso da JCP e na análise de grandes questões a debater para a preparação do XV Congresso do PCP, a realizar nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro, no Porto.



Págs. 19 a 21

## Santo Tirso

# Mudar de governo não bastou

Aos protestos dos trabalhadores responderam as autoridades com a violência.



Mas, se não fosse a firmeza dos trabalhadores, as máquinas já teriam sido retiradas e a viabilização seria agora impossível. A unidade, a vigilância e a disponibilidade para prosseguir o duro combate por objectivos justos mantêm-se na ordem do dia, tal como a solidariedade para com o pessoal daquela empresa têxtil.

Pág. 5

## EDITORIAL

## Preparar o futuro

O plenário do Comité Central do PCP, efectuado nos dias 25 e 26 de Fevereiro, esteve extremamente atento às questões da situação política presente, relativamente às quais aprovou orientações e actuações, mas distinguiu-se sobretudo pela abordagem e o aprofundamento de matérias que apontam para o futuro.

Estiveram naturalmente na mesa de trabalho do órgão máximo do PCP entre Congressos as questões candentes do Orçamento do Estado, do «acordo de concertação social», do programa de privatizações, do desemprego, da revisão da Constituição, mas a reunião dedicou, desta vez, uma atenção muito especial e aturada à preparação do XV Congresso, à campanha de recrutamento a realizar no âmbito das comemorações do 75º aniversário, ao trabalho do Partido entre a Juventude e ao V Congresso da JCP.

Tratou-se, então, nesta reunião de Fevereiro do CC do PCP, de responder ao presente e preparar o futuro, que é o que acontece quando se discute a juventude e o trabalho do PCP e da JCP junto dela, mas também quando se discute o Partido, o seu fortalecimento, alargamento e rejuvenescimento.

Em relação à preparação do XV Congresso foram dados passos importantes com a deliberação sobre a data e o local para a sua realização, a discussão e aprovação de alguns pontos fundamentais de referência e algumas questões a aprofundar e a debater e a fixação dos grandes objectivos, que constam da Resolução Política que publicamos na íntegra, na presente edição do «Avante!».

O trabalho concreto para que o XV Congresso represente efectivamente «um novo fôlego na iniciativa e na acção do PCP» pode agora prosseguir em melhores condições, tanto na discussão a travar no interior do Partido e deste com a sociedade, como na posterior elaboração dos documentos que hão-de ter a aprovação final nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro, no Porto.

A Campanha Nacional de Adesão ao PCP vai acompanhar, com dinâmica própria, os trabalhos preparatórios do Congresso. Revestindo também a maior importância para o futuro do Partido, a sua marcha pode constituir um importante contributo para o êxito do Congresso. Ao fixar o objectivo de 5000 novos militantes do PCP, o Comité Central confia naturalmente que todas as organizações e membros do Partido farão o seu melhor para corresponder ao crescente poder de atracção do PCP, que todos os indicadores confirmam.

O Comité Central travou, a propósito da situação da juventude e do trabalho do PCP e da JCP junto dela, uma discussão prolongada, participada e muito viva, a reflectir a crescente sensibilização das estruturas do Partido para o papel da juventude no futuro do PCP e do País.

A discussão revelou aspectos positivos, tanto de natureza objectiva como subjectiva, salientando-se, entre eles, a adesão e a aproximação ao PCP e à JCP, que se está a verificar, de um número significativo de jovens.

Verificaram-se igualmente insuficiências que urge ultrapassar, importando que seja de facto conferida prioridade ao trabalho junto da juventude, a todos os níveis da actividade do Partido, no discurso e na mensagem da Direcção, na distribuição de forças e na afectação de recursos a nível central, regional e local e na própria imprensa partidária, em especial no «Avante!».

Foi também salientada a valiosa acção desenvolvida pela JCP e o trabalho realizado pelos jovens comunistas que asseguram a sua direcção nos diferentes planos, destacando-se a necessidade de um muito maior apoio à sua actividade para serem superadas insuficiências que persistem e se verifique um indispensável «impulso no desenvolvimento e intensificação da sua intervenção junto da juventude».

Por isso mesmo, o Comité Central fez um apelo especial às organizações do Partido para apoiarem por todas as formas possíveis o V Congresso da JCP.

*Tratou-se, então, nesta reunião de Fevereiro do CC do PCP, de responder ao presente e preparar o futuro, que é o que acontece quando se discute a juventude e o trabalho do PCP e da JCP junto dela, mas também quando se discute o Partido, o seu fortalecimento, alargamento e rejuvenescimento*

Como se disse no início, o Comité Central conferiu grande atenção à situação política presente e em especial à actuação do Governo.

Neste sentido, reveste uma particular acuidade a caracterização, feita na Resolução Política aprovada na reunião, das «concepções e orientações» governamentais, ao fim de quatro meses de actividade do executivo PS.

Aqui a resumimos, nos quatro traços em que foi apresentada: a continuidade da sujeição às políticas de Maastricht; a subordinação aos interesses e exigências dos círculos do grande capital; a ideia de

que a competitividade da economia nacional tem que ser assegurada pela contenção dos salários e pela «flexibilização» da legislação laboral; a resignação face à perspectiva do aumento de desemprego.

É inquestionável que são estas orientações que estão subjacentes à proposta do Orçamento de Estado, ao programa de privatizações, ao «acordo de concertação social», chamado de curto prazo, firmado pelo Governo com as confederações patronais e a UGT e às ideias que têm sido expandidas pelo Governo para um chamado acordo de «concertação estratégica».

São estas orientações que merecem os aplausos patronais e confirmam a continuidade, em opções essenciais, e, em alguns casos, até o agravamento da política seguida pelos governos do PSD.

É de salientar, no entanto, que as habilidades de discurso (para que o CC também chamou a atenção) com que o PS tem procurado escamotear esta realidade foram severamente comprometidas pelas imagens dos lamentáveis acontecimentos de Santo Tirso e as primeiras declarações governamentais, que o Comité Central do PCP firmemente condenou.

O País está mais alerta e o Governo do PS vai senti-lo na resposta ao «acordo de concertação social» e ao programa de privatizações e na oposição ao Orçamento.



Alvaro Cunhal com a juventude de Lisboa

## RESUMO

21  
Quarta-feira

O Ministério da Educação divulga as novas normas de acesso ao Ensino Superior ■ Realiza-se a segunda audiência do julgamento da ex-deputada do PSD António Coimbra, acusado de burla agravada e de ter defraudado o Estado em sete mil contos ■ O ministro da Defesa garante que Portugal não vai retirar forças da Bósnia ■ Depois dos funcionários da embaixada australiana em Jacarta não aceitarem o seu regresso, o grupo de timorenses que ali se tinha refugiado é detido pelas autoridades indonésias ■ Em Espanha, Jon Idígoras dirigente da coligação separatista Herri Batasuna, é preso, desencadeando-se a anunciada guerra letal contra a força apoiante da ETA ■ O ministro da Defesa russo afirma que a retirada da Tchetchénia seria uma prova de «fraqueza» por parte de Moscovo.

22  
Quinta-feira

Em Santo Tirso, a polícia carrega sobre os trabalhadores da têxtil Abel Figueiredo com gases lacrimogéneos, tiros de intimidação e bastonadas ■ O grupo parlamentar do PCP apresenta uma proposta de revisão do Plano Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto ■ O Governo aprova um projecto para a legalização de imigrantes oriundos dos PALOP com um período extraordinário para a regularização ■ António Guterres promete «tudo fazer» pelos timorenses, na abertura da conferência «Solidariedade da juventude indonésia - esperança para Timor Leste» ■ Jacques Chirac anuncia a supressão progressiva do serviço militar obrigatório em França ■ No País Basco, Floren Aoz, dirigente do Herri Batasuna, é alvo de um mandado de captura emitido pelo Tribunal de Justiça de Navarra ■ A Coreia do Norte propõe um plano destinado a prevenir o desencadear de uma nova guerra na península coreana, que as autoridades de Seul rejeitam de imediato.

23  
Sexta-feira

O Sindicato dos Professores anuncia que não irá assinar o acordo com o Ministério da Educação, que visa o aumento do número de anos da carreira docente ■ Boris Ieltsin instiga o seu Governo a esquecer um pouco as reformas liberais para pensar mais no povo, num gesto que os comunistas interpretaram como uma tentativa desesperada para captar o eleitorado ■ O Tribunal de Brescia iliba o antigo juiz Di Pietro, acusado de peculato e abuso de poder ■ A Casa Branca exorta Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi a acelerar o processo de paz em Angola.

24  
Sábado

Alvaro Cunhal participa num encontro com a juventude, em Lisboa ■ Daniel Bessa revela a intenção de vender os créditos do Estado em empresas falidas, pelo «preço que valerem» ■ Os genros do presidente

do Iraque, Saddam Hussein, são assassinados juntamente com o pai e dois irmãos, por alegados membros da sua própria família ■ O Sinn Fein exige garantia de que Londres participará nas negociações multipartidárias para «falar» com o IRA ■ A ETA reivindica o assassínio de Enrique Múgica ■ Em Itália, Lamberto Dini anuncia que vai liderar um novo projecto político nas próximas eleições.

25  
Domingo

O Comité Central do PCP inicia uma reunião de dois dias ■ Dois atentados em Israel, reivindicados pelo Hamas, fazem 25 mortos e 80 feridos ■ É levada a cabo uma manifestação em Dublin a favor do regresso à paz na Irlanda do Norte, ao mesmo tempo que se realizam iniciativas semelhantes em Londres, Belfast, Londonderry e Nova Iorque ■ Caças cubanos abatem dois aviões americanos, que Havana acusa de terem violado o seu espaço aéreo ■ A visita do enviado pessoal do Papa a Dili é marcada por diversos incidentes entre a polícia e timorenses que assistiam à missa.

26  
Segunda-feira

Depois dos trabalhadores da Abel Alves de Figueiredo cortarem a estrada em frente à fábrica, Daniel Bessa assegura a viabilização da empresa ■ Portugal anuncia que vai pedir a anulação dos acordos têxteis entre a União Europeia e a Índia e o Paquistão ■ A alguns dias da cimeira euro-asiática, os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE volta a adiar a divulgação da posição comum sobre Timor-Leste ■ O presidente dos EUA decide tomar uma série de medidas de represália contra Cuba ■ Durante a reunião que mantiveram, o Governo britânico e o Sinn Fein não acordam nenhuma data para o início das conversações multipartidárias na Irlanda do Norte ■ Em Israel, enquanto o parlamento antecipa as eleições gerais e se autodissolve, a direita ganha terreno nas sondagens ■ O administrador europeu de Mostar anuncia a decisão de abandonar o cargo ■ O número de aves afectadas pela maré negra provocada pelo petroleiro Sea Empress aumenta de dia para dia, ameaçando transformar-se numa hecatombe.

27  
Terça-feira

Realiza-se a reunião de quadros da ORL, com a presença de Carlos Carvalhas ■ As empresas de leasing credoras da Abel Alves de Figueiredo garantem que não retirar as máquinas da fábrica até quinta-feira ■ Referindo-se à posição que defenderá na cimeira de Banguocoque, António Guterres afirma que não deixará de defender os direitos humanos e Timor-Leste ■ O ministro da Defesa visita a ex-Jugoslávia ■ A Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) decide levantar as sanções aos sérvios da Bósnia ■ Por apenas um voto, o Governo inglês consegue vencer o debate parlamentar que encerrou o caso Iraquegate ■ A ONU pede a realização de um inquérito internacional ao abate dos dois aviões por forças cubanas.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socim Pereira Gomes  
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socim Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7-A,  
1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Limbó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lz. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00;	50 números: 24 750\$00
25 números: 3 487\$50	
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____ Telef. _____	
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

## ACTUAL

## Um zorrinho na capoeira

Quem de fora se vê confrontado com as abundantes notícias (nos jornais, nas rádios e até nas televisões) sobre as peripécias da vida interna do PS, pode, um pouco distraído, ficar com a ideia de que o problema é, numa imagem popular, a existência de um zorrinho que está a pôr em polvórosa a capoeira.

O «Expresso», de 17 de Fevereiro, ainda escrevia neste tom: «O chamado «Documento Zorrinho» (...) está a «incendiar» o PS.»

Mas mais explícito que outros jornais, já explicava numa longa peça, entre outras coisas, que o tal documento chegava «ao ponto de sugerir a possibilidade de simpatizantes do partido poderem vir a participar das decisões em pé de igualdade com os militantes». Foi também nesta peça que apareceu a revelação do envolvimento dos ex-plataformistas na operação Zorrinho.

Então, começou a perceber-se que o problema era mesmo muito sério e que revestia uma importância que extravasava o PS.

As fortes reacções ao documento que chegam a público, da parte de prestigiadas figuras socialistas, não podem deixar de suscitar a maior atenção.

Só em situações muito graves é que usam expressões, como as que são atribuídas, entre outros: a Tito Morais, «tentativa de golpe de Estado»; a Manuel Alegre, «subversão de valores»; a Manuel dos Santos, «desprezo pelo contraio com os militantes».

Estas indignadas palavras tornam-se, porém, compreensíveis se se confirmam certas teses atribuídas ao documento como a de que «o PS deve passar a actuar como um «interface» permanente (e de formato adaptado) a cada segmento do eleitorado».

Compreensível também parecia, neste quadro, a notícia sobre os

esforços de Guterres para apaziguar a contenda e demarcar-se da polémica.

Mas eis que Jorge Coelho, figura das mais proeminentes do Governo e da actual direcção do PS, volta à carga numa entrevista, também no «Expresso», onde assume a defesa aberta do «documento Zorrinho».

Mais do que isso, numa atitude que não pode deixar de acirrar os ânimos, insiste, para legitimar o documento, no argumento de que «vi independentes a viverem e a trabalharem mais para a vitória do PS do que muitos militantes do Partido».

É claro que isto dá razão aos que, brincando com o nome do responsável do documento, afirmam que por trás do zorrinho estão grandes raposas e raposões.

Não queremos intervir numa polémica que não é nossa, mas devemos salientar que ela merece a atenção da opinião democrática do país.

Julgamos que não é mera coincidência que o documento Zorrinho surja a par do acentuar da inflexão à direita na orientação e na actualização do governo do PS, especialmente evidente no «acordo de concertação social», no programa de privatizações, nas primeiras reacções governamentais aos condenáveis acontecimentos de Sto. Tirso e no sentido essencial do Orçamento do Estado.

Quanto aos zorrinhos, para terminar com a imagem popular que usámos no início, começam por assustar as capoeiras e, quando crescem, acabam por devorá-las.

■ Carlos Brito

## A lei de Clinton

Eis os factos: na manhã de 24 de Fevereiro, três aviões – pertencentes a uma coisa chamada «Irmãos do Socorro», que tem sede na Florida e diz ser uma «associação humanitária» (mas que passa o tempo em acções provocatórias e terroristas contra Cuba) – violaram o espaço aéreo cubano. A incursão foi detectada pelas autoridades cubanas que intimaram os pilotos a abandonar a zona.

Pouco depois das quinze horas desse mesmo dia, os três aviões voltaram: dois reentraram ostensivamente no espaço cubano e o terceiro – onde viajava o Chefe dos «Irmãos do Socorro» – à cautela, ficou ao largo, a ver em que paravam as modas. Os dois aviões que violaram o espaço cubano foram abatidos; o outro regressou à sua base, na Florida, onde o esperava aquilo a que o sempre bem informado «Público» chamaria «uma manifestação espontânea anticastrista».

Não sei quantas horas depois disto tudo, entra-me em casa, com a cara que é hábi-

to usar nestas ocasiões, o presidente Clinton. Segundo ele, Cuba teria violado «a lei internacional», coisa que se revestia de extrema gravidade e não podia ficar sem a merecida resposta. E, exibindo aquele rosto que me deixa sempre na dúvida sobre a matéria de que é feito (cera?, plástico?, qualquer especial liga de composição desconhecida?), garantiu, repetindo as declarações do Chefe dos «Irmãos do Socorro», que tudo acontecera em «águas internacionais». No dia seguinte, uma velha múmia chamada Warren Christopher reafirmou peremptoriamente esta tese e anunciou a convocação, pelos EUA, de uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU – «para discutir a resposta internacional apropriada». No mesmo dia, Clinton decretou uma série de sanções contra Cuba. Entretanto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cuba, exibindo dados concretos e incontestáveis demonstrou, sem margem para quaisquer dúvidas, a falsidade das conclusões do Governo dos EUA.

Mas a provocação estava em marcha; e os «públicos» de todo o mundo continuavam a falar do «derrube de dois aviões civis» e da «violação flagrante da lei internacional»; e as sanções estavam decretadas entre o «aumento da potência da Rádio Marti»... rádio-pirata que, obviamente respeitando todas as leis internacionais..., produz emissões provocatórias para Cuba a partir dos EUA.

Enfim e em resumo: o governo dos EUA fomenta e apoia acções terroristas contra Cuba; Cuba, legitimamente, defende-se; e Clinton decide que a lei internacional foi violada... por Cuba. Na verdade, Clinton está preocupado com os indícios de rompimento do bloqueio por parte de vários países. Na verdade, aproximam-se as presidenciais e Clinton precisa de mostrar a valentia que baste para assegurar a reeleição. Na verdade, Clinton não perdoa ao povo cubano o seu exemplo de coragem e de dignidade.

■ José Casanova

## Um «Forum» officioso?

Anuncia-se para o mês de Março a realização de um megalómano «congresso» de uma entidade associativa que dá pelo nome de «Forum da Educação».

Não sendo difícil de encontrar entre os conferencistas que foram convidados alguns que, com qualidade, vêm produzindo reflexão sobre temática educativa, esse facto não só não dispensa como torna até necessária alguma luz sobre os contornos políticos e os verdadeiros objectivos dos promotores da iniciativa.

Recorde-se que o «Forum da Educação» nasceu há pouco mais de um ano e meio da iniciativa dos responsáveis de uma lista que havia sido derrotada nas eleições para os corpos gerentes do mais importante sindicato de professores portu-

ses – o SPGL -, e que surgiu com o explícito propósito de oposição à direcção eleita pelos seus sócios (leia-se no *Diário de Notícias* de 9 de Junho de 1994 a notícia «lista derrotada organiza oposição à direcção do SPGL»).

O facto dos principais promotores do «Forum», como consequência do resultado do PS nas legislativas de 1 de Outubro, se terem transformado em *boys e girls* com *jobs* e de pisarem hoje as alcantifas da 5 de Outubro e da Gomes Teixeira, criou evidentemente um novo contexto, em que a vontade de interferir no sindicalismo e no associativismo docentes e de promover parcerias amáveis, a partir do interior do próprio Ministério da Educação e através dos recursos

e do perfume do poder, parece estar a transformar-se numa atracção verdadeiramente irresistível.

Observe-se, por exemplo, o paradoxal propósito dos que se sentam hoje do lado do governo nas mesas de negociação com os sindicatos, de promoverem neste «1º Congresso» do «Forum» o debate do «contributo do associativismo e do sindicalismo docente para a(s) identidade(s) de uma profissão»...

Num mundo afinal tão pequeno, a ficção desafia a própria realidade.

Será abusivo imaginar, por exemplo, o membro da Comissão Organizadora do «Forum» e simultaneamente adjunto do Gabinete da Secretária de Esta-

do da Educação e Inovação, Jorge Lemos, a bater à porta da sua responsável e a convidá-la cerimoniosamente para intervir na sessão de abertura? Ou imaginar outro membro da dita Comissão Organizadora, também acesor para a área educativa, António Teodoro, a apresentar o convite ao Excelentíssimo Senhor Ministro para fazer o «Discurso de Encerramento» para apresentar as suas magnas e genéricas propostas sobre o chamado *pacto educativo*?

Ou foi ao contrário que tudo isto aconteceu?

Ou não passa tudo de um sonho de quem adormeceu a sorrir, a visitar o *Conde de Abranhos*?

■ Edgar Correia

## DESORDEM mundial

o autêntico turbilhão de acontecimentos e processos marcantes da vida internacional no período recente, pareceu oportuno chamar a atenção para três.

**D**Cuba. Dois aviões ao serviço da acção contra-revolucionária, de espionagem e provocação contra Cuba foram derrubados por caças cubanos numa legítima e corajosa afirmação de soberania. A tensão nas relações EUA/Cuba sofreu um brusco agravamento. Clinton reúne o seu gabinete de crise, anuncia medidas de «retaliação», pressiona freneticamente para que o Conselho de Segurança, condenando Cuba, dê finalmente a cobertura que tem faltado à criminosa política dos EUA, visando estrangular a Ilha da Liberdade. Tão cínica operação dificilmente passará perante a opinião pública, mas encerra perigos que não podem ser subestimados e nos devem levar a intensificar a solidariedade com Cuba, a sua revolução e o seu povo. Os EUA fazem o mal e a caramunha. Os povos não se deixarão enganar.

**R**ússia. Vale tudo para assegurar o prosseguimento do violento processo de restauração capitalista e terceiro-mundização da Rússia que o seu povo recusa. Apesar de nas sondagens de opinião Ieltsin se encontrar remetido para um magro sétimo lugar, à falta de alternativa é em Ieltsin e na sua camarilha que (talvez em desespero de causa) o imperialismo continua a jogar praticamente em bloco. O corruio de visitas a Moscovo das últimas semanas, de La Charette a H. Kohl é significativo do seu nervoso empenhamento. E enquanto prometem mundos e fundos em troca «do prosseguimento das reformas», Ieltsin transfigura-se em opositor do seu próprio governo, dizendo que «esqueceu e não protegeu os que vivem apenas do seu salário, das suas reformas». Grotesco canto de cisne? Infelizmente não é certo. O controlo do aparelho de Estado e da comunicação social e a brutal ingerência do imperialismo nos assuntos internos da Rússia não devem ser subestimados. O FMI acaba aliás de entrar na dança com todo o seu peso, prometendo um crédito de 10 mil milhões de dólares, naturalmente condicionado ao «prosseguimento das reformas». O sinal é claro: ou Ieltsin ou o caos. Presume-se que será assim possível ajudar Ieltsin a passar à 2ª volta das Presidenciais, unir então em torno dele todo o campo «democrático» anticomunista que agora se encontra dividido e impedir o triunfo do candidato comunista. A ver vamos. Há-de chegar o dia em que os trabalhadores e o povo russo dirão finalmente «Basta!».

**A**rgélia. A extraordinária complexidade da situação não deve fazer esquecer uma sua determinante fundamental: os programas de «ajustamento estrutural» impostos pelo FMI. É aliás das suas nefastas consequências sociais que se alimenta o terrorismo fundamentalista fascizante. A greve geral recentemente desencadeada pela U.G.T.A., que mobilizou mais de 2 milhões de trabalhadores e paralisou o país durante dois dias, vem lembrar-nos aquela realidade. É sobretudo este protagonista essencial para uma solução de paz e progresso.

**A** escolha destes três acontecimentos tem necessariamente muito de aleatório. Mas ajuda a evidenciar que o tumultuoso desenvolvimento da vida internacional, a «desordem mundial» que para aí está, resulta da ofensiva dos EUA e do imperialismo em geral visando estender a todo o mundo o domínio do grande capital transnacional que encontra pela frente a inevitável resistência dos trabalhadores e dos povos. Em Cuba, na Rússia e na Argélia, como na Índia ou no Bahrein, no Bangladesh ou na Grécia, por toda a parte se desenvolvem processos de resistência e de luta que importa valorizar. Por maiores que sejam as dificuldades, incertezas e perigos da hora presente, eles confirmam a possibilidade de fazer frente e finalmente derrotar as megalómanas pretensões totalitárias da reacção e do imperialismo.

■ Albano Nunes

## SEMANA

## Direita em França profissionaliza a tropa

Na quinta-feira passada, o presidente francês Jacques Chirac anunciou uma profunda remodelação na política de Defesa, nomeadamente ao decidir a extinção ao longo dos próximos cinco anos do serviço militar obrigatório, instituído em França há um século. Esta medida desagradou à esquerda em geral, que considera que tal medida afastará os jovens dos valores da nação gaulesa, e gerou controvérsia mesmo dentro da maioria governamental, onde há quem defenda um referendo sobre o assunto.

A justificação de Chirac para a decisão assenta no argumento de que um exército exclusivamente profissional sai mais barato ao país. É, aliás, o aspecto económico da questão que melhor ilumina os interesses que estão por trás desta decisão da direita em transformar as Forças Armadas numa espécie de guarda pretoriana. Chirac anunciou também, para um futuro próximo, a fusão do grupo aeronáutico privado Dassault, construtor dos aviões de combate *Mirage* e *Rafale* que equipam a Força Aérea francesa, com o consórcio público Aérospaciale, que fabrica os aviões civis *Airbus*, a par da privatização do importante grupo de armamento Thomson.



## As piruetas de Ieltsin

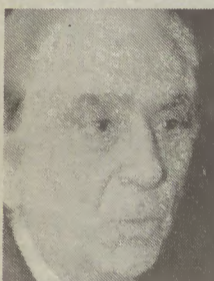
Num discurso de 50 minutos transmitido em directo pela televisão, o presidente russo Boris Ieltsin ameaçou nestes termos o actual executivo, cuja composição e política seguida são da sua exclusiva responsabilidade e orientação: «Ou este governo defende os direitos sociais dos russos ou isso será feito por um outro governo». Este vergonhoso passa-culpas não impediu o presidente russo de condecorar pouco depois alguns destes seus subordinados que «não defendem os direitos sociais dos russos», nem foi suficiente para que qualquer deles recusasse as

homenagens depois dos enxovalhos.

Guennadi Ziuganov, o dirigente comunista russo que, segundo as sondagens, é o favorito nas eleições presidenciais de Junho próximo, esmagando estrondosamente Boris Ieltsin, comentou esta atitude do presidente russo afirmando que «ele traiu o Partido Comunista, traiu os democratas-radicais e está agora a trair o seu governo», enquanto a generalidade dos comentadores constata o óbvio: Ieltsin prepara-se para atribuir a responsabilidade da política que ele próprio traçou para o Governo que também ele próprio formou.

## Comércio privado em «conversas privativas»

A Confederação do Comércio (CCP) está a negociar em privado com o ministro das Finanças um novo conjunto de «vantagens» para o patronato do comércio, que não se faz rogado nas exigências: pretende a retirada do imposto de selo do crédito ao consumo, a passagem para a esfera fiscal do ónus da prova na determinação do lucro tributável em IRC, a alteração da obrigatoriedade de apresentar os mapas recapitulativos de fornecedores e clientes, que até aqui se faz a partir de mil contos e a CCP quer que passe a ser feito apenas a partir dos cinco mil contos, e ainda a redução da sisa na compra de terrenos para construção por parte de empresas do comércio e a isenção do imposto automóvel (IA) sobre os veículos e furgões ligeiros de mercadorias.



A CIP e a CAP, «colegas» da CCP nas confederações patronais, já se manifestaram agastadas por esta actuação individualista, ao que Vasco da Gama, presidente da CCP, respondeu: «os parceiros naturais (da CCP, entenda-se) parecem estar demasiado empenhados no apoio de olhos fechados ao Governo e ao OE». A CCP, como não está «de olhos fechados», pelos vistos cobra primeiro e só apoia depois. E o Governo alinha em tudo.

## Comunidade adia Timor

Os 15 ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia impõem novo adiamento à divulgação de uma posição comum sobre Timor já por todos aprovada, utilizando o mesmo argumento avançado há um mês para igual protelamento: é preciso esperar pelo desfecho do caso dos cidadãos europeus mantidos como reféns pelos independentistas da Papua-Nova Guiné, território sob o domínio da Indonésia, tal como Timor.

Correm, entretanto, outras versões em Bruxelas sobre as razões deste novo adiamento da questão de Timor, nomeadamente os interesses concretos da Alemanha, da Inglaterra e da França nos gigantescos mercados asiáticos, interesses que irão ser defendidos dentro de dias na cimeira euro-asiática de Banguécoque, onde tem assento a ASEAN,

associação regional de sete países asiáticos presidida pela Indonésia. E esta já fez saber, nomeadamente através do seu ministro dos NE, Ali Alatas, que não quer ver tratadas «questões controversas» na Cimeira, explicitando mesmo a questão de Timor...



## Guterres não mente: desmente

Nos últimos dias, o Primeiro-Ministro António Guterres tem-se dedicado à arte do desmentido com tal aplicação que, dum assentada, já negou que o ministro das Finanças, Daniel Bessa, esteja para sair do executivo, que o PS tenha feito qualquer acordo com o PP sobre o

Orçamento de Estado, que tenha prometido mais empregos para militantes socialistas, que Fernando Gomes, presidente

da Câmara Municipal do Porto, haja ameaçado demitir-se por causa da Regionalização e que seja sua intenção apresentar uma

moção de confiança na Assembleia da República se o OE não for aprovado, acrescentando, na explicação para este

último desmentido, que «acho absurdo, se o Governo não tiver condições para governar, ir pedir confiança à Assembleia».

## Vasco volta a sair

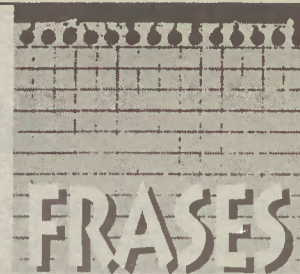
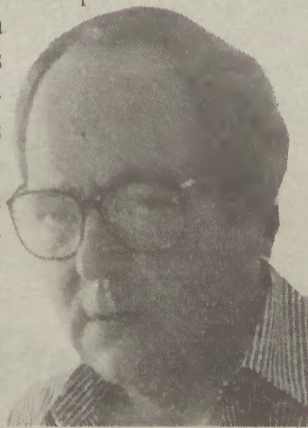
Apenas quatro meses depois de tomar posse, Vasco Pulido Valente renunciou ao seu mandato de deputado pelo PSD, recusando-se a apontar os motivos da sua saída. «São razões complicadas que levariam duas ou três horas a explicar, não se podem resumir numa frase ou duas», resumiu o Valente.

Desta passagem de quatro meses pela Assembleia da República, apenas se conhece uma iniciativa parlamentar tomada pelo agora ex-deputado: um requeri-

mento apresentado ao presidente da AR, Almeida Santos, para ser tratado oficialmente por «Pulido Valente» em vez do seu nome verdadeiro - Vasco

Valente Correia Guedes - o que parece indiciar um problema de identidade.

Se assim for, está explicado o mistério de mais esta fuga. Não saber quem se é levanta naturalmente ao próprio «razões complicadas» embora, ao contrário do que pensa Pulido Valente, se possa resumir numa frase ou duas...



“A directiva “Televisão sem Fronteiras” não deve servir para obrigar os europeus a verem os filmes que se fazem, mas sim para permitir aos europeus voltarem a fazer filmes que se vejam.”

(António-Pedro Vasconcelos - «Público», 25.02.96)

“Não é possível haver regionalização sem um entendimento PS-PCP, que foram os únicos partidos que até agora se manifestaram a favor. O PCP com sinceridade. O PS veremos.”

(Luís Sá, citado em «Público», 25.02.96)

“Ao avançar com uma moção de estratégia ao Congresso do PSD, Marcelo conseguiria aquilo que parecia impossível: ficar candidato sem se candidatar.”

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 24.02.96)

“Nunca fiz tenções de liderar o PSD”

(Ferreira do Amaral - «Valor», 22.02.96)

“Estado de graça termina à bastonada”

(Manchete de 1ª. página - «Público», 24.02.96)

“Quando, há semanas, António Guterres teve a infeliz tirada de Guimarães (“O Cavaco mandava a polícia, eu dialogo...”), criou um autêntico buraco negro na área das relações entre a autoridade e a legalidade.”

(António Barreto, «Retrato da Semana» - «Público», 25.02.96)

“António Guterres, primeiro-ministro e secretário-geral, resolve as questões internas e fisiológicas do PS com relativa facilidade quando e se achar oportuno. Mas por pouco tempo. E do que ele não será capaz, por isso, é de resolver as questões ideológicas.”

(Victor Cunha Rego - «Semanário», 24.02.96)

“Sou o mais injustiçado do pós-1 de Outubro”

(Narciso Miranda - «Semanário», 24.02.96)

“O funcionamento do PS não está a satisfazer”

(Carlos Zorrinho - «Semanário», 24.02.96)

“Digamos que o “Escova” foi uma corrida para a frente e que o “Ousadias” é uma corrida para cima, na direcção do refinamento e a subtiliza.”

(Teresa Guilherme, autora de «Não se Esqueça da Escova de Dentes» - «Semanário», 24.02.96)

“Hoje voltaria a fechar o terceiro anel”

(Fernando Martins, ex-Presidente do S.L.Benfica - «Público», 25.02.96)

## TRABALHADORES

# Caso da Abel Alves de Figueiredo mostra que mudar de Governo não bastou

## Os mesmos patrões e a mesma política merecem igual resposta de luta

Se não fosse a firmeza dos trabalhadores, as máquinas já teriam sido retiradas e a viabilização seria agora impossível. A unidade, a vigilância e a disponibilidade para prosseguir o duro combate por objectivos justos mantêm-se na ordem do dia, tal como a solidariedade para com o pessoal daquela empresa têxtil.

O Governo não ignorava a situação de risco vivida pela têxtil Abel Alves de Figueiredo e Filhos, para a qual já fora alertado pelas organizações representativas dos trabalhadores - além de, através do fisco e da Segurança Social, o Estado ser o maior credor da empresa que saltou para as manchetes da comunicação social na passada quinta-feira.

Vinte dias antes da decisão judicial de 22 de Fevereiro, determinando que às credoras Internacional Leasing e Sofinloc poderiam levantar máquinas instaladas na firma de Santa Cristina do Couto (concelho de Santo Tirso), o problema foi mesmo levantado na Assembleia da República. Em requerimento dirigido ao ministro do Emprego, o deputado comunista José Calçada (que visitou a empresa no final de Janeiro) alertava para a ameaça de liquidação de 400 postos de trabalho, referia que «só a acção decidida dos trabalhadores conseguiu até agora impedir o desmantelamento da maquinaria» e perguntava quais as medidas «conjunturais e estruturais» que o Governo pretendia tomar ou incentivar no sentido de viabilizar a Abel Alves de Figueiredo.

No comunicado de imprensa em que condenou «veementemente, não só a brutal carga

policia sobre trabalhadores indefesos e pacíficos, como a insensibilidade social manifestada pelo Governo, ao autorizar o injustificado acto repressivo», a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses recordava que, através dos seus sindicatos, tem acompanhado «desde sempre» o processo da AA Figueiredo «a todos os níveis em que ele se desenvolve», sublinhando que o Governo foi alertado «várias vezes» para a situação. «Devia ter intervindo atempadamente, procurando soluções para o problema, mas não o fez», constata a central, que por isso considera o Governo «co-responsável, não só pelos acontecimentos, mas também pelas consequências sociais que daí possam advir».

A violenta carga policial em Santo Tirso foi repudiada pelo PCP, que logo anunciou a decisão de exigir a presença do ministro da Administração Interna na Assembleia da República para explicar a actuação das forças de segurança (a ida de Alberto Costa ao parlamento foi agendada para ontem). Uma nota do gabinete de imprensa do Partido, divulgada dia 22, manifestava a solidariedade dos comunistas aos trabalhadores da AA Figueiredo e registava que a actuação da polícia de choque «recorda práticas recentes, que

contrastam flagrantemente com o tão apregoado clima de diálogo».

### Onde estão as diferenças?

Para a Intersindical Nacional, o caso da AA Figueiredo «mostra claramente que o Governo não

encetou ainda alterações significativas na política económica», encontrando-se neste facto «a causa fundamental do seu comportamento desorientado e ambíguo». A CGTP reclama do executivo de Guterres «uma posição clara de condenação do comportamento irracional do corpo policial que para ali enviou». Ao

mesmo tempo, a central sublinha que «a gravidade da situação económica do País aconselha rápidas e equilibradas mudanças nas políticas económico-sociais», ou então «casos como o verificado em Santo Tirso poderão vir a multiplicar-se».

«Com preocupação» é encarada «a duplicidade de critérios

que se continua a verificar na sociedade portuguesa, sempre em detrimento dos interesses e direitos dos trabalhadores», protestando a *Inter* porque, «em ocasiões em que houve decisões judiciais favoráveis aos trabalhadores, nunca os poderes políticos tiveram a preocupação de fazer executar tais decisões».



## Vale a pena!

Há uma semana, o Tribunal de Santo Tirso decidiu que duas empresas de *leasing*, credoras de cerca de 700 mil contos, podiam retirar da Abel Alves Figueiredo maquinaria ali instalada. Não fosse a luta firme, prosseguida desde há meses e no próprio dia 22 pelos traba-

lhadores e os seus representantes, e as perspectivas hoje seriam muito mais negras.

Quem sofre na própria pele sabe melhor que ninguém os danos que provocam as bastonadas da polícia de choque, a instabilidade dos empregos ameaçados e dos salários em

risco, a injustiça de ser punido pelos erros dos patrões. Mas, a troco de todos os sacrifícios, as máquinas ainda não saíram da fábrica, todo o País foi alertado para o drama dos 400 trabalhadores da AA Figueiredo, o Governo teve que passar da inicial atitude de *lavar as*

mãos a um penoso empenhamento em esforços de viabilização, a carga da polícia teve por resposta uma clamorosa condenação da brutalidade contra quem trabalha.

Quem opta pelo caminho da luta sabe melhor que ninguém que vale a pena.

## Deve demitir-se o governador civil

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, em conferência de imprensa dada sexta-feira, considerou «particularmente chocantes» as declarações do governador civil à comunicação social, no dia da carga policial sobre os trabalhadores da Abel Alves Figueiredo. Emídio Ribeiro, da Comissão Política, Teresa Lopes e Serafim Brás, do Comité Central, e o deputado José Calçada exigiram, em nome do PCP, que o representante do Governo no distrito se demita do cargo ou seja urgentemente exonerado.

«O facto de o governador civil não ter tido uma palavra de solidariedade para com os trabalhadores e suas famílias, vítimas de brutais agressões, não ter manifestado qualquer preocupação pela inevitável situação de desemprego de mais 400 trabalhadores e, em contraste, ter caracterizado a brutal violência da polícia de intervenção, que todos puderam testemunhar, como um simples acto de contenção policial; que às dezenas de pessoas agredidas, algumas delas com gravidade, declara que apenas foram três ou quatro feridos ligeiros, ignorando que um deles, quando proferia esta declaração, ainda se encontrava entre a vida e a morte, demonstra que estamos perante um representante do Governo que, além de uma concepção autoritária do exercício do poder, revela uma profunda insensibilidade pelos dramas humanos» - afirma a DORP numa nota que divulgou aos jornalistas.

## Expressões de solidariedade

A brutalidade da carga policial suscitou uma onda de solidariedade para com a luta dos trabalhadores da Abel Alves de Figueiredo em defesa dos postos de trabalho e da viabilização da empresa. Aqui damos nota de algumas tomadas de posição que foram chegando à nossa Redacção.

A Assembleia de Freguesia de São Simão (Setúbal), reunida no dia dos incidentes em Santa Cristina do Couto, aprovou uma moção de repúdio pelo comportamento das forças policiais e de solidariedade para com os trabalhadores. Apresentada pela CDU, a moção recolheu também a adesão dos eleitos do PS.

A Direcção Nacional do STAL aprovou uma resolução repudiando «uma forma de intervenção brutal que

julgávamos banida no quadro dum novo ciclo governativo». «A razão continua a ser a razão da força e o coração está longe dos que sofrem lutando em defesa do pão», comenta o sindicato da Administração Local, que condena «as posições contraditórias e ambíguas de membros do Governo».

«Nenhuma decisão judicial, num Estado de Direito, pode pôr em causa o sagrado direito ao pão e à vida», protesta o sindicato

do sector Têxtil de Aveiro. Numa mensagem que dirigiu ao ministro da Administração Interna e aos grupos parlamentares, refere que «o mesmo poder judicial não usa os meios que usou contra os trabalhadores da Abel Alves Figueiredo e Filhos para obrigar a cumprir sentenças judiciais contra patrões que devem milhares de contos aos trabalhadores e que estão à espera de execução há vários anos».

Esta diferença de critérios também merece o repúdio das comissões de trabalhadores da Região de Lisboa e Setúbal. Numa moção aprovada em plenário no dia 23, as CTs «repudiam a opção sistemática do poder político e das forças de segurança,

que sempre, em situações de conflitualidade social, tendem a reprimir quem luta pelos seus justos direitos, deixando impunes os que despedem, os que levam as empresas à falência e ao encerramento e os que violam os direitos dos trabalhadores».

Para a *Intervenção Democrática*, «trabalhadores e familiares que defendem postos de trabalho não podem ser vítimas de injustificadas cargas policiais inaceitáveis em democracia». Num comunicado sobre os acontecimentos de Santo Tirso, a ID sublinha que «a aspiração a uma mudança política, ética e social não é compatível com cargas policiais sobre trabalhadores».

## TRABALHADORES

MAIS 10,2%  
NA BOREALIS

Um acordo de princípio firmado com a administração da petroquímica Borealis na semana passada vem permitir um acréscimo de 10,2 por cento na massa salarial global, em 1996 - revelou a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás. O acordo foi conseguido depois de, reagindo à convocação de uma greve de dois dias, a administração ter alterado a sua proposta. A par de um aumento de 4,5 por cento na tabela salarial, o pessoal do complexo petroquímico de Sines tem uma actualização de 9,1 por cento no subsídio de refeição; é ainda atribuído a cada trabalhador um prémio de 150 contos, a pagar em duas prestações (Fevereiro e Setembro), e são melhoradas as regras de progressão profissional e salarial (o que terá novas repercussões no valor das remunerações auferidas, fazendo com que cerca de 430 trabalhadores tenham este ano acréscimos da massa salarial entre 13 e 14 por cento). Foi ainda acordado iniciar em Abril negociações para criação de um fundo de pensões, redução do horário de trabalho (actualmente de 40 horas semanais) e revisão do prémio de produtividade.

## COMÉRCIO DE LISBOA

Na revisão da contratação colectiva do comércio retalhista de Lisboa, que abrange mais de 70 mil trabalhadores, as associações patronais e a Fetese/UGT constituíram uma *santa aliança* que está a bloquear as negociações, pretende negar a recuperação dos salários reais e procura impor o *tecto* salarial apontado na Concertação. A acusação é feita pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, numa nota de imprensa distribuída na semana passada, após mais uma reunião de negociação. Referindo que as associações patronais recusam aumentar os salários contratuais desde 1993, o CESL afirma que se reserva o direito de desencadear formas de luta por aumentos salariais «com o mínimo de dignidade».

## MANUEL P. ROLDÃO

Qualquer solução para a definição da propriedade da Manuel Pereira Roldão só pode ser encontrada depois da reunião de credores definitiva, adiada para 8 de Março - defendem os trabalhadores da vidreira. Numa deliberação aprovada por unanimidade em plenário, na véspera da assembleia de credores da semana passada, e dirigida ao primeiro-ministro, ao ministro da Economia e ao secretário de Estado da Indústria, os vidreiros afirmam que «é com apreensão que constatarem que o Governo mantém como condição para a viabilização da Manuel Pereira Roldão a existência de capacidade empresarial no imediato e antes da realização da assembleia de credores definitiva». Os trabalhadores reafirmam «a necessidade do Governo assumir as suas responsabilidades, como credor principal, condição primeira para impedir a falência».

## PREVIDENTE

Reunidos no Sobralinho na passada sexta-feira, os trabalhadores do Grupo Previdente decidiram exigir da administração uma resposta rápida ao caderno reivindicativo. Uma resolução aprovada no plenário rejeita a proposta patronal de alteração do clausulado do CCTV (que pretende eliminar direitos) e o conteúdo do acordo assinado na Concertação Social.

## HOSPITAL

A actual administração do Hospital Ortopédico Dr. José de Almeida, de Carcavelos, «não possui quaisquer condições, nem a credibilidade mínima, para continuar a desempenhar as suas funções, cabendo ao Ministério da Saúde a decisão política de solucionar, a curto prazo, este grave conflito», reclama o Sindicato dos Médicos da Zona Sul. Numa nota de imprensa da semana passada, o sindicato refere alguns dos graves problemas vividos naquela unidade de saúde e que foram recentemente denunciados num abaixo-assinado subscrito pela esmagadora maioria dos médicos que ali trabalham. A par de uma forte crítica à gestão e direcção, são denunciadas situações de médicos escalados para serviço de urgência num total de 72 horas no espaço de 8 dias. É também condenado o «clima persecutório» que se vive no hospital.

## GRUNIG

Três secretários de Estado passaram por Bragança num só fim-de-semana, mas nenhum se dignou visitar a Grunig, para conhecer e ajudar a resolver os problemas dos trabalhadores e dos resíduos tóxicos - protesta o pessoal da empresa, numa nota também subscrita pelo sindicato dos Metalúrgicos e Construção Civil de Trás-os-Montes e Alto Douro. Também os deputados eleitos pelo distrito ainda não responderam ao apelo que os trabalhadores da Grunig lhes dirigiram, para que interviessem na AR, nem qualquer deles visitou a empresa.

O Governo não está a cumprir  
o acordo da Função Pública

Há dias, a denúncia veio do Algarve, onde se verificou uma tentativa de despedimento de trabalhadores com vínculo precário. Segunda-feira, situação semelhante foi dada a conhecer na Administração Regional de Saúde do Centro.

Pelo acordo que celebrou em finais de Janeiro com a Frente Comum de Sindicatos, o Governo comprometeu-se a garantir até 30 de Abril de 1997 os empregos dos trabalhadores com vínculos precários.

Enquanto executivo e sindicatos procedessem à negociação de formas de resolução global do problema do emprego precário no Estado, os actuais contratos a termo certo seriam prorrogados até àquela data e o pessoal a recibo verde que prestasse serviço correspondente a necessidades permanentes seria contratado a termo certo, também até ao fim de Abril do próximo ano (altura em que deverão estar concluídas as negociações sobre emprego).

Passadas menos de três semanas sobre a assinatura do acordo, o Sindicato da Função Pública

do Sul e Açores trouxe a lume uma tentativa de despedimento de trabalhadores sem vínculo permanente no Algarve, nomeadamente em centros de saúde e na Direcção Regional de Agricultura (cerca de 30 pessoas, só neste caso).

Segunda-feira veio o sindicato da Zona Centro revelar que os responsáveis da ARS e do Centro Hospitalar de Coimbra estão a dar instruções para que os trabalhadores que vêem os seus contratos terminados não retomem o serviço. A situação, alerta o sindicato na nota que distribuiu à comunicação social, «é de extrema gravidade, uma vez que esses trabalhadores se encontram sem salário e até já foram encerradas três extensões do Centro de Saúde de Góis, com custos óbvios também para os utentes».

O sindicato, que deu conhecimento destes factos ao ministro-adjunto Jorge Coelho, reafirma que «o acordo é para cumprir» e dá como adquirido que «os trabalhadores entretanto dispensados (alguns com 7 e 8 anos de serviço) devem regressar aos seus locais de trabalho».

## Santarém

A direcção distrital do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores solicitou a intervenção do ministro da Administração Interna e do ministro-adjunto do primeiro-ministro para que seja reposta a legalidade na Divisão de Viação de Santarém, onde uma trabalhadora requisitada ao Governo Civil de Lisboa está desde Novembro sem receber salário.

A Direcção-Geral de Viação, refere uma nota do STFP SA, «não é capaz de explicar o motivo de semelhante atraso no pagamento», enquanto «o silên-

cio parece ser a palavra de ordem do responsável máximo da DGV que, apesar de questionado sobre o assunto por este sindicato, no final de Janeiro, não deu qualquer resposta» e «nada fez para pôr cobro a este escandaloso caso, numa atitude de manifesta insensibilidade».

## Guardas florestais

Concretizando ameaças proferidas por altura da greve de 15 de Agosto do ano passado, o chefe da zona florestal do Baixo Mondego atribuiu agora classificações de «Bom» a guardas florestais que antes lhe haviam merecido «Muito Bom», revelou o sindicato da Função Pública da Zona Centro. Aquele responsável é acusado de ter ameaçado então os trabalhadores em luta de que lhes baixaria a classificação de serviço, declarando mesmo que seriam «uns incompetentes, que abandonaram o serviço para aderirem às greves».

Fenprof pretende  
concretizar o diálogo

Reunido na semana passada, o Conselho Nacional da Fenprof salientou a necessidade de que o diálogo que a federação vem mantendo com o Ministério da Educação «se traduza na solução concreta dos numerosos problemas que se vêm arrastando». Estes foram compilados pela Federação Nacional dos Professores num dossier de questões urgentes, entregue ao ME a 10 de Janeiro mas que ainda não suscitou, da parte do Ministério, qualquer iniciativa, «nem mesmo a calendari-

zação das negociações sobre as matérias em causa» - nota uma informação divulgada dia 21, após a reunião do Conselho Nacional.

O órgão dirigente da federação aprovou uma moção em que reconhece que «as actuais relações entre a Fenprof e o Ministério da Educação não são comparáveis ao que aconteceu com Manuela Ferreira Leite» e que «o diálogo tem, de facto, existido». «Mas, para a Fenprof, o diálogo não é um objectivo em si mesmo;

é antes um instrumento - imprescindível - que deve conduzir às soluções consensuais e adequadas», salienta o documento, acrescentando que, «caso contrário, o diálogo corre o perigo de se transformar num processo de protelamento das decisões, de envolver os sindicatos numa situação de «faz que anda mas não anda», onde pequenos avanços podem escamotear os verdadeiros objectivos do Governo ou mesmo a inexistência, por parte do ME, de um plano suficiente-

mente estruturado, visando a resolução dos problemas da educação e do ensino».

Na reunião foram aprovadas as propostas da federação para a revisão do Estatuto da Carreira Docente do pré-escolar, básico e secundário, e as linhas determinantes do modelo de direcção e gestão das escolas - projectos que agora vão ser discutidos com os professores. O Conselho Nacional manifestou-se «absolutamente contrário» à eventual criação de uma Ordem dos Pro-

## Plenários na Lisnave

No estaleiro da Lisnave na Mitrena (ex-Solisnor) foram convocados para ontem plenários de trabalhadores e greves nas diferentes secções e em todos os períodos de laboração. Os ORTs apontam a administração como única responsável pelo clima de instabilidade que pode criar-se no estaleiro, uma vez que não respeitou o compromisso de actualizar os salários no primeiro dia deste ano.

Além de não responder à proposta reivindicativa apresentada em Novembro, a administração pretende que os representantes dos trabalhadores dêem o aval à introdução da flexibilidade de horários (que na prática permitiria que as horas extraordinárias passassem a ser pagas como trabalho normal), da polivalência (que está excepcionalmente prevista na contratação mas passaria a ser regra obrigatória) e da mobilidade entre estaleiros (que também é hoje permitida pelo contrato da metalurgia, mas apenas com o acordo do trabalhador).

Esta situação fora já analisada numa assembleia geral de trabalhadores, a 16 de Fevereiro, onde a atitude da administração foi repudiada e as estruturas representativas foram mandatadas para «desenca-

dear as acções de luta consideradas adequadas».

Também para ontem, os trabalhadores da Sorefame e Hidrosorefame marcaram mais uma jornada de luta, a partir das 9 horas, com

deslocação e concentração junto à sede da multinacional ABB, em Alfragide, para exigir desta a tomada de medidas tendentes à resolução dos graves problemas com que as empresas se debatem.

Denuncia a concelhia de Cascais do PCP  
Faz-se mais de 40 horas  
sem a justa remuneração

Como se não bastasse já trabalharem mais de 40 horas por semana, há muitos trabalhadores de Cascais que têm salários por receber e sofrem discriminações salariais e profissionais - refere a Comissão Concelhia do PCP, num apelo à luta «pelos nossos direitos» e «pela nossa dignidade».

Os comunistas de Cascais apontam alguns exemplos:

- os 170 trabalhadores da Novotex (calçado) têm horário de 42 horas semanais e estão com 3 meses de salários em atraso;

- na Ferreira e Carvalho (calças) pratica-se a semana de 42,30 horas e está por pagar metade do 13º mês de 1995;

- há discriminações nas categorias profissionais na Legrand (material eléctrico), que emprega 450 pessoas e pratica a semana de 42 horas;

- no Casino do Estoril os aumentos salariais com dificuldade passaram os 4 por cento, depois da administração ter insistido em valores inferiores alegando prejuízos e não esclarecendo para onde vão os lucros do jogo.

«Os trabalhadores têm razão para lutarem pelos seus direitos» e «não podem continuar a produzir sem receber, enquanto o Governo PS continua a dar cobertura às medidas contra os trabalhadores praticadas pelas entidades patronais» - afirma a concelhia.

## TRABALHADORES

# Afirmado num debate em Setúbal Projecto Renault mostra bem o que é subserviência

Os representantes dos trabalhadores analisaram todo o processo e concluíram que há soluções, desde que também exista vontade do Governo e da administração da empresa.

Com sete dezenas de participantes, teve lugar no passado sábado, em Setúbal, um encontro-debate sobre a Renault Portuguesa, onde os organismos representativos dos trabalhadores apresentaram um documento afirmando que «o projecto Renault é um bom exemplo da subserviência dos governos ao capital e, particularmente, ao estrangeiro».

Os fundamentos desta afirmação vêm logo de seguida e não têm a ver com os contratos, já que estes «estabelecem de forma clara os objectivos, os meios a empenhar no projecto pelos associados, os mecanismos de controlo de execução e a organização necessária à continuidade do investimento». O problema, segundo os ORTs da Renault, está no facto de que «os administradores, nomeados pelo Governo, limitaram-se a usufruir das mordomias que os acordos lhes proporcionam, sem intervenção útil no desenvolvimento do projecto, deixando à parte francesa toda a iniciativa e subordinando os interesses do grupo aos interesses da multinacional».

Importantes metas que estavam definidas nos acordos de 1980, quando o projecto ganhou forma, acabaram por não ser atingidas, debilitando a componente industrial. No documento apresentado pelos ORTs apontam-se as grandes lacunas:

- a reconversão da fábrica da Guarda, que acabou por ser depois oferecida a uma filial da General Motors para instalação de uma fábrica de cablagens,

- a incorporação nacional de 80 por cento nos motores produzidos em Cacia, e de 60 por cento nos veículos produzidos

em Setúbal e nas caixas de velocidades produzidas em Cacia.

Em contrapartida, «a parte portuguesa cumpriu escrupulosamente, e até alargou, alguns

ciados 7 mil postos de trabalho directos.

## Desmantelamento

No final de 1992, é pela primeira vez reduzida a cadência da fábrica de Setúbal; alegando dificuldades do mercado europeu, a Renault SA despede

face aos mercados de consumo, o que serve de justificação para manter a cadência reduzida; ao mesmo tempo, a Renault expande a produção e aumenta a capacidade produtiva em Espanha e na Eslovénia. E no início de 1995 a administração apresenta mais um processo de despedimento colectivo de 120 trabalhadores, que desencadeou for-



Os benefícios concedidos pelo Estado português à Renault são estimados, por defeito, em mais de 100 milhões de contos (foto de arquivo)

dos benefícios a conceder às empresas para o desenvolvimento do projecto», salientam os representantes dos trabalhadores, sublinhando que tal se traduziu em «muitos milhões de contos em capital, juros bonificados, isenções de impostos, reserva de mercado, monopólio na concessão de crédito à venda de veículos automóveis»; reconhecendo que são valores difíceis de quantificar, avança-se uma estimativa, por defeito, a preços correntes: mais de 100 milhões de contos.

O documento dos ORTs admite que as empresas «tiveram um crescimento globalmente de 1980 a 1992», embora a criação de empregos tenha ficado muito aquém dos anun-

cerca de 250 contratados a prazo.

Apesar de ser evidente que não tem a ver com dificuldades de mercado, em Junho de 1993 são liquidados mais 323 postos de trabalho. O Governo do PSD (nomeadamente os ministros do Comércio, Faria de Oliveira, e da Indústria, Mira Amaral) aceita como boas as explicações da multinacional e lança operações mediáticas para abafar as denúncias públicas levadas a cabo pelos trabalhadores.

Em 1994, refere o documento, o mercado automóvel europeu vive uma retoma. Mas tal não se reflecte na atitude da multinacional face ao projecto em Portugal. A fábrica de Setúbal é considerada excêntrica

tes protestos e amplo repúdio. É então que o Governo começa a falar da falta de cumprimento dos contratos por parte da Renault...

Na fábrica de Cacia a produção cresce, mas com produtos em fim de vida a breve prazo. Em Junho de 1995, o director da unidade garantia que esta poderia laborar até ao ano 2005 com os actuais níveis de ocupação de mão-de-obra, mas um mês depois já dizia que se aproximavam dias difíceis.

Neste quadro de grande instabilidade social, os serviços centrais reduzem o seu quadro de pessoal em 150 trabalhadores. A maioria dos que saem são quadros com elevados conhecimentos.

## Negociações ou charme?

Os trabalhadores da Renault não se conformaram com a política da multinacional e a displicência dos governos ao longo de 15 anos.

Após o anúncio do despedimento colectivo, desenvolve-se em Setúbal uma luta intensa que obriga o Governo a acelerar negociações com os franceses e que melhora as compensações aos trabalhadores que são obrigados a deixar a empresa. Os ORTs propõem nesta altura ao Governo e à Renault que se trabalhe para conseguir acordos que viabilizem o investimento; a proposta não exclui a hipótese de cedência da fábrica a outro construtor, que os representantes dos trabalhadores afirmam ser realista.

O Governo do PSD - acusa-se no documento apresentado no debate de sábado - «assumiu uma atitude negociadora que sabia que não conduziria a lado nenhum e, com objectivos de carácter eleitoral centrados na exigência de uma indemnização de 54 milhões de contos, acicatou na população sentimentos nacionalistas que esperava capitalizar».

O actual Governo «tem uma postura aparentemente mais construtiva mas, no essencial, mantém o método de negociações secretas, não cumprindo a promessa do Governo anterior, reafirmada pelo ministro Daniel Bessa, de manter os trabalhadores informados sobre as mesmas». Entretanto, notam os ORTs, «começam a aparecer notícias que indiciam problemas negociais não desmentidos nem esclarecidos, mas tão-somente suavizados por declarações de charme».

## Soluções!

Diversos factores políticos determinarão o futuro da Renault em Portugal. No documento dos ORTs da empresa, esses factores são agrupados em três pontos:

1 - o enquadramento dado à actividade das transnacionais no espaço europeu; deveria ser revisto o Tratado de Maastricht, de forma a criar cláusulas que impeçam a deslocalização dos aparelhos produtivos (medida que tem o apoio do Parlamento Europeu);

2 - o enquadramento dado às relações do trabalho no espaço português; impõe-se a alteração da legislação sobre despedimento colectivo no sentido da defesa dos postos de trabalho, definindo factores objectivos para a verificação política e judicial das causas de despedimento; «também a flexibilização de horários de trabalho e a polivalência em nada ajudam ao desenvolvimento industrial, sendo apenas medidas de embaratecimento do preço do trabalho à custa de esforço suplementar dos trabalhadores e constituindo instrumentos de discriminação e pressão sobre os trabalhadores em geral e, em particular, sobre os mais conscientes na defesa dos seus direitos», protestam os ORTs da Renault;

3 - a capacidade negociadora do Governo português face à transnacional.

Os representantes dos trabalhadores afirmam que «existem soluções concretas» para os problemas com que os estabelecimentos industriais da empresa hoje se debate, frisando que tais soluções «defendem os interesses portugueses e são economicamente rentáveis para a Renault».

Concretamente, são referidas duas propostas:

- a fábrica de Setúbal poderia dedicar-se à produção de modelos ou versões que têm uma procura no mercado considerada reduzida para a produção em grandes unidades (um exemplo apontado é a versão *break* do modelo Mégane);

- em Cacia poderia ser produzido um motor de baixa cilindrada, a diesel ou a gasolina, que os ORTs afirmam ser «absolutamente necessário à gama de motores» da marca e «reclamado por todo o aparelho comercial europeu da Renault».

## CTs juntam-se aos sindicatos no esclarecimento e na luta

As «medidas altamente gravosas» contidas no acordo da Concertação Social foram condenadas no plenário de comissões de trabalhadores realizado sexta-feira na Voz do Operário, por iniciativa da CIL (Coordenadora das CTs da região de Lisboa). Tais medidas, «a serem transformadas em lei, constituiriam um atentado aos horários de trabalho, às categorias e às carreiras profissionais», afirma-se numa resolução aprovada, por unanimidade e aclamação, pelos representantes de 40 CTs de empresa e pelas coordenadoras das regiões de Lisboa e Porto, da indústria naval, da Banca e do sector eléctrico.

As comissões de trabalhadores decidiram «empenhar-se, desde já, numa grande batalha de esclarecimento» sobre as consequências que teria a transformação em lei das «inaceitáveis e injustas reclamações das confederações patronais» que o Governo se comprometeu a levar à AR.

Resolveram «convergir e unificar esforços com o movimento sindical, tanto no esclarecimento como na acção e na luta a desenvolver, particularmente na primeira quinzena de Março, em várias zonas do País, com destaque para as acções de Setúbal e em Lisboa (concentração dia 7 de Março, no Largo Camões)».

## A maior negação

A resolução exige do Governo PS que honre «os seus compromissos para com os cidadãos trabalhadores, respeitando os seus direitos, designadamente horários de trabalho dignificados e profissões valorizadas».

Ao executivo de António Guterres é feita a acusação de que, «absolutizando o poder das entidades patronais na organização dos tempos de trabalho, desvalorizando a contratação colectiva e os direitos das comissões de trabalhadores, descaracterizando as categorias e a evolução das carre-

ras profissionais, propõe-se ser o autor material de medidas tão graves como aquelas que se verificaram com a aprovação dos contratos a prazo e a alteração à Lei dos Despedimentos». A passagem à lei do conteúdo do acordo no que refere a horários e polivalência seria «a maior negação do Governo ao que andou a afirmar aos trabalhadores na campanha para as legislativas».

(O «acordo de concertação social de curto prazo» e as lutas que se desenvolvem para evitar que a polivalência e a flexibilidade sejam impostas por lei são tratados desenvolvidamente nas páginas 22 e 23.)

## Pescadores exigem ser ouvidos

O fretamento de um arrastão russo para a pesca de sardinha «constitui uma afronta às tradições de pesca dos pescadores portugueses, é uma *golpaça* dos industriais de conservas, põe em causa a sobrevivência da frota da sardinha (cerco), e pode constituir um grave precedente para a soberania nacional nas nossas águas», considera o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, numa nota à comunicação social, distribuída em vésperas de uma reunião de pescadores na lota de Matosinhos.

A direcção do sindicato afirma que, «desde que sejam dadas justas garantias e contrapartidas aos pescadores, poderá discutir-se a redução do tempo de duração do defeso» tradicional no início de cada ano.

Quaisquer alterações deverão ser discutidas com os pescadores, que têm a última palavra, salienta o sindicato, que apela a que todos os profissionais da pesca «lutem em conjunto pela defesa dos seus direitos e, se necessário, contra as descargas do arrastão russo».

## NACIONAL

## Imigrantes açorianos nos Estados Unidos

Um total de 170.626 açorianos, número correspondente a 72 por cento da população residente nas ilhas, imigrou legalmente para os Estados Unidos nos últimos 35 anos, segundo estatísticas oficiais agora divulgadas. Segundo o jornal "Portuguese Times" de New Bedford, nas últimas três décadas e meia deixaram os Açores, com destino aos Estados Unidos, 84.005 pessoas, enquanto o Canadá foi a escolha de cerca de 73.000 açorianos.

No mesmo período, saíram para as Bermudas, um arquipélago britânico em que um quinto da população residente é originária dos Açores, 12.819 açorianos. O fluxo emigratório, com cíclicas subidas e descidas ao longo dos anos, assume-se como uma das principais causas da redução da população residente nas ilhas.

Nas últimas três décadas, o efectivo demográfico das nove ilhas caiu de 289.096 para 237.795 habitantes.

## "Embaixada do Alentejo" em Estrasburgo

A acção de promoção do Alentejo no Parlamento Europeu (PE), prevista para Maio, visa a "defesa de interesses e projectos da região", nomeadamente da Barragem de Alqueva, disse, em Evora, o eurodeputado comunista Miranda da Silva.

Numa conferência de imprensa, onde foi anunciado o programa da "Embaixada do Alentejo ao Parlamento Europeu", o eurodeputado frisou que a realização da iniciativa prevê "a sensibilização das instâncias Comunitárias" para o financiamento do empreendimento de Alqueva. A afirmação do Alentejo no PE, através da apresentação multifacetada das realidades regionais e o reforço dos Fundos Estruturais para a região, é outro dos objectivos da acção, referiu Joaquim Miranda da Silva, promotor da iniciativa.

Cerca de uma centena de pessoas, entre as quais membros de grupos corais, artistas, autarcas e outros convidados, compõem a comitiva que vai permanecer em Estrasburgo, entre 20 e 24 de Maio.

Exposições, acções de promoção comercial, incidindo nos sectores do vinho, turismo, rochas ornamentais e cortiça, concertos, espectáculos de teatro, mostras gastronómicas e um encontro com emigrantes portugueses, são algumas das componentes do programa da "embaixada".

## Alqueva é prioridade no PDM de Moura

O Plano Director Municipal (PDM) de Moura, Beja, considera a construção da Barragem de Alqueva com todas as suas valências como "a principal prioridade" para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

É com base no empreendimento que, directa ou indirectamente, o PDM prevê o desenvolvimento dos sectores secundário e terciário, como o turismo de qualidade e a reorientação do uso dos solos.

Neste último caso, o município realça a reconversão das culturas cerealíferas e a revalorização do montado de azinho, da vinha e do olival. A autarquia acrescenta que estes factores "irão inverter a tendência de desertificação do concelho, fixando de novo a população".

## Amadora promove habitação social

A Câmara Municipal da Amadora aprovou por unanimidade, na última sessão camarária, o lançamento do primeiro concurso público para construção de habitação social em lotes dispersos na freguesia da Brandoa. O executivo camarário analisou também o funcionamento do Plano Especial de Realojamento (PER) na Amadora, tendo concluído ser "indispensável que o Estado promova uma alteração legislativa, adequando o quadro legal a uma maior capacidade das autarquias e, sobretudo, atendendo ao caso específico e singular do município da Amadora", refere a autarquia em comunicado.

Segundo a Câmara, a Amadora é o segundo município mais pequeno do continente e, em simultâneo, o que maior número de realojamentos por metro quadrado terá de efectuar.

## Tratamento de águas residuais em Arraiolos

A Câmara Municipal de Arraiolos prevê que, até ao final do ano, todas as localidades do concelho estejam equipadas com Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

O tratamento das águas residuais é feito pelo sistema de lagonagem, estando estas infra-estruturas já concluídas em Igrejinha, Santana do Campo, Sabugueiro.

Está igualmente prevista a construção da ETAR da Zona Industrial de Arraiolos. De acordo com a legislação em vigor e o licenciamento obtido junto da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, os efluentes lançados nas linhas de águas serão controlados e analisados, periodicamente.

# CDU defende Uma nova política cultural para o Porto

Democratizar a vida cultural é um dos objectivos da CDU no Porto

A posição da CDU em relação à vida cultural do Porto e as polémicas decisões do Município nessa área, são tema de uma conferência de imprensa realizada dia 22 de Fevereiro, e que contou com a presença de Rui Sá e Jorge Sarabando, deputados municipais, José Luís Borges Coelho, maestro, e Rodrigo Cabral, pintor, professor da Faculdade de Belas-Artes, todos membros de diferentes organismos dirigentes do PCP.

Na base desta conferência de imprensa, a posição assumida pela CDU, "contra a proposta da maioria camarária de criação da Culturporto - associação de direito privado destinada a reger, não apenas o Teatro Rivoli, mas toda a animação cultural da cidade".

A CDU considera que o facto de ser atribuída a esta entidade "a responsabilidade da gestão e programação, tanto do Rivoli como da animação cultural da cidade esvazia importantes competências da Câmara".

Não se trata de uma empresa pública municipal, funcionando sob tutela de um vereador com poderes delegados. Em relação à Culturporto, "a Assembleia Municipal não tem qualquer meio de acompanhar e fiscalizar a actividade da Associação, o que representa uma flagrante ilegalidade".

A CDU não pode aceitar que "o património municipal, assim como a eventual aplicação de receitas, possam ser geridas por

uma entidade sobre a qual os órgãos municipais não têm poderes suficientes para exercer as suas competências de controlo e fiscalização". Neste quadro, os deputados municipais da CDU apresentaram queixa na Provedoria da Justiça e entrevistaram junto do Ministério Público.

Na conferência de imprensa foi globalmente criticada a actividade do Pelouro Municipal, que tem sido dominado pela "gestão avulsa de subsídios" e por uma animação cultural e recreativa "na perspectiva do fomento turístico", mostrando-se incapaz de "promover a interactividade das entidades envolvidas".

Ao arripio desta orientação, a CDU defende uma nova política cultural, de que os vectores essenciais seriam: a prioridade da valorização e do fomento da produção cultural artística local, o alargamento e a renovação dos públicos, o diálogo com os agentes culturais e a sua institucionalização.



Na conferência de imprensa, foram particularmente valorizadas as condições de que o Porto dispõe para "constituir um verdadeiro pólo de produção e dinamização cultural", considerando-se, entretanto, que "sem iniciativas apropriadas e uma cuidadosa gestão integrada dos

espaços disponíveis, não é possível dinamizar a vida cultural nem aproveitar os novos valores que vão despontando entre os jovens artistas, e que importa ajudar a fixar na região, nem dar ao muito de positivo e inovador que vai sendo feito o apoio e a protecção que merecem".

## Vila Nova de Gaia debate Orçamento

A CDU votou contra o plano e orçamento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, por ausência de uma "definição coerente dos grandes objectivos estratégicos que devem nortear a gestão autárquica".

Na Declaração de Voto apresentada, a CDU sublinha a diminuição das dotações orçamen-

tais para o ensino pré-escolar, educação de adultos e acção social escolar, o pequeníssimo acréscimo orçamental para a cultural (1,6%) e o decréscimo das verbas para a habitação social. É igualmente criticada a reduzida verba atribuída ao programa para construção de redes de esgotos, gestão de resíduos sólidos e higiene pública (1,2 milhões de contos num conjunto de investimentos superior a 8 milhões de contos).

"Outro aspecto negativo é o facto de o Plano e Orçamento assentarem numa multiplicidade de esperanças e expectativas e não em realidades concretas, ao fazer depender a concretização de projectos de grande envergadura da aceitação e aprovação de candidaturas aos fundos estruturais comunitários" - refere-se na Declaração de Voto.

## Auto-estradas e droga

O quarto Encontro concelhio dos eleitos pela CDU de Guimarães decorreu nas ins-

talações da Junta de Freguesia de Serzedelo e centrou-se no debate de dois problemas particularmente sentidos pelas populações locais: a construção da auto-estrada Famalicão-Guimarães e a droga.

O trabalho desenvolvido nas juntas de presidência CDU foi considerado positivo, com graus diferenciados embora. Referido também o papel da CDU na Assembleia Municipal e na Câmara, onde tem sido "a voz que se levanta, a voz que avança com



Encontro dos eleitos e activistas da CDU no Concelho de Matosinhos, com a participação de Emídio Ribeiro, da Comissão Política do CC do PCP

propostas próprias e discute as alheias, a voz que incomoda e aponta alternativas concretas e exequíveis".

Foram referidas algumas questões concretas, como a necessidade de reparar os danos que têm vindo a ser causados pela construção da auto-estrada Famalicão-Guimarães e os transtornos ligados à instalação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Riba d'Ave.

## Uma estratégia de desenvolvimento para Matosinhos

O Encontro de eleitos e activistas da CDU do Concelho de Matosinhos, realizado em 10 de Fevereiro, concluiu "ser preocupante a diminuição da capacidade produtiva do Concelho, consequência,

também, do errado conceito de desenvolvimento adoptada pela Câmara". Pelo que reclama a definição de "uma estratégia de desenvolvimento que possa contribuir para estancar o aumento do desemprego".

O Encontro manifestou ainda "preocupação pela paralisia da reconversão de Matosinhos-Sul", sublinhando a necessidade de uma discussão profunda dos órgãos autárquicos.

Os participantes analisaram também "o diminuto interesse da Câmara pelo ensino pré-escolar e da adopção duma política de juventude que, frequentemente, não serve nem tem a ver com os interesses desta".

O Encontro conclui que a actual política municipal "leva à descaracterização do concelho, é contrária à necessidade de um verdadeiro desenvolvimento, não tem perspectivas nem propostas para um futuro melhor que dê garantias de trabalho e de qualidade de vida".



## JUVENTUDE

Álvaro Cunhal

## Os jovens como garantia do futuro

Freguesia lisboeta de tradição operária, palco de diversas lutas comunistas contra o fascismo, Alcântara recebeu, no sábado, Álvaro Cunhal, que ali se deslocou para participar num encontro com a juventude. Esta zona da cidade abrigou algumas casas e tipografias clandestinas e ainda hoje é marcada pelo movimento estudantil das diversas escolas que aqui podemos encontrar e pela luta dos trabalhadores fabris.

Os 75 anos do partido foram o pretexto para esta iniciativa em que se abordou o percurso do PCP e o papel dos comunistas no mundo.

Numa sala onde se reuniram 80 pessoas, várias foram as questões levantadas relacionadas com o desempenho do partido no despertar da população para as questões essenciais da nossa sociedade e o papel dos jovens nesse processo. Álvaro Cunhal defendeu que a juventude é a garantia da evolução futura de Portugal, com a sua capa-

cidade de contestação e de afirmar as suas convicções, com uma opinião que deve ser respeitada e considerada - a participação social juvenil como peça fundamental na melhoria de vida de todos.

Neste século, o comunismo foi marcado pelo fracasso, devido a um modelo que não correspondia à intervenção e ao poder dos trabalhadores. Este projecto, nas palavras do líder comunista, está a ser corrigido. A isso concorre a valorização da independência natural e das vertentes democrá-



Álvaro Cunhal, no encontro com jovens, em Alcântara

ticas, sejam elas políticas, sociais ou culturais. «O comunismo nasceu como ideal e esse ideal continua por atingir», afirmou o presidente do Conselho Nacional do PCP, recordando que nos países

de leste, os partidos comunistas atingem actualmente bons resultados eleitorais.

Mais do que nunca, o capitalismo representa a queda das condições de vida da população.

A sociedade dividida em classes mantém-se viva e o Estado, dominado pelos exploradores, serve umas classes contra as outras. Álvaro Cunhal apontou como exemplo as 40 horas

semanais, que «estão a ser transformadas numa autêntica burla pelo actual Governo, através da flexibilização e da polivalência, formas de exploração crescidas».



O debate envolveu os participantes no encontro

## Acesso ao Ensino Superior Alterações sem diálogo

O novo regime de acesso ao Ensino Superior, entretanto anunciado pelo actual ministro da Educação, Marçal Grilo, tem vindo a ser objecto de análises críticas de diferentes organizações da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

“O PS não está a cumprir as promessas eleitorais, visto que estas alterações foram feitas sem

consulta aos intervenientes no processo educativo, nomeadamente os estudantes”, considera

a Direcção Regional do Algarve (DORAL) da JCP.

Em nota de imprensa, a DORAL da JCP afirma que as alterações anunciadas não solucionam os problemas existentes, em particular o número insuficiente de vagas no Ensino Superior e que se limitam a “pôr fim administrativamente ao *Numerus Clausus*, abandonando assim a defesa do fim real do sistema de *Numerus Clausus*.”

A nota sublinha que os Exames Nacionais “são apenas uma multiplicação camuflada das Provas de Aferição e Específicas” e representam uma completa “desvalorização da avaliação contínua em prol de uma avaliação pontual e contingente”.

Uma forma de avaliação que “transforma o Ensino Secundário numa mera e complicada etapa de acesso ao Ensino Superior, o que leva os professores a centrarem-se no cumprimento dos programas e na preparação dos exames, não tendo tempo para formar cidadãos e arredando assim da escola a sua importantíssima função de estímulo ao desenvolvimento da personalidade dos jovens”.

A Organização do Ensino Secundário da JCP “considera inaceitável o espírito e objectivos contidos neste novo sistema de Acesso ao Ensino Superior e reclama do Governo a urgência de, finalmente, iniciar algum diálogo em torno desta questão” e apela “a todos os estudantes do Ensino Secundário para que exijam do Governo o diálogo e a resolução dos seus problemas que passam por uma avaliação contínua, pelo fim do *Numerus Clausus* e pela não implementação destas novas medidas”.

## JCP apela à luta contra política neoliberal

A análise de alguns aspectos da actual situação política nacional, de par das tarefas com vista ao V Congresso da JCP e 75º aniversário do PCP, foram tema de debate no encontro da Comissão Distrital de Lisboa da Juventude Comunista Portuguesa, que decorreu no Centro de Trabalho Vitória, dia 17 de Fevereiro.

O encontro fez uma apreciação negativa de aspectos centrais da política que tem vindo a ser desenvolvida pelo governo PS e lançou um apelo à juventude e ao povo português para que “se mobilize em torno da luta contra as políticas que contrariam os seus interesses e que defraudem as suas justas aspirações, conscientes de que a tão necessária mudança política, social e económica se alcança pelas suas acções e não pelas medidas que o Governo do Partido Socialista tem vindo e virá a desenvolver”.

Em nota distribuída à imprensa, a Comissão Distrital de Lisboa da JCP tece uma crítica à proposta de Orçamento do Estado para 1996, porque, “pautando-se pela obediência cega aos critérios de convergência nominal de Maastricht, não dá resposta às reais necessida-

des do País e dá passos no sentido de fraudar as expectativas de mudança criadas com as sucessivas derrotas do capitalismo”.

Refere-se, em particular - como alguns aspectos mais graves da política neoliberal que o PS se prepara para concretizar - , “o corte do investimento em algumas das mais importantes funções sociais do Estado (menos 6% na Educação, em relação ao Orçamento do ano passado; menos 7,5% na Saúde; menos 7,6% na Segurança Social), uma política fiscal que continua a penalizar os rendimentos do trabalho e a isentar os lucros do grande capital e das actividades especulativas, o aumento do valor das indemnizações pela Reforma Agrária e pelas nacionalizações, um programa de privatizações que vai entregar nas mãos dos grandes capitalistas

algumas das alavancas fundamentais da economia nacional”.

Na sua crítica a algumas medidas entretanto avançadas pelo actual governo, a Comissão Distrital de Lisboa da JCP refere as recentes alterações no sistema de acesso ao Ensino Superior, que nomeadamente consideram constituir “um gravíssimo ataque à Lei de Bases do Sistema Educativo, não fazendo referência à necessidade de abolição do *numerus clausus*, nem alterando o sistema de avaliação no que diz respeito às Provas Globais”.

A nota à imprensa denuncia

igualmente o Acordo de Concertação Social, pela deturpação da “justíssima reivindicação dos trabalhadores pela redução do horário semanal máximo de trabalho para 40 horas e satisfazendo antigos desejos do capital, a flexibilização do horário de trabalho e a polivalência de funções”.

O envio de tropas portuguesas para a Bósnia é condenado por dar cobertura “a uma operação militar que não visa a Paz mas tão-só salvaguardar os interesses políticos económicos dos EUA”.

## Solidariedade com Timor-Leste

“Timor - 20 Anos de Ocupação, 20 Anos de Resistência” foi tema do debate realizado dia 23 de Fevereiro, em Famalicão, por iniciativa das Comissões Concelhias locais do PCP e JCP, e que contou com a presença de jovens timorenses.

A força da resistência e a esperança na liberdade, na autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste foi particularmente salientada, de par da denúncia da repressão.

“Em Dili e noutras cidades invadidas e ocupadas, o comportamento dos militares indonésios é do mais bárbaro e desumano que se possa imaginar. Assassinatos indiscriminados,

inclusive de mulheres e crianças, roubos e pilhagens, violações e torturas, tudo isto fazem as forças ocupantes com uma enorme selvejaría”, como foi salientado pelos jovens timorenses presentes.

A finalizar, José Santos, membro da Comissão Concelhia de Vila Nova de Famalicão do PCP, assinalou que “a luta do povo de Timor é a luta de todos os cidadãos do mundo, defensores dos direitos humanos, da liberdade e da democracia”, e concluiu reafirmando a solidariedade dos comunistas para com a luta do povo e da juventude timorenses.

## COIMBRA

### Salvar o Sousa Bastos

O Grupo Parlamentar do PCP na AR vai aproveitar o debate do orçamento de Estado para exigir que o Ministério da Cultura inclua uma dotação de 140 mil contos para a aquisição do imóvel do Teatro Sousa Bastos e a sua recuperação para funções culturais.

A Concelhia do PCP afirma que a cidade tem vindo a perder salas de espectáculos e que «o Poder Central tem estado incompreensivelmente distante e alheio a esta situação, permitindo que as leis do mercado exerçam a aniquilação da produção cultural e, a prazo, extingam a sua necessidade por falta de procura».

Por outro lado, a estrutura comunista sublinha o papel que o Teatro Sousa Bastos pode ter na revitalização do Centro Histórico, que está a ser vítima de uma «negativa desertificação», uma vez que representa um espaço disponível para actividades que podem «atrair pessoas e atenções» àquela zona de Coimbra.

Afirmando que se trata de um «interesse superior para Coimbra», os comunistas consideram que este «deve pesar mais do que qualquer lógica de bancada ou de fronteira partidária», apelando aos outros partidos na AR, e especialmente os deputados eleitos por Coimbra, para que viabilizem a recuperação do Teatro Sousa Bastos.

## BARCELOS

### Água aumenta acima da inflação

«Injusto» é como qualificam os comunistas os recentes aumentos da água, de seis por cento, aprovados com os votos do PSD, PS e CDS/PP em reunião da Câmara de Barcelos. Em nota à imprensa, a concelhia do PCP nota que o agravamento das tarifas não se justifica uma vez que a taxa de cobertura do abastecimento de água é baixa, sendo que apenas 30 por cento da população beneficia do sistema.

Mas se esta atitude do PSD «não espanta», no entender da concelhia, «o mesmo não se pode dizer da posição do PS. Nas taxas de edificações, que até, segundo eles, tiveram uma redução de cinco por cento, o PS votou contra. A tarifa de água e saneamento básico, bem essencial, aumentou seis por cento e o PS votou a favor».

Para os comunistas de Barcelos são «estas cambalhotas, reviravoltas e grande incoerência de princípios nas hostes socialistas que levam a concluir, cada vez com mais força, que em Barcelos não existe de facto oposição na Câmara Municipal. A confirmá-lo, temos a célebre frase do Presidente da Câmara, que não foi desmentida pelo PS: "das mais de mil propostas debatidas em reunião da Câmara, só meia dúzia não foram aprovadas por unanimidade"».

A nota da concelhia anuncia ainda o seu calendário de iniciativas, realçando, as comemorações do 75º aniversário do PCP (sessão em 8 de Março), uma exposição sobre Timor, (entre 29 de Março e 4 de Abril), cuja passagem dos 20 anos de ocupação indonésia será também assinalada com um debate em que participam jovens timorenses.

## AVEIRO

### 5.ª Assembleia é no sábado

Os comunistas de Aveiro reúnem no próximo sábado a sua 5ª Assembleia de Organização Concelhia que aprovará uma Resolução Política sobre a situação económica, social e política do concelho, analisará o balanço da actividade partidária e elegerá a nova Comissão Concelhia. Nos trabalhos da assembleia participa Jorge Pires, membro do Secretariado do Comité Central, que estará também presente, no mesmo dia num jantar-convívio comemorativo dos 75 anos do Partido, que terá lugar pelas 20 horas, no restaurante o «Cagaréu», em Aveiro.

## BRAGANÇA

### Reforçar a organização

A Comissão Concelhia de Bragança do PCP convocou a sua 4ª Assembleia para o próximo dia 10 de Março, para analisar a actividade realizada e definir orientações reforçar a sua intervenção futura. No final dos trabalhos, de onde sairá eleita uma nova direcção, realiza-se um lanche convívio para assinalar o 75º aniversário do PCP, aberto a todos os militantes e amigos do Partido.

## ESCOURAL

### Eleita Comissão

Os comunistas do Escoural, no concelho de Montemor-o-Novo, realizaram na passada sexta-feira a sua 1ª Assembleia de Freguesia. Os 47 camaradas presentes aprovaram uma resolução política e o organismo de direcção que é composto por oito membros, nos quais se conta um mulher.

A assembleia foi antecedida de um período preparatório em que se realizaram três reuniões e três plenários, que registaram a participação de 71 camaradas.

PCP

## Guarda

### PS sem estratégia para o têxtil

**O alastramento da degradação social e económica no sector têxtil traduz-se no distrito da Guarda no aumento dos salários em atraso, em despedimentos e suspensões, e no anúncio de mais gestões controladas e pré-falências.**

Para a Direcção Regional da Guarda do PCP, «as graves dificuldades do têxtil e lanifícios no distrito estão intimamente ligadas às políticas impostas pelo Tratado de Maastricht e pelos ruinosos acordos do GATT, aceites pelo Governo do PSD e continuados fielmente pelo actual Governo do PS».

«O PCP defendeu para todo o sector têxtil um período de transição de 15 anos, para se proceder à reestruturação e modernização desta actividade industrial», recorda a DORG frisando que esta proposta foi derrotada pelo PS e pelo PSD.

Por outro lado, a regional comunista refere que a política do patronato de baixos salários, horários longos, e desrespeito dos direitos dos trabalhadores, incluindo os sindicais, como arma para tornar competitivos os seus produtos, teve resultados desastrosos.

De facto, o que está à vista são empresas afogadas em dívidas, e muitas delas descapitalizadas

fraudulentamente; milhares de postos de trabalho foram perdidos em Seia, Gouveia, Manteigas e Guarda; enquanto as «reestruturações e viabilizações feitas ao compasso da pressão política/electoral, foram inconsequentes, parciais e inúteis».

### Corda da Serra quer desenvolvimento

Os comunistas observam que a exigência pública das câmaras municipais da Corda da Serra de uma Operação Integrada de Desenvolvimento para a região têxtil coincide com uma proposta feita pelo PCP, há oito anos, e que está inscrita no programa eleitoral da CDU às últimas eleições. A DORG sublinha que esta reivindicação mantém toda a sua validade e que «é o caminho para estancar a crise e sair do pântano».

Contudo, «as recentes posições assumidas por dirigentes locais do

PS, jogando a sua influência no Governo para, pretensamente, solucionar problemas de uma só empresa, deixam perceber que este partido não tem estratégia para o sector têxtil do distrito da Guarda, degladiando-se internamente para conseguir protecção à custa de problemas dramáticos que afligem uma vasta região e milhares de famílias».

Comentando casos concretos, a DORG do PCP considera «positivo que se encontrem soluções para a viabilização da FISEL», mas chama a atenção para o facto de a empresa pretender despedir mais de metade dos operários e não haver garantia de pagamento das indemnizações e salários devidos, assim com nada se sabe sobre as condições que vão ter os trabalhadores que ficarem.

Por outro lado, o PCP exige que as condições de recuperação oferecidas pelo Governo à FISEL sejam dadas à Têxtil Lopes da Costa, à Martinho Fael e Moura, à Estevão Ubach e a todas as empresas do sector que se encontram em dificuldades.

Afirmando que «todas as empresas fazem falta numa região tão deprimida», os comunistas da Guarda defendem mecanismos de recuperação para as unidades

fabris em crise e concluem que «a prática que os dirigentes do PS estão a seguir, com medidas avulsas e clientelares vai criar mais injustiças e discriminações sociais entre os trabalhadores têxteis».

A adesão recente das câmaras municipais à proposta de criar uma Operação Integrada de Desenvolvimento para os concelhos dependentes do Têxtil vem, afirma o PCP, «reforçar a necessidade do seu efectivo lançamento e implementação», sendo todavia necessário «criar um movimento que integre todas as partes interessadas - trabalhadores, sindicalistas, empresários, autarcas, comerciantes e demais forças vivas da região».

A nota da DORG indica neste sentido que «nada vai substituir a luta dos trabalhadores pelos seus postos de trabalho, pelos seus salários, pela viabilização das empresas onde laboram. Não há soluções sem a efectiva participação dos trabalhadores e muito menos contra a sua vontade. É fundamental, por isso, a sua inclusão e das organizações sindicais no acompanhamento e fiscalização de todos os processos de viabilização ou atribuição de fundos, como garantia da sua correcta aplicação».

## Hospital Amadora-Sintra

### PS mantém a mesma política



É preciso que o Governo denuncie o contrato de gestão privada do Hospital Amadora-Sintra

Apesar dos dinheiros públicos estarem já a verter para os bolsos da Général des Eaux e do sr. José Manuel de Mello da companhia de Seguros Império (cerca de oito milhões de contos cada ano para utilizarem equipamento que custou 20 milhões de contos da erário público), as populações de Amadora e de Sintra ainda têm de recorrer aos hospitais civis de Lisboa porque serviços essenciais como as Urgências e a Maternidade ainda não estão a funcionar.

Segundo denuncia uma nota da Concelhia da Amadora do PCP, o Hospital está a ser gerido na lógica de uma empresa, ou seja, tem de ser rentável e dar lucros. Por isso, os concessionários sabem que quanto mais atrasarem aqueles dois serviços menos custos têm de suportar sendo maiores os ganhos.

Recordando as posições eleitorais do PS, claramente contra a gestão privada do Hospital, os comunistas lamentam que passados tantos meses nada tenha

sido feito nesse sentido, apesar dos repetidos protestos da Comissão de Utentes.

E a verdade é que não faltam razões para o descontentamento. Os utentes continuam a esperar nos corredores, os meios de diagnóstico não funcionam por falta de técnicos e só 25 por cento das consultas vão para o Serviço Nacional de Saúde, constituindo os restantes 75 por

cento consultas privadas em Hospital Público.

A situação instável do quadro médico é igualmente escandalosa. Os vínculos são precários, os salários são baixos e muitos serviços do Hospital foram entregues a subempreiteiros. Para o futuro há já quem preveja a aplicação do regime de turnos duplos, com evidente perda de qualidade dos serviços prestados.

Para o PCP não há tempo a perder. É preciso que o Governo denuncie o contrato de gestão privada do Hospital; proceda à abertura imediata da Urgências e da Maternidade, bem como de outras valências hospitalares e que defina um quadro de pessoal médico e auxiliar efectivo, que dê estabilidade ao funcionamento hospitalar.

## CAMARADAS FALECIDOS

### João Luís Silva

Faleceu, no passado dia 8 de Fevereiro, com 65 anos de idade, João Luís Silva. Foi trabalhador da Fundação Oeiras e estava organizado em Porto Salvo.

### Joaquim Crisóstomo

Faleceu, no passado mês de Dezembro, com 68 anos de idade, Joaquim Crisóstomo. Membro do PCP desde os 18 anos, passou pelas prisões do Aljube e Caxias, fez parte da Comissão de Trabalhadores da CAVAN, onde era operário, e estava organizado em Stª Iria de Azóia, terra da sua naturalidade.

(Por atrasos que nos foram alheios, só agora nos é possível publicar a notícia do falecimento deste camarada.)

### Mário Pereira

Faleceu, no passado dia 23 de Fevereiro, com 60 anos de idade, Mário Pereira. Membro do Partido desde 1977, era membro da Célula dos Trabalhadores da Câmara e Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Cruz, do concelho de Santiago do Cacém.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP

# Jornadas autárquicas Na Colina do Castelo

O PCP iniciou, na passada terça-feira, as suas jornadas autárquicas na Colina do Castelo, Alfama e Mouraria.

O PCP reafirma o seu empenhamento em acelerar o processo de reabilitação dos bairros históricos da cidade



## Delegação visita Montijo

Uma delegação de eleitos locais, dirigentes regionais e nacionais do PCP visitou o recentemente o concelho do Montijo para se inteirar da actual situação autárquica e das perspectivas futuras. A delegação foi recebida na Câmara Municipal pela presidente da Câmara, Jacinta Ricardo, e pelos vereadores Flausino Barradas e Serra da Graça e ainda pelos chefes de departamento, adjunta e secretária da presidência. Nesse encontro foram apresentados os projectos em preparação ou já em execução na autarquia, bem como as principais dificuldades e problemas que preocupam aquela equipa.

Entre outros aspectos, foram abordados a separação geográfica das freguesias de Canha, S. Isidro e Pegões relativamente ao resto do concelho; os impactes da nova Ponte, o projecto de recuperação da zona ribeirinha, a aplicação do Plano Especial de Reajuntamento, o PDM, as vias estruturantes IC13 e IC3, EN 11, Plano estratégico da cidade do Montijo, a situação do Bairro da Bela Vista, os projectos de ETAR's, recuperação do Cine-teatro Joaquim de Almeida, rede de Museu, projectos para a Juventude e ainda questões ligadas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, nova regulamentação para as freguesias e regionalização.

Durante a visita a diversos pontos do concelho, foi apreciado positivamente o desempenho dos eleitos do PCP/CDU nos vários órgãos autárquicos, que permitiu que grande parte do programa eleitoral da CDU esteja já cumprido, ou em fase de execução.

A delegação do PCP era composta por Augusto Flor, coodador concelhio, José Maia, membro do Comité Central, Carlos Humberto, o engenheiro Brito Apolónia, o arquitecto Augusto Pólvora, membro do Secretariado Distrital de Autarquias, e Fernando Paes, da Comissão Concelhia do Montijo do PCP e deputado municipal.

## FARO

### O papel da Comunicação Social

Tendo como pano de fundo as comemorações do 65º aniversário do «Avante!», decorreu na passada sexta-feira, no centro de Trabalho do PCP, em Faro, um debate subordinado ao tema «A situação e o papel da comunicação social».

Nesta iniciativa, que se inseriu também no ciclo de debates que a DORAL está a promover nas suas novas instalações, participaram Anabela Fino, chefe de Redacção adjunta do «Avante!», Conceição Branco, jornalista do semanário «Expresso», José Lança, director do semanário regional «Jornal do Algarve», e Ramiro Santos, jornalista da Agência Lusa.

## AJUDA

### Alargar a influência

Sob o lema «Reforçar a organização - Alargar a influência do Partido» realizou-se, no passado dia 17 de Fevereiro, a 2ª Assembleia da Organização de Freguesia da Ajuda, que contou com a presença do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do PCP.

A assembleia, que reuniu mais de 50 militantes, elegeu a nova comissão de freguesia, agora constituída por 21 camaradas. Durante os seus trabalhos, foi debatida e aprovada uma resolução política que traça medidas de reforço orgânico e define as prioridades da acção do Partido junto das populações, reformados, juventude, no movimento associativo popular e no trabalho autárquico. A assembleia pronunciou-se igualmente pela necessidade de incentivar a adesão de novos militantes ao Partido e de dinamizar a recolha de fundos.

## VILA VERDE

### Obras do PIDDAC

A Comissão Concelhia de Vila Verde do PCP protesta em comunicado pela não inclusão no PIDDAC/96 de obras fundamentais para aquele concelho do distrito de Braga, como são exemplo a construção de uma nova ponte sobre o rio Cávado, da variante às Estradas 101 e 201, e de pelo menos uma escola EB 2,3.

O PCP congratula-se com posição assumida pela Assembleia Municipal, que decidiu por unanimidade expressar o seu protesto junto do Governo, dispondo-se a dar corpo ao descontentamento popular.

Na nota divulgada, a concelhia manifesta ainda a sua solidariedade com os trabalhadores da Abel Figueiredo, em Santo Tirso, e repudia a carga policial responsabilizando o Governo «por não ter actuado na defesa do princípio constitucional do direito ao emprego».

A semana autárquica do PCP, que decorre até ao próximo sábado, permite aos eleitos comunistas no quadro da Coligação «Com Lisboa», prestarem contas às populações locais sobre trabalho realizado e perspectivado até ao final do mandato.

Em conferência de imprensa promovida pela Direcção da Zona Centro da Cidade do PCP, foi referido que no presente mandato os eleitos do PCP apostam na requalificação dos pequenos espaços públicos e na resolução dos problemas à escala das freguesias.

Esta linha de trabalho desenvolve-se em paralelo com a resolução de grandes problemas de fundo, como são exemplos a recuperação do degradado parque habitacional, a implantação de mais equipamentos sociais, a melhoria das redes viárias e a garantia de uma maior segurança das populações.

O PCP realça como prioridades as acções em curso nos bairros do Castelo, Alfama e Mouraria; a reabilitação do património edificado no Castelo com a manutenção da população aí residente; a recuperação de passeios e pavimentos, gestão eficaz de balneários, lavadouros, e parques infantis, entre outras.

### Humanizar a cidade

Neste trabalho de estreita ligação do município às freguesias, através do pelouro da Intervenção Local, a cargo de um vereador comunista, será possível, a curto prazo, transformar em espaços de lazer e convívio, com zonas verdes e bancos, locais como a Rua Arco da Graça, Escadinha da Calçada



Nova do Colégio, Escada da Rua do Arco da Graça, Largo das Olarias, Rua da Judiaria e Fonte do Poeta, Largo dos Trigueiros, Largo das Farinhas, Beco do Outeirinho e Beco dos Paus.

equipamento social e criação de uma zona de lazer e convívio.

Num plano mais global, os comunistas apostam na intensificação do esforço de melhoria do sistema de limpeza da cidade dependente, em boa medida, da

habitacional dos bairros históricos da cidade, sob pena de muitos edifícios irem inexoravelmente ruindo. Trata-se de um problema cuja solução depende da aprovação, pelo Governo, de um programa de emergência que

## Prestar contas

No decorrer da semana autárquica, os eleitos do PCP, quer municipais, quer das freguesias de Alfama, Mouraria e Colina do Castelo prestam contas à população, realizando-se um intenso diálogo com associações juvenis, colectividades de cultura e recreio, professores, associações de pais e ATL's, com a Cooperativa de Habitação «Colina Jovem» e com os habitantes em geral da zona.

Estão previstas sessões especiais de prestação de contas no Castelo e Alfama e visitas ao Teatro Taborada, ao Posto da Polícia da Mouraria, as Centros de Convívio de reformados, às escolas Primárias, a espaços e edifícios em reabilitação urbana, ao Clube Lusitano e Ginásio de Alfama, ao Centro de Saúde da Graça e à Extensão da Rua de S. Nicolau.

Igual importância é dada a outros projectos, caso da construção de um tanque de natção, na antiga Fábrica dos Botões, em Alfama, correspondendo, assim, a uma velha aspiração local; e ao arranjo do Quintal do Beco do Loureiro, com instalação de

contratação de mais de uma centena e meia de cantoneiros para preencher as vagas há muito abertas no quadro de pessoal daquele serviço.

O PCP reafirma o seu empenhamento em acelerar o processo de reabilitação do parque

preveja mecanismos legislativos e financeiros adequados às necessidades. O programa foi apresentado pelo PCP na Assembleia da República e deveria entrar em vigor com a aprovação do Orçamento de Estado agora em discussão.

## Olhar e viver a cidade

No âmbito da semana autárquica, estava previsto para hoje uma jornada de contacto com a população do Castelo, na qual participam eleitos comunistas na CM de Lisboa e daquela Junta de Freguesia.

A iniciativa decorre num momento em que entra numa fase decisiva o «Projecto Integrado do Castelo», no qual o PCP está profundamente empenhado.

Os comunistas valorizam o projecto que visa reabilitar e restaurar o património edificado, mantendo a residir na freguesia a população «filha» do Castelo.

Contudo, sem se menosprezarem as dificuldades decorrentes de um projecto com tal envergadura, consideram que «elas serão tanto melhor ultrapassadas quanto maior for o diálogo, participação e o respeito dos compromissos com a população do

Castelo», que está no centro das preocupações.

O PCP confia que os residentes «saberão julgar o que está em jogo com a execução dos trabalhos e encontrarão, em conjunto com todos interessados, a começar com os eleitos comunistas na Câmara Municipal de Lisboa e na respectiva Junta de Freguesia, as melhores soluções» que não atrasem o arranque das obras e minimizem os incómodos que surgirão.

Em 1996, a cidade passará não só a dispor de um óptimo local para olhar a cidade, mas também terá um bairro onde se «vive a cidade» de forma mais digna para conteúdo de todos, moradores e visitantes.

Entretanto, o PCP apela a que se respeite as soluções que são melhores para quem vive no Castelo. É que, serão os residentes os mais incomodados. Eles vivem lá e não vão só olhar a cidade.



## PCP



A LOTAÇOR perdeu facturas relativas à congelação e armazenamento de pescado

## PCP/Açores quer esclarecimentos LOTAÇOR perdona dívidas a empresas

O deputado comunista na ALR dos Açores, Paulo Valadão, exigiu recentemente esclarecimentos sobre a gestão que considera «pouco clara» da empresa pública LOTAÇOR

Em Outubro de 1995, a LOTAÇOR tinha uma dívida à banca de cerca de 90 mil contos, mas no período de apenas dois meses, aquele montante subiu para o dobro, segundo indica o relatório oficial de apuramento da dívida pública regional.

Interrogando-se sobre as razões de tão rápido agravamento, Paulo Valadão afirma que no início de 1993, várias empresas regionais deviam à LOTAÇOR, em taxas de lotas, congelação e refrigeração, um montante superior a 116 mil contos.

Contudo, continua o deputado citando informações fidedignas, o Conselho de Gerência da empresa, com a assessoria da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, perdoou as dívidas anteriores a 1993.

Embora não se saiba se tal prática continuou nos anos de 1994 e 1995, Paulo Valadão soube que em 1990-91 a LOTAÇOR perdeu facturas relativas à congelação e armazenamento de atum, no entreposto da Madalena, que ascendiam a perto de 20 mil contos.

Notando que se trata de uma empresa pública a quem compete proceder à primeira venda do pescado, prestando também serviços na área da conservação do pescado, a armadores e pescadores, os quais constituem uma importante parte da receita da LOTAÇOR.

A grave situação financeira da empresa obrigou que, em Março de 1993, o secretário de Estado Regional da Agricultura e Pescas, em ofício ao secretário da Finanças, pedisse que fossem pagas «as importâncias em dívida à LOTAÇOR», acrescentando que pretendia assim «evitar o total colapso económico e financeiro desta empresa pública».

O deputado comunista exige que a tutela e presete os devidos esclarecimentos sobre perdões de dívidas a empresas do sector, declaração de dívidas da Secretaria Regional e sobre o endividamento bancário da LOTAÇOR.

### Clarificar competências

Para o PCP/Açores, a clarificação das competências das assembleias legislativas deve ser encarada como uma prioridade no futuro processo de revisão constitucional, que abrangerá a autonomia regional.

Segundo um documento do deputado regional do PCP, Paulo Valadão, «é essencial que o texto constitucional estabeleça com rigor as competências legislativas das Regiões Autónomas, pondo termo à situação de completa dependência dessas competências das interpretações que são feitas do texto constitucional».

Manifestando disponibilidade para «em conjunto com os restantes partidos ser feito um esforço para se encontrar uma solução consensual que contribua para o reforço da natureza nacional da autonomia regional», o PCP/Açores fará incidir os seus esforços em matérias como «alargamento e clarificação da competência legislativa das assembleias legislativas regionais».

Consagração do direito de pronúncia sobre as questões que digam respeito à região e que sejam relativas à participação de Portugal na União Europeia; alargamento aos cidadãos da capacidade de iniciativa legislativa perante a Assembleia Regional; clarificação e actualização dos limites aos poderes das regiões autónomas; estabelecimento da obrigação de regular por lei o relacionamento financeiros entre o Estado e as regiões autónomas; e obrigação de audição das Assembleias Legislativas Regionais nos processos de nomeação e exoneração dos Ministros da República e fixação da duração do respectivo mandato.

defesa dos postos de trabalho e do aparelho produtivo nacional.

O plenário decidiu apelar à participação dos trabalhadores e suas organizações representativas nas empresas para saírem à rua no próximo dia 7 de Março, numa jornada de luta promovida pelo Movimento Sindical, com concentração no Largo Camões, com desfile para a residência do 1.º Ministro.

Foi ainda aprovada uma moção que repudia e condena energicamente a «brutal repressão policial de que foram vítimas 400 trabalhadores da empresa Abel Alves Figueiredo de Santo Tirso, quando defendiam os seus postos de trabalho, o direito ao emprego e ao salário».

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Droga em Quarteira Traficantes gozam de total impunidade

Uma onda de preocupação está a percorrer os comerciantes e moradores de Quarteira, motivada pela completa impunidade em que actuam os traficantes de droga. Para ontem, em sinal de protesto por uma situação que consideram estar próxima do limite, estava marcada uma manifestação de rua.

O problema assume maior gravidade na Rua Vasco da Gama e artérias adjacentes, tendo já justificado um abaixo-assinado dirigido ao Governador Civil de Faro.

No texto, entregue em Dezembro último, os signatários chamam a atenção para a gravidade da situação, alertando para as actividades desen-

volvidas num bar instalado no "Centro Comercial Paula Bela", na citada rua, onde os traficantes actuam na mais completa impunidade, não obstante as sucessivas denúncias feitas junto da GNR.

Considerando que a situação atingiu um ponto "absolutamente insustentável", face à "sobranceria e violência verbal e física mani-

festada pelos traficantes e seus colaboradores", os comerciantes e moradores referem mesmo na sua exposição que já ninguém ousa sequer "protestar ou recriminar tais actividades", com receio de qualquer retaliação.

O abaixo-assinado, entretanto levado ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP, motivou já, por sua vez, uma diligência do deputado comunista António Filipe, através de requerimento ao Governo, onde este é questionado sobre as medidas que pensa adoptar, na sequência da exposição ao Governador Civil, para pôr cobro às actividades de tráfico de droga referenciadas.

### Resíduos sólidos

## Reduzir, reciclar, reutilizar

O Grupo Parlamentar do PCP defende a adopção de um programa nacional de redução, reciclagem e reutilização que promova um correcto processamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos. Materializada em projecto de lei, recentemente entregue na Mesa da Assembleia da República, esta proposta resulta da consciencialização crescente de que a eliminação de resíduos sólidos, particularmente nas zonas urbanas, constitui um problema de difícil solução e com custos elevados.

A questão decorre desde logo do crescente volume de resíduos sólidos urbanos produzidos e das alterações na sua própria composição, o que, como se pode ler no preâmbulo do diploma, coloca "novos e complexos

problemas na procura de forma para a sua eliminação".

Mais do que nunca, na perspectiva dos parlamentares comunistas, o essencial da questão passa mesmo pela "adopção de uma política global

de resíduos", que consideram "imperativa", e que deverá necessariamente assentar no seu tratamento, sem deixar de privilegiar adequados programas de redução, reciclagem e reutilização.



Urge sensibilizar a população para a importância do equilíbrio ambiental e para a necessidade da redução do volume de resíduos

## Conselhos Consultivos da Polícia PCP propõe nova composição

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que altera a composição do Conselho Superior de Polícia e do Conselho Superior de Justiça e Disciplina da PSP. Nos seus objectivos, o diploma visa assegurar uma maior participação dos profissionais da PSP naqueles órgãos, garantindo, simultaneamente, a substituição do princípio da nomeação pelo da eleição quanto à forma de designação dos representantes dos profissionais nessas estruturas consultivas.

Na base desta iniciativa legislativa, como refere a sua nota preambular, está o entendimento

de que a "indispensável modernização da PSP e o aperfeiçoamento substancial dos mecanismos de participação dos profissionais que lhe deve corresponder" são de todo em todo incompatíveis com as actuais composição e forma de designação dos membros dos conselhos consultivos do Comandante Geral da PSP, estabelecidos pela Lei Orgânica desta força de segurança.

Com efeito, na composição de tais Conselhos, avulta uma esmagadora maioria de membros por inerência ou nomeação do Comandante-Geral, o que, na prática, como é sublinhado no preâmbulo do diploma, "os tor-

nam meras extensões do Comando-Geral, sendo reduzida ao mínimo a participação de membros eleitos pelos profissionais da PSP".

Uma situação tanto mais indesejável quanto é certo que estes Conselhos, pese embora a sua natureza meramente consultiva, "possuem a competência de se pronunciar sobre assuntos de enorme importância para a PSP", sejam de natureza técnico-policial ou relativos às condições de prestação do serviço ou ao pessoal, sejam ainda todos os assuntos que afectam o moral e bem-estar dos profissionais ou os relativos à matéria de justiça e disciplina na PSP.

## Células de 14 empresas reúnem em Alhandra

O plenário de Comunistas do Sector de Empresas do Concelho de Vila Franca de Xira reuniu na passada sexta-feira no centro de Trabalho de Alhandra do PCP, tendo participado membros de células de 14 empresas.

No plenário, esteve o camarada Ernesto Cartaxo, membro do Comité Central do PCP, da Comissão Executiva da CGTP-IN e presidente da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira.

Os presentes analisaram a ofensiva contra os direitos e regalias dos trabalhadores, a coberto do Acordo de Concertação Social, manifestando determinação em continuar a luta pelas 40 horas semanais e contra a flexibilidade do horário laboral e a polivalência, por melhores salários, em

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Para evitar asfixia dos municípios e viabilizar PER PCP propõe alterações ao Programa de erradicação das barracas

Viabilizar o programa de erradicação de barracas das Áreas Metropolitanas introduzindo para o efeito as alterações que corrijam os problemas nele detectados, garantindo simultaneamente aos municípios as condições e meios capazes de o executar, tais são, em síntese, os grandes objectivos que inspiram o projecto de lei do PCP que revê o regime do Plano Especial de Realojamento (PER).

Na base desta iniciativa legislativa, apresentada publicamente em conferência de imprensa realizada hoje oito dias, estão as dificuldades crescentes que os municípios aderentes ao PER vêm sentindo para concretizar o realojamento condigno de dezenas de milhares de famílias, em consequência dos seus enormes custos financeiros, que, em alguns casos, podem mesmo conduzir à asfixia de diversas autarquias.

É que, como explicou o deputado Luís Sá, quando a generalidade das câmaras municipais das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto aceitaram substituir-se à Administração Central e assinaram os Acordos de Adesão visando o realojamento das famílias residentes em barracas, fizeram-no, sublinhou, "no pressuposto então enunciado de usufruírem de condições financeiras e técnicas que não se traduzissem em novos e avultados encargos para os municípios.

Não tem sido essa, porém, a realidade com que se têm confrontado as autarquias envolvidas, a braços com elevadíssimos custos financeiros decorrentes desses programas de realojamento. Lembrado, a este propósito, a título de exemplo, foi o caso da Câmara de Loures que investiu 545 mil contos só para os primeiros 334 fogos construídos ao abrigo do PER.

## Urgem novas medidas

Ao pretender viabilizar o programa de erradicação de barracas (só na Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal o seu número situar-se-á

entre 30 a 35 mil), acautelando simultaneamente os interesses dos municípios, o Grupo comunista - que desafiou o PS a assumir as suas responsabilidades e a cumprir as suas promessas eleitorais nesta matéria - parte entretanto do princípio de que nem os Acordos de Colaboração nem os Acordos de Adesão ao PER constituem uma solução global para os problemas de habitação das famílias mais carenciadas.

Como frisou Luís Sá, que estava acompanhado pelo seu colega de bancada António Filipe e pelos autarcas comunistas Francisco Pereira (Loures), Fernando Pereira (Amadora) e Lino Paulo (Sintra), "estamos conscientes de que a prioridade única ao realojamento de famílias residentes em barracas conduz necessariamente a situações que deixam de fora parte importante dos problemas existentes".

Numa visão mais alargada do problema de habitação destas e de outras famílias carenciadas, o Grupo comunista entende mesmo que a sua resolução não é passível "com um único programa, com um único modelo", sendo sua convicção, conforme foi reiterado, "que não há solução para os problemas de habitação sem uma verdadeira política nacional" para o sector, há muito reclamada, mas sempre adiada.

Tal não significa, todavia, que não deva ser conferida prioridade aos programas em curso e introduzidas as correcções que os possam aperfeiçoar, tanto mais que - foi ainda Luís Sá a lembrá-lo - os Acordos de Colaboração e o PER existem e são responsáveis pela construção de



As propostas do PCP, conforme foi reiterado em conferência de imprensa, visam impedir a asfixia financeira dos Municípios e garantir a viabilidade do programa de erradicação de barracas, cujo número, só na Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, ronda as 35 mil



alguns milhares de fogos. Só para a Área Metropolitana de Lisboa, e apenas ao abrigo do PER, registre-se, foram contratados mais de trinta e três mil fogos, num investimento que ronda os duzentos e cinquenta milhões de contos.

## Suprir carências habitacionais

Ao avançar com este diploma, recorde-se, o Grupo Parla-

mentar do PCP dá continuidade no plano legislativo a outras acções por si materializadas no domínio da habitação, a última das quais, já na presente Legislatura, ganhou consistência através de um Plano especial de Reabilitação Urbana destinado a dar resposta à situação de degradação em que se encontram inúmeros imóveis nos centros das grandes cidades.

Em termos globais, estas iniciativas visam superar o vazio causado nos últimos anos pela demissão do Estado e do Governo na assunção das responsabilidades que lhes estão atribuídas constitucionalmente na promoção da habitação social.

Com efeito, depois de tímidas medidas consubstanciadas em legislação avulsa (D.L. nº 110/85 e D.L. nº 26/87), só em 1993 é que a Administração Central decide lançar o PER, numa operação que, como foi assinalado na conferência de imprensa, ao pretender "passar para o Poder Local as responsabilidades nesta importante área de satisfação das necessidades dos sectores mais desfavorecidos da população", privilegiou mais "o impacto mediático e a exploração política" do que propriamente a "solidez das soluções e a capacidade de solucionar efectivamente os problemas".

## Seis medidas para corrigir o que está mal

**Libertar os municípios do investimento directo a que são forçados pela legislação em vigor** (Decreto-Lei nº 163/93), cuja dimensão atinge 20 por cento do investimento global, constitui uma das medidas concretas previstas no diploma subscrito pelos deputados comunistas. Como testemunho esclarecedor do que representa este "peso" na situação actual das autarquias, de acordo com a revelação feita aos jornalistas na conferência de imprensa, está o caso da Câmara de Loures que investiu qualquer coisa como 545 mil contos só para os primeiros 334 fogos previstos no âmbito do PER.

**Libertar igualmente os municípios das limitações à sua capacidade de endividamento** por força dos empréstimos que obtêm junto do INP ou de outras instituições é outro dos objectivos visados no presente projecto de lei, que prevê, simultaneamente, a **flexibilização e simplificação de procedimentos** em ordem a ajustá-los à dinâmica de um processo que temporalmente se estenderá muito para além do ano 2000.

**O apoio efectivo à criação do equipamento social** indispensável para que as áreas de realojamento não se venham a tornar verdadeiros *ghetos* assume-se, por sua vez, como outro dos grandes objectivos do diploma, que **responsabiliza ainda a Segurança Social pelo pagamento do diferencial entre o preço técnico e a renda apoiada**, libertando os promotores da construção de habitação social do pesadíssimo encargo de «subsidiar as rendas». Exemplificados, a este respeito, foram os casos de Sintra - onde o Município "subsidiava" mensalmente as rendas dos primeiros 252 fogos do PER com 13 740 contos - e o de Oeiras, onde 1380 rendas são subsidiadas num valor que orça os 360 000 contos anuais.

No sentido de corrigir a enorme injustiça gerada pelas diferentes condições de financiamento estabelecidas nos Acordos de Colaboração e os Acordos de Adesão ao PER (os primeiros são muito mais gravosos, ou seja, penalizam os municípios que avançaram primeiro para a resolução dos problemas de habitação), o projecto de lei do PCP estabelece, por último, no seu articulado, a **equiparação entre os dois Acordos no que diz respeito às referidas condições de financiamento.**

## Fábrica Regina

# Trabalhadores hostilizados

Decorridas algumas semanas sobre o reinício da sua laboração, persistem na Fábrica Regina factores de preocupação entre os trabalhadores no que se refere à forma como o processo de viabilização e recuperação da empresa está a decorrer. Por todos saudado como positivo, o recomeço da sua laboração foi marcado, com efeito, por severas críticas ao procedimento da administração, sobre quem recaem acusações por hostilizar a participação dos trabalhadores e ofender direitos essenciais que lhe assistem.

Em causa está, concretamente, o facto de a administração não cumprir o compromisso por si assumido em acta de fornecer o projecto de viabilização à comissão de trabalhadores, a que acresce a circunstância de ter retirado a este órgão, bem como aos delegados sindicais, as instalações que usufruíam.

Preocupados com a situação estão também os deputados comunistas João Amaral e Rodeia Machado que, em requerimento dirigido ao Governo, pediram já explicações sobre o assunto, designadamente sobre as medidas que aquele pensa adoptar para repor a legalidade e incrementar um clima de diálogo que garanta a efectiva recuperação da empresa.

No texto, os parlamentares comunistas chamam ainda a atenção para outros atropelos cometidos pela administração, como sejam a proibição de entrada nos plenários aos trabalhadores em situação de suspensão do contrato de trabalho, proibição extensiva aos dirigentes sindicais, quando é certo que foram estes dos mais activos defensores da empresa e da sua recuperação.

## INTERNACIONAL

# Reformas belicistas ameaçam a União Europeia

## Rússia

Depois da atitude claramente eleitoralista de Boris Ieltsin ao ameaçar demitir o Governo se este não puser de lado as reformas económicas e não aliviar os sacrifícios do povo, o líder do Partido Comunista, Gennady Zyuganov, disse que o presidente russo tinha adoptado a retórica da oposição de linha dura. «É uma tentativa de se apoderar de muitas frases e ideias que têm sido avançadas pelas forças patrióticas nos últimos anos», afirmou, referindo-se à mudança de discurso de Ieltsin face à proximidade das eleições.

## ETA

Num comunicado publicado no sábado pelo jornal Egin, a ETA reivindicou o assassinato de Fernando Múgica, alegando que este contribuiu para a «repressão» no País Basco. Recorde-se que este dirigente socialista foi morto a tiro à saída do seu escritório no princípio do mês, em San Sebastian.

## Petróleo por alimentos

O Iraque aceitou a resolução 986 das Nações Unidas, que vem permitir o levantamento do embargo internacional àquele país. A exportação de petróleo em «plafonds» limitados e sob o controlo da ONU será agora possível, de forma a permitir a compra de alimentos e medicamentos que a população iraquiana tanto necessita.

## Assassinatos no Iraque

A actualidade deste país do Médio Oriente foi marcada esta semana pelo assassinato dos dois genros de Saddam Hussein, juntamente com vários familiares. As autoridades iraquianas alegam que a autoria das mortes é da responsabilidade de parentes que pretendiam cortar «o ramo traidor da família». Contudo, a oposição sustenta que os crimes foram levados a cabo segundo ordens do presidente: «Este assassinio prova uma vez mais que o regime não tem qualquer credibilidade e que não se pode ter confiança em Saddam.»

Husein Kamal Hasan e Sadam Kamal haviam regressado há alguns dias ao Iraque, sob o perdão do presidente, após seis meses de exílio na Jordânia onde tentaram em vão organizar-se como alternativa credível a Saddam Hussein.

## Comissão Europeia

A França defendeu, na passada quinta-feira, uma ampla remodelação da Comissão Europeia através da diminuição do número de comissários e o aumento dos poderes do presidente. Passaria a caber a esta a responsabilidade de escolher a sua equipa, deixando assim cada país de ter representantes naquele órgão.

## Martins Coelho

A Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu aprovou recentemente, com inúmeras alterações, um parecer da autoria do liberal luxemburguês Charles Boerns sobre as prioridades da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) que deseja ver contemplados no futuro tratado a aprovar na Conferência Intergovernamental (CIG).

As principais propostas apresentadas pela Comissão são as seguintes:

- uma diplomacia preventiva capaz de reduzir os riscos de conflito e de instabilidade nas zonas de interesse para a União Europeia e de assegurar a defesa das suas fronteiras externas; os Estados-membros comprometem-se na defesa das fronteiras externas através de um acordo de apoio mútuo e de solidariedade (esta última parte foi acrescentada por proposta do Grupo Socialista);
- determinado número de Estados-membros, deliberando por maioria qualificada, poderão dar início a uma acção humanitária, diplomática ou militar que será qualificada de «acção comum», sendo que nenhum Estado-membro será obrigado a participar na referida acção se não o desejar, do mesmo modo que nenhum Estado-membro poderá impedir a maioria de dar início à referida acção (proposta socialista);
- para promover o objectivo do presente Tratado e a partir

de 1998; data em que expira o Tratado de Bruxelas, as competências da União da Europa Ocidental (UEO) serão exercidas pela União Europeia (proposta socialista);

- as despesas administrativas e operacionais em que incorram as Instituições por força da execução das disposições relativas à política externa e de segurança comum ficarão a cargo do orçamento das Comunidades Europeias;

- o Membro da Comissão responsável pela política externa assumirá, em estreita colaboração com a Presidência do Conselho e com o órgão central de análise e proposta, a representação externa da União no domínio da PESC. Será nomeado segundo o processo aplicável ao Presidente da Comissão (proposta do PPE);

- proceder-se-á gradualmente à fusão entre a UEO e UE. Nessas circunstâncias, todos os Estados-membros passarão a ficar vinculados a todas as tarefas de Petersberg da UEO, com excepção

do artigo V do Tratado da UEO. O artigo V do Tratado UEO será incluído no Tratado da União Europeia ou num protocolo anexo a este, sendo vinculativo para os actuais membros da UEO. Os restantes Estados-membros da UE disporão da possibilidade de aderir, imediatamente ou numa data posterior, às disposições do actual artigo V do tratado UEO. Em caso de acções militares (com excepção do artigo V do Tratado UEO), nenhum Estado-membro pode ser obrigado a participar, nem, sem prejuízo da necessária solidariedade política e financeira, poderá impedir a maioria dos Estados-membros de levarem a cabo tal acção (proposta PPE);

- a segurança pode também ser vista em termos da necessidade de uma indústria europeia de defesa forte. Tendo em conta isto, o PE solicita o seguinte: o Parlamento Europeu insta a CIG a adoptar um protocolo ao Tratado da UE, protocolo nos termos do qual os Estados-membros só recorrerão ao Artigo 223 em circunstâncias excepcionais e não interferirão em fusões efectuadas por motivos comerciais entre empresas do sector da defesa nacional (proposta socialista).

Como esclarecimento, para os leitores menos familiarizados com estas questões, o Art. 223 exclui a indústria de arma-

mentos das regras do mercado único, sendo matéria da competência dos Estados. O Art. V da UEO implica que num caso de conflito entre um Estado efectivo da UEO e um outro país, os membros da UEO devem implicar-se ao lado desse Estado.

Estas posições da Comissão dos Assuntos Externos não são novidade, e representam a continuação de outras idênticas adoptadas no passado e secundadas depois em sessão plenária pela maioria do PE. Revestem no momento actual maior gravidade, dado ser o objectivo de tais posições e pressionar a CIG, que inicia os seus trabalhos no próximo mês de Março, com vista a introduzir nos Tratados «reformas» belicistas e aventureiras tão caras aos meios militaristas e maioritários dentro do PE.

Escusado referir que as propostas do nosso Grupo no PE, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, foram vencidas.

Propostas com outra filosofia e outra concepção da vida e do Mundo, voltadas para a resolução política e pacífica dos conflitos, para a cooperação, a solidariedade e a paz, no sentido de favorecer uma nova ordem internacional mais justa e democrática. Propostas que excluam a militarização da UE, que defendiam o desarmamento e um papel activo da

UE na promoção da paz e na prevenção dos conflitos.

Se as propostas desta comissão viessem a vingar e a ser introduzidas nos Tratados teríamos uma UE com uma concepção estritamente militar das questões da segurança e da defesa, empenhada no desenvolvimento de uma poderosa indústria militar, delapidando recursos necessários ao investimento em actividades produtivas, ao combate ao desemprego, à eliminação da pobreza crescente, à solidariedade internacional com as zonas mais pobres e subdesenvolvidas.

O orçamento comunitário largamente insuficiente para promover a coesão económica e social dentro da UE, ainda mais empobrecido ficaria para os fins do desenvolvimento, a defesa do ambiente, a criação de emprego. Uma maioria de estados decidiam as acções militares, mas todos pagavam, mesmo os que se opusessem.

Na verdade, tudo isto vem ao arrepio da História, do desejo cada vez maior de todos os povos de viverem em paz, em progresso e em liberdade.

É também um alerta, a evidência de que o combate pela democracia e pela paz tem de continuar, e também evidencia a necessidade de se perguntar aos governos o que tencionam fazer, e o exigir de que a construção da UE tem de avançar por outros caminhos.

## Núcleo do PT

# Abraçar o Brasil em Lisboa

A adesão dos «petistas», simpatizantes e amigos às actividades do núcleo de Lisboa do Partido dos Trabalhadores (Brasil), considerado o mais bem organizado no estrangeiro, é tal que os coordenadores já colocam a questão: «É possível organizar apenas três feijoadas por ano?»

As feijoadas deste núcleo, a que chegam a afluir 300 pessoas, realizam-se na Casa da Paz, na Voz do Operário, em restaurantes, associações de estudantes ou em recintos universitários.

Com um boletim próprio com a tiragem média de 500 exemplares por número e que por vezes reedita duas ou três vezes as publicações, este núcleo desenvolve actividades essencialmente relacionadas com a política brasileira procurando ir ao encontro dos 35 mil brasileiros que vivem em Portugal. Ao contrário do que se verificava há alguns anos, não são só estudantes ou trabalhadores com uma formação média que cá encontramos; existem também muitos operários desqualificados que contribuem com uma importan-

te fatia para a economia do seu país natal.

Funcionar apenas como embaixada paralela? Os responsáveis pretendem mais do que isso. A exibição de um vídeo sobre o massacre de Corumbá, a realização de diversos debates sobre a agricultura brasileira, a participação na conferência da passada semana sobre Timor-Leste e o lançamento do vinho tinto «petista» foram as principais iniciativas já levadas a cabo.

Irá proceder-se à pintura de murais na cidade e está já assegurado um espaço nas comemorações do 1º de Maio organizadas pela CGTP-IN e na Festa do Avante!. Em Abril, vão à Escola Secundária de Ourique, a convi-

te do Conselho Directivo e da Associação de Estudantes, promover um debate sobre o referido massacre depois de mostrar o vídeo. Esta iniciativa dirige-se não só aos estudantes, mas também à população em geral. A famosa feijoada não vai faltar.

## À procura de mais participantes

As reuniões do núcleo juntam cerca de 20 pessoas todos os meses. Com o objectivo de atrair mais participantes, as futuras reuniões abordarão cada uma um tema, nomeadamente a questão da emigração, a organização do partido no exterior e o Socialismo na Esquerda.

Este ano irá ainda realizar-se em Lisboa o I Encontro Interna-



cional dos Núcleos do PT do Estrangeiro.

As únicas fontes de rendimento do núcleo português são as receitas das feijoadas e a contribuição dos militantes (1 por cento dos ordenados).

Acompanhando a sociedade



portuguesa, o PT mantém relações com «todos os partidos à esquerda do PS», como costumam dizer os seus responsáveis. Nas últimas eleições, 25 por cento na população brasileira votou no PT e nas presidenciais Luís Lula da Silva, o líder do partido, obteve 27 por cento contra os 30 do eleito Fernando Henrique Cardoso. O PT, que completou este mês 16 anos, é o maior partido de esquerda da América Latina, com 700 mil filiados, e governa 55 prefeituras municipais e dois estados, tem 49 deputados federais, 5 senadores da República e milhares de deputados estaduais. As suas principais reivindicações prendem-se com a reforma agrária e a questão do desemprego e dos baixos salários.

## Incidentes em Cuba

**Deplorar primeiro, investigar depois, sancionar já**

O Conselho de Segurança da ONU «deplorou vivamente» a destruição de dois aviões civis norte-americanos por Cuba e pediu um inquérito internacional sobre «todos os aspectos» do incidente, numa declaração aprovada anteontem por unanimidade, em Nova Iorque.

A declaração, considerada por Cuba como «prematura e precipitada», pede ainda que a Organização da Aviação Civil Internacional «faça um inquérito sobre todos os aspectos deste incidente» e que lhe apresente um relatório «o mais cedo possível».

A declaração foi adoptada após a audição do embaixador cubano Bruno Rodriguez Parrilla, que invocando a violação do espaço aéreo de Cuba sublinhou que «não são a paz e a segurança internacionais que são hoje ameaçados», antes «é a paz, soberania e segurança de Cuba que vêm sendo ameaçadas há mais de 35 anos por causa (...) daqueles que estão em posição de força e que promovem acções» contra o seu país.

Ao contrário do que pretendiam os Estados Unidos, os 15 membros do CS aguardaram as explicações de Cuba antes de uma tomada de posição sobre os acontecimentos de sábado passado. Aparentemente, as explicações foram suficientemente convincentes para que o Conselho adoptasse uma declaração e não uma resolução (que tem carácter obrigatório), e os próprios

Estados Unidos retirassem do projecto de declaração apresentado domingo as referências ao «uso ilegal da força» e à «ameaça à ordem internacional», enquanto a frase «o Conselho de Segurança condena...» era substituída por «deplora vivamente». Nuances sem dúvida destinadas a conseguir a unanimidade, mas que objectivamente representam um recuo face à posição inicial dos norte-americanos, prontamente «compensado» com o anúncio feito por Bill Clinton do agravamento das sanções a Cuba, mesmo antes do inquérito pedido pelo Conselho de Segurança.

## Duas versões

Sobre os acontecimentos propriamente ditos, as versões são contraditórias. Por um lado, Cuba afirma que os aviões foram abatidos sobre as

suas águas territoriais e acusa os grupos de exilados cubanos nos Estados Unidos de cometerem actos de terrorismo contra o país. Por outro lado, a organização «Hermanos al Rescate», a que pertenciam as naves abatidas, garante não ter havido violação do espaço aéreo e justifica a presença das naves na zona dizendo que procuravam no mar refugiados cubanos que fugiram da ilha.

A organização «Hermanos al Rescate», formada em 1991, tem base em Miami e dedica-se oficialmente a vigiar o espaço marítimo entre Cuba e a península da Flórida e em busca de refugiados que fujam da ilha em frágeis embarcações. Uma actividade no mínimo insólita quando é sabido que os EUA deixaram de considerar «refugiados políticos» os cubanos que tentam entrar ilegalmente no país e vêm debatendo com as autoridades

de Havana as formas de controlar a emigração clandestina.

## Precipitação

Garantindo dispor de «todas as provas» das diligências cubanas para pôr termo pacificamente à violação do seu espaço aéreo, incluindo «gravações de conversas e evolução do caso minuto a minuto», um porta-voz cubano deixou

há dias no ar uma pergunta a que o Conselho de Segurança não deu resposta: «Que país está disposto a suportar violações do seu território?»

No caso vertente, e ainda que lamentando a perda de vidas humanas, o

Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cuba fez saber, num comunicado sobre o ocorrido, que «a revolução cubana continuará a adoptar todas as medidas necessárias para defender a sua soberania e preservar a segurança» do seu povo.

O secretário de estado norte-americano, Warren Christopher, declarou segunda-feira em San Salvador que os Estados Unidos não excluem uma intervenção militar contra Cuba. O chefe da diplomacia norte-americana indicou que o presidente Bill Clinton, entre as medidas que adoptou contra Cuba, não incluiu «para já» nenhuma acção militar, mas «reservou a possibilidade de recorrer a medidas desse tipo no futuro».

O mesmo comunicado dá conta de que o abate dos aviões civis norte-americanos ocorreu após duas outras violações do espaço aéreo, no mesmo dia (a primeira registada entre as 10.15h e as 11.27h, e a segunda entre as 13.21h e as 15.15h); que de todas as vezes os pilotos foram advertidos para a ilegalidade e os perigos da situação; e que os pilotos responderam saber que não podiam voar na zona em questão (norte de Havana) mas que mesmo assim o fariam.

Face a esta «provocação», que não foi de resto a primeira registada este ano, o comunicado recorda a advertência feita em nota publicada a 15 de Janeiro: «Dizemos aos transgressores que Cuba tem os meios necessários para garantir a integridade do seu território nacional, assim como para interromper voos não autorizados no seu espaço aéreo, pelo que os transgressores devem estar igualmente dispostos a enfrentar as consequências.»

Tendo em conta esta realidade, a declaração adoptada pelo Conselho de Segurança foi considerada como «muito prematura e precipitada», o que «pode estar em ligação com o facto de a presidência actual do Conselho de Segurança ser americana».

**Têxteis portugueses ameaçados**

Portugal vai pedir a anulação dos acordos têxteis celebrados esta semana entre a União Europeia e a Índia e o Paquistão, por estes lesarem os interesses das indústrias nacionais, numa clara violação de vários artigos da Organização Mundial de Comércio.

O secretário de Estado português dos Assuntos Europeus, Francisco Seixas da Costa, explicou que estes dois países asiáticos têm vindo a dificultar as exportações de produtos portugueses para os respectivos

mercados. Estes acordos, a exemplo de outros já firmados e como o PCP não se tem cansado de alertar, prevêem a supressão de obstáculos à entrada na Europa dos produtos com origem naqueles Estados a preços mais baixos do que os praticados pelos portugueses.

Seixas da Costa e o ministro da Agricultura, Gomes da Silva, contestam o «fundamentalismo liberalizante» da UE numa altura em que o combate ao desemprego é prioritário na Europa, acres-

centando que o nosso país não precisa de mais subsídios comunitários, mas sim de mais tempo e mais mercados. Estes acordos diminuem a capacidade produtiva nacional e a sua possibilidade de resistir às exportações estrangeiras e de actuar no dentro do espaço comunitário. A possibilidade de actuar em terceiros mercados, questão tão referida pela Comissão, na prática confina-se aos países com capacidades empresariais ofensivas, o que não é o caso de Portugal.

Acusando a Comissão Europeia de «ultrapassar as suas competências», o secretário de Estado vai recorrer ao Tribunal das Comunidades Europeias para a anulação dos documentos, «profundamente injustos para Portugal».

O sector têxtil, o maior empregador da Comunidade, representa 30 por cento das exportações portuguesas, 30 por cento do mercado da indústria transformadora e 20 por cento da mão-de-obra em Portugal.

**Processo de paz ameaçado na Palestina**

Os dois atentados suicidas do Hamas, de domingo, provocaram a morte de 25 pessoas e ferimentos em 80, em Jerusalém e Ashkelon, e tiveram como consequência imediata a suspensão do processo de paz por parte de Israel.

Outra medida tomada pelo executivo de Shimon Peres foi o isolamento da Cisjordânia e da Faixa de Gaza por tempo indeterminado, para impedir a entrada de trabalhadores palestinos em Israel. Este embargo à passagem de mais de dois milhões de pessoas pode trazer graves problemas à frágil economia da Palestina.

O processo de paz será retomado após o período de luto oficial. «Não há nenhuma razão para não continuar a luta contra o terrorismo, ao mesmo tempo que prossegue o diálogo para o processo de paz», afirmou o chefe do Governo.

A polícia palestina anunciou entretanto que deteu 60 activistas do Hamas, nomeadamente muitos membros do braço armado da organização. «Todos os que prejudicam a segurança, a economia e os interesses do povo palestino serão presos», disse o procurador-geral da Autoridade Palestiniana, citado pela Lusa.

Yasser Arafat, que condenou a «operação terrorista», acrescentando que ela se destinava ao processo de paz, encontrou-se anteontem com o chefe das forças armadas israelitas para analisar os atentados.

Os atentados coincidem com o aniversário do massacre por um judeu de 29 muçulmanos que rezavam numa mesquita da Cisjordânia.

O clima de nervosismo que se vive no Estado hebraico foi expresso claramente no assassinato do motorista palestino que, segunda-feira, atropelou várias pessoas que se encontravam à espera de autocarro em Jerusalém. O motorista foi imediatamente morto a tiro por dois israelitas que se encontravam no local do acidente.

**Aeroporto**

Lamentavelmente, a notícia que publicámos a semana passada sobre as declarações prestadas pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, ao nosso jornal, no regresso de uma visita a vários países asiáticos, continha um lapso da Redacção que importa corrigir.

Assim, na resposta de Carlos Carvalhas a propósito do crescimento económico que está a mudar a face da China, onde se diz «Tem de partir do Governo e do Partido o reconhecimento», deveria estar «Há da parte do Governo e do Partido o reconhecimento».

Pelo engano, pedimos desculpa ao entrevistado e aos nossos leitores.

## Itália

Lamberto Dini, o primeiro-ministro italiano, anunciou que irá chefiar um novo partido nas eleições nacionais que se realizarão em Abril. Essa força política conta já com o apoio do bloco de centro-esquerda e estará voltada para reformas. Dini demitiu-se em Janeiro, mas continua a liderar um governo interino.

## Israel

O parlamento israelita autodissolveu-se na segunda-feira e antecipou a data das eleições gerais para 29 de Maio, previstas inicialmente para Outubro. Num momento em que a direita ganha terreno ao primeiro-ministro Shimon Peres, o Knesset aprovou esta lei por unanimidade.

## Droga

O Órgão Internacional de Controlo de Estupefacientes da ONU, citado pela Lusa, considera que o combate contra o tráfico e o consumo de droga é minado pelas fracas armas utilizadas contra o branqueamento de dinheiro. Esses instrumentos devem ser prioritários na luta contra os estupefacientes. Este organismo defende que só a confiscação de capitais criminosos «podem destruir a base de poder» dos traficantes. O crescente número de crimes relacionados com o tráfico de drogas que se verificou na Europa e o aumento do consumo de drogas de síntese como o ecstasy são apontadas como os principais perigos da actualidade.

## Irakgate

O Governo Inglês ganhou por um voto o debate sobre o relatório Scott relacionado com a venda ilegal de armas ao Iraque, durante o executivo de Margaret Thatcher no fim da década de 1980, alegadamente usadas contra o exército britânico na Guerra do Golfo. John Major obteve 320 votos favoráveis e 319 contra.

## Timorenses

Cerca de uma dezena de timorenses ocuparam terça-feira a sede de campanha do primeiro-ministro australiano, protestando contra o tratado militar assinado entre Sidney e Jacarta e contra o facto de o governo da Austrália se recusar a conceder asilo a quatro timorenses acampados na embaixada australiana na Indonésia.

## Sinn Fein

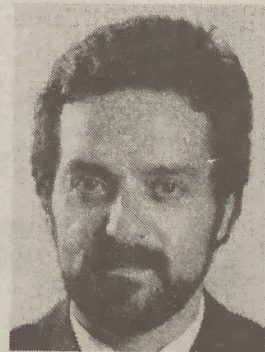
«A situação é muito grave» na Irlanda do Norte, avisou o Sinn Fein, na segunda-feira. Segundo a Lusa, no final do encontro mantido com o Governo Inglês, representantes da Ala política do IRA lamentaram que não se tenha chegado a acordo sobre uma data para as negociações multipartidárias, necessárias «de imediato para a reconstrução da paz».





EM FOCO

# Sobre o estatuto do Poder Local



**LUÍS SÁ**  
Membro da Comissão Política

**A** COINCIDÊNCIA da apresentação na Assembleia da República de projectos de lei do PCP sobre regionalização e sobre outras questões de interesse para o Poder Local, do debate da Lei do Orçamento de Estado, da abertura do processo de revisão constitucional e do anúncio pelo Governo das intenções de rever a legislação relativa às autarquias, coloca em plano destacado da agenda política o estatuto do Poder Local. Assim o entendeu o PCP ao realizar em 24 de Fevereiro uma Reunião Nacional de Quadros sobre este tema, bem como reuniões e debates a nível regional e concelhio.

Quanto à regionalização, o conjunto de projectos de lei do PCP constitui uma irrecusável contribuição para este processo, na sequência dos que deu ao longo dos anos. Debruçam-se sobre as atribuições e competências, as finanças regionais e a transferência de serviços, o património da Administração Central para as regiões, mostrando assim para que podem servir as estruturas regionais eleitas e que estas não terão que se traduzir, ao contrário do que afirmou a direita, em emolumentos desmedidos de gastos públicos, de pessoal e da chamada «classe política».

A proposta de definição de atribuições e competências regionais tem ainda um mérito: a de comprovar que as regiões administrativas não têm que afectar em nada as funções próprias dos municípios, o que aliás seria vedado pela Constituição. Quem as afecta verdadeiramente são as Comissões de Coordenação Regional e outros serviços periféricos dos ministérios, cujas sedes foram concentradas em cinco cidades, esvaziando os distritos, ao mesmo tempo que multiplicavam as ingerências burocráticas na actividade municipal.

Ao mesmo tempo, propõe-se a criação de uma das bases sólidas para uma reforma administrativa

democrática - a descentralização, a racionalização da Administração periférica e das suas áreas e a desburocratização. No momento em que tanto se fala na questão dos «jobs for the boys», a regionalização levanta o problema de se impor reconsiderar esta matéria, colocando o problema da necessidade de alargar a legitimidade eleitoral e o pluralismo a diferentes níveis da Administração Pública. É ainda um facto, sobretudo tendo em conta a burocracia, falta de transparência e baixas taxas de execução da gestão de fundos comunitários, que a existência de regiões democraticamente eleitas poderia dar uma contribuição para a gestão transparente, participada e eficaz destes recursos.

Quanto às áreas de partida, o PCP sublinhou amplamente a propósito de manter a ideia de estas serem o instrumento para um debate amplo, com grande envolvimento das populações e das assembleias municipais. Estas últimas têm um papel decisivamente conformador, nos termos da Constituição e que o projecto de lei do PCP desenvolve, no sentido de instituir as regiões «de baixo para cima». Recorde-se, de resto, que a Lei fundamental prevê que só sejam instituídas em concreto as regiões a favor das quais se pronuncie a maioria das assembleias municipais que

representem a maioria da população.

Noutro plano, o Orçamento de Estado vem colocar o problema do papel das autarquias na sociedade portuguesa. Apesar da habilidade com que o PS geriu esta questão junto da opinião pública, é incontestável que não assume os compromissos anteriores nem contribui para inverter o processo de criação de dificuldades financeiras às autarquias. Basta dizer que o Fundo de Equilíbrio Financeiro era de 8,87% das receitas fiscais em 1987, 6,97% em 1993 e 6,58% em 1996. Por outro lado, a relação do FEF com o Produto Interno Bruto era de 1,72% em 1987, 1,51% em 1990 e 1,45% em 1996. De resto, há situações, como a de Alcochete, que são significativas: se entre 1987 e 1996 o Fundo de Equilíbrio Financeiro acompanhasse a taxa de inflação a verba a receber deveria ser, em 1996, de 450 662 contos e não de 331 614 contos como está previsto.

Por outro lado, avolumam-se pressões para o Poder Local poder assumir encargos sem os meios correspondentes, em especial na área social, polícias municipais e outras, que constituem novos factores de inquietação.

Outros projectos estarão em cima da mesa. Uns já foram debatidos e aprovados na generalidade, esperando apreciação na especialidade. É o caso do regime a tempo inteiro para os eleitos de algumas Juntas de Freguesia, correspondendo, depois de algumas hesitações e contradições internas do PS, embora de forma muito insuficiente e mitigada, a amplas

**Avolumam-se pressões para o Poder Local poder assumir encargos sem os meios correspondentes, em especial na área social, polícias municipais e outras, que constituem novos factores de inquietação**

reivindicações. O alargamento em diploma próprio das atribuições e competências das freguesias e dos seus meios financeiros de modo equilibrado deve ser um complemento, no futuro, da criação de uma tal possibilidade.

É ainda o caso de projectos de lei do PCP, ainda não debatidos, sobre a reabilitação urbana, em especial dos centros históricos, e de viabilização do Programa Especial de Realojamento, de modo a garantir que a extinção de barracas possa ser mais do que propaganda e a salvaguardar minimamente os interesses dos municípios.

Outras questões estarão ainda em debate e exame, como o regime da tutela, a criação de empresas públicas municipais, intermunicipais e regionais, o fortalecimento das associações de municípios e do papel das assembleias municipais, do alargamento da possibilidade do número de vereadores a tempo inteiro, a revisão no sentido descentralizador da legislação sobre ordenamento do território, etc. Em tudo isto haverá muito a fazer, naturalmente, se houver a necessária vontade política.

Em todo este quadro, o PS assumiu a responsabilidade política de não inverter as dificuldades financeiras das autarquias. Na revisão constitucional propõe,

por outro lado, para só referir a área do Poder Local, a liquidação da eleição directa e por representação proporcional das câmaras municipais, o que afectaria a sua democraticidade e liquidaria o pluralismo da sua composição. Tem que optar, no futuro, entre fazer ou não a regionalização, dotando as regiões de poderes e meios financeiros que lhes dêem um real papel, e pela descentralização ou por repetir, no essencial, as políticas e orientações do PSD.

O Primeiro-Ministro alertou recentemente para os «maus exemplos de governos socialistas do sul da Europa» e manifestou a intenção de o PS não tropeçar pela terceira vez na mesma pedra.

Nas questões do trabalho, da política social, da revisão constitucional, na revisão do Tratado da União Europeia, da política económica, tal como face ao Poder Local, seria preciso que prevenções deste tipo tivessem um conteúdo real, traduzindo-se em rectificações de políticas, com rupturas reais em relação à direita. Sempre que o PS acabar por repetir as políticas do PSD ou preferir «tropear pela terceira vez na mesma pedra» é preciso que fique claro que essa não é a política e orientação de esquerda e que existe uma oposição e uma alternativa de esquerda.





## Reunião do Comité Central

# Governo PS prossegue a política de direita

**O** Comité Central do PCP, reunido nos dias 25 e 26 de Fevereiro, centrou fundamentalmente os seus trabalhos em alguns aspectos mais relevantes da situação política, na discussão dos problemas da juventude e tarefas do Partido com vistas ao reforço da sua influência nesta área e à preparação do V Congresso da JCP e na análise de grandes questões a debater para a preparação do XV Congresso, tendo aprovado o seguinte comunicado:

**1.** O Comité Central destaca como aspecto fulcral da situação política nacional a circunstância de, ao fim de quatro meses de actividade do novo Governo, se confirmar plenamente a sua deliberação e consciente vinculação a um conjunto de orientações em matérias e áreas fundamentais que, em vez de representarem a indispensável ruptura com a política de direita condenada em 1 de Outubro, testemunham uma sua indesejável sobrevivência e continuidade que, a não ser combatida e anulada, acabará por comprometer as aspirações de uma real mudança democrática na vida nacional.

Esta é uma realidade essencial e determinante que o Governo do PS procura esforçadamente escamotear quer pela exagerada valorização de algumas medidas ou decisões positivas de carácter pontual, de algumas concessões parcelares em relação a reivindicações de sectores sociais ou profissionais ou de promessas de diálogo futuro sobre certas matérias, quer sobretudo procurando prolongar benévolas expectativas sobre a sua acção, na base de um discurso político que não tem correspondência real na política que define, anuncia e desenvolve.

Na verdade, o Governo do PS não só não dá nenhum sinal de rectificação das políticas fundamentais que, no passado recente, foram responsáveis pelo agravamento dos problemas nacionais e acabaram por impulsionar e conferir expressão eleitoral maioritária a uma profunda vontade nacional de mudança, como insiste em as perfiar plenamente, nalguns casos propondo-se mesmo ir mais longe e mais depressa que o Governo do PSD, incorrendo em práticas semelhantes como as que tiveram expressão nos tristes e condenáveis acontecimentos de Santo Tirso.

Com efeito, um exame objectivo das concepções e orientações nucleares anunciadas pelo novo Governo do PS revela designadamente:

— a assumida continuidade da sujeição às políticas de Maastricht e à marcha forçada para a moeda única com patente sacrifício do aparelho produtivo nacional e da necessária convergência real com os países mais desenvolvidos da União Europeia;

— a escandalosa subordinação aos interesses e exigências dos círculos do grande capital que se estão constituindo como os interlocutores privilegiados do Governo e os seus mais activos apoiantes;

— a ideia — económica e socialmente errada e com consequências devastadoras — de que a competitividade da economia nacional tem de ser assegurada pela contenção dos salários dos trabalhadores e pela «flexibilização» da legislação laboral;

— uma patente resignação face à perspectiva do aumento do desemprego e a evidente limitação da política social do Estado a aspectos residuais e assistenciais, com abdicação de um verdadeiro combate às causas estruturais do agravamento das desigualdades e injustiças sociais.

São estas concepções e orientações que inspiram importantes instrumentos da acção governativa - como a Proposta de Orçamento de Estado para 1996 e o extenso programa de privatizações que lhe está associado, a sua política de «rendimentos e preços» e o chamado «acordo de concertação social» (celebrado entre o governo, o patronato e a UGT), - em relação aos quais

o PCP, fiel aos seus compromissos eleitorais, manifesta a mais frontal e decidida oposição.

**2.** O Comité Central salienta que o Orçamento do Estado para 1996, apresentado pelo Governo do PS, não corresponde às expectativas de mudança de orientações e políticas que animaram a maioria dos portugueses nas eleições de 1 Outubro, apresentando-se, no que é essencial e fundamental, na mera continuidade dos orçamentos apresentados pelos Governos do PSD.

Nomeadamente, o Orçamento apresenta-se prioritária e voluntariamente condicionado pelo cumprimento dos critérios de Maastricht, impossibilitando, assim, a sua necessária e exigível contribuição para a aceleração do crescimento económico e para o reforço da satisfação das funções sociais que ao Estado incumbem.

É um Orçamento que assenta na continuação, aprofundamento e aceleração do nefasto processo de privatizações, talvez mais do que nunca inegavelmente ditado pelos objectivos exclusivos da reconstituição dos grandes grupos económicos capitalistas e da obtenção de receitas orçamentais visando a satisfação do critério da dívida pública ditado por Bruxelas, e sacrificando o contributo positivo, expressamente reconhecido pelo Governo, que o SEE tem dado para a modernização e internacionalização da economia portuguesa e para as próprias receitas orçamentais — através da distribuição de dividendos e da sua contribuição desproporcionada para as colectas do imposto sobre os lucros (IRC).

Sem prejuízo de algumas medidas pontuais de natureza positiva, embora aquém das necessidades e das

## EM FOCO

## Reunião do Comité Central

# Governo PS prossegue a política

expectativas criadas, o Orçamento apresenta quebras preocupantes nas despesas de investimento do Estado, tanto nas áreas sociais como nas funções económicas. Os sectores da Educação e da Saúde, tal como o da Agricultura, são disso exemplos significativos. Apesar da consideração parcial do chamado «IVA social» no cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Orçamento de Estado não corresponde às promessas do PS relativamente às finanças das autarquias, não respeita a lei em vigor nem inverte a situação de grandes dificuldades financeiras de muitos municípios.

É ainda um Orçamento que mantém intactas as profundas e reconhecidas injustiças na distribuição da carga fiscal, penalizando os rendimentos do trabalho e favorecendo com múltiplos benefícios os rendimentos do capital e as actividades e especulação financeiras.

Em síntese, pelo seu conteúdo, pelas suas orientações e pelas políticas de que é expressão, o Orçamento do Estado para 1996 contraria a indispensável aceleração do crescimento económico, continua a submeter os interesses de Portugal aos interesses dos países mais desenvolvidos da UE, prolonga a injustiça fiscal, apresenta-se virado contra o emprego e vai, inevitavelmente, provocar mais desemprego.

# 3.

O Comité Central exprime o mais veemente protesto pelo **programa de privatizações** integrado no Orçamento de Estado. A natureza estratégica das empresas a privatizar tornam um crime económico e social o leilão que o Governo PS se propõe realizar.

Desmontada a fraude do carácter pretensamente ruinoso das empresas públicas (segundo os próprios dados do Orçamento), o PS insiste em justificar a operação privatizadora como um pretense processo de reestruturação do tecido produtivo, de facto, identificada como uma fase de reforço de poderosos grupos monopolistas. Isto é, identificar os interesses dos trabalhadores e do País com a satisfação da voracidade dos grandes senhores do dinheiro. O PS prepara-se, assim, para executar o programa de privatizações do Governo de Cavaco Silva, como recentemente foi anotado por M. Beleza e M. Amaral entre outros, e retribuir o explícito apoio e aplauso ao Orçamento de Estado das confederações do grande patronato.

Desde já responsabilizamos o PS e o seu Governo pelas inevitáveis consequências das privatizações agora anunciadas: liquidação de importantes bases da indústria portuguesa, entrega de alavancas fundamentais da economia portuguesa ao estrangeiro, mais desemprego, mais reformas antecipadas, previsíveis subidas de tarifas e desigual tratamento dos portugueses no acesso a bens e serviços essenciais (energia eléctrica, gás, telecomunicações, transportes, etc.).

# 4.

O Comité Central chama a atenção da opinião pública e em particular dos trabalhadores para a gravidade da **política social** que, com cada vez maior nitidez, se vai configurando, com o reavivar de velhas chagas sociais, como os salários em atraso, o reaparecimento das cargas policiais contra os trabalhadores em luta, pela defesa dos postos de trabalho como em Santo Tirso, o propósito do Governo de prosseguir o objectivo de liquidar o sistema de segurança social consagrado na Constituição.

As clarificações tornadas públicas, sobretudo por parte do grande patronato, sobre a verdadeira natureza

dos compromissos assumidos pelo Governo para com este no âmbito do Conselho de Concertação Social, nomeadamente no que se refere à nova organização do tempo de trabalho semanal, dominada pela «flexibilidade» (significando o alargamento do poder discricionário do patronato e permitindo-lhe aumentar o tempo de trabalho até 10 horas diárias e 50 semanais) e pela introdução da «polivalência» profissional, mais fizeram ressaltar a extrema gravidade do atentado que se prepara contra direitos fundamentais dos trabalhadores e suas condições de vida.

As confederações patronais rejubilam com a política laboral deste Governo e com a perspectiva de obter em alguns meses o que não conseguiu em 10 anos de cavacismo.

O anúncio feito pelo Governo de que se propõe fazer uma nova e profunda revisão da legislação do trabalho, de acordo com as exigências do grande capital, no quadro da chamada «concertação estratégica», peça destinada a camuflar a ofensiva contra o mundo do trabalho, mais faz avolumar os perigos que pesam sobre os trabalhadores. O slogan eleitoral do PS «primeiro as pessoas», dá lugar ao princípio de primeiro o capital.

O Comité Central considera indispensável desenvolver e prosseguir o trabalho de esclarecimento sobre os conteúdos e consequências do Acordo Económico e Social e organizar desde já a luta contra a intenção do Governo dar forma de lei às matérias constantes do Acordo. O PS não pode ter qualquer ilusão de que o PCP com os trabalhadores e com todos os democratas que aspiram a uma verdadeira mudança política, tudo fará para derrotar políticas que violam frontalmente direitos fundamentais dos trabalhadores e que se viessem a ser concretizadas representariam um significativo retrocesso social e democrático.

As políticas definidas pelo Governo PS em outras áreas sociais e a sua actuação concreta causam igualmente as maiores apreensões.

O **desemprego** aumentou nos últimos meses em mais alguns milhares sem que se veja da parte do Governo disposição de atacar este grave problema, prossequindo orientações políticas e económicas responsáveis pelo agravamento do desemprego.

Os recentes casos de encerramento de empresas, as orientações constantes do Acordo Económico e Social no sentido de reincentivar a precarização do mercado do trabalho, a política económica ditada pelos critérios de Maastricht, significam menos e pior emprego.

A promessa da institucionalização do rendimento mínimo garantido por enquanto não passa de uma miragem. À exigência da melhoria dos salários o Governo responde com a contenção salarial. Entretanto, sub-repticiamente e a conta gotas, vai procedendo a **umentos de bens e serviços essenciais** acima da taxa de inflação prevista e do tecto salarial imposto pela via da concertação social (pão, transportes, telecomunicações).

O Comité Central apela aos trabalhadores, e a todos os democratas para que desenvolvam acções firmes para dar combate à política de natureza anti-social, do Governo PS, com uma profunda confiança de que é necessário e de que é possível derrotar esta política.

# 5.

O Comité Central sublinha as consequências extraordinariamente graves destas opções políticas de fundo do novo Governo e as responsabilidades que assim recairão sobre o PS pela profunda frustração que a continuação de eixos essenciais da política de direita provocará na sociedade portuguesa.

O Comité Central salienta que não há na atitude do PCP face ao Governo do PS qualquer intransigência ou radicalismo. Em rigor, o que caracteriza a atitude do PCP

é essencialmente a sua fidelidade às aspirações de mudança expressas pela maioria do povo português e, em coerência com ela, uma firme crítica e oposição de esquerda às orientações fundamentais do Governo do PS que se caracterizam pela intransigência e radicalismo colocado no prosseguimento - e, em algumas áreas, no agravamento da política que corresponde aos interesses egoístas do grande capital e aos objectivos claramente perfilhados pelo PSD e pelo PP.

Face a certas teorizações que procuram apresentar o Governo minoritário do PS como praticando entendimentos, consoante as matérias, ora com o PSD e o PP ora com o PCP, o Comité Central considera oportuno salientar que nenhum convergência pontual do PS e do PCP para aprovação de medidas positivas pode servir para esconder a evidência de que, para a realização da política de direita em que o PS está empenhado, as suas alianças e entendimentos fundamentais serão necessariamente com os partidos de direita.

Advertindo para que atitudes de expectativa e passividade apenas facilitariam o avanço de graves golpes contra interesses fundamentais dos trabalhadores e de outras camadas da população, o Comité Central salienta que a **concretização das esperanças criadas na sociedade portuguesa pela derrota da direita exige antes, e de forma decisiva e determinante, que prossiga e se amplie a reclamação de uma nova política, na base de um activo exercício dos direitos democráticos e do desenvolvimento de um grande movimento de opinião, de protesto, de iniciativa e de luta.**

# 6.

O Comité Central considera que o **processo de revisão constitucional** que foi desencadeado com a apresentação de um projecto pelo Grupo Parlamentar do PP, abre mais uma importante batalha política.

O projecto de revisão do PP já apresentado confirma ser claramente inconstitucional, fazendo tábua rasa dos limites materiais de revisão e visando claramente a subversão do regime democrático-constitucional. Afirmar-se claramente como adepto de uma nova Constituição inteiramente conforme com os interesses do grande patronato, que elimina ou atinge gravemente os direitos dos trabalhadores e das suas organizações, elimina o princípio da proporcionalidade na conversão de votos em mandatos, altera o equilíbrio dos poderes, reforçando o Governo e diminuindo os poderes do Presidente da República, elimina a democracia participativa, suprime as regiões administrativas como parte do Poder Local, quer impor um limite às despesas públicas na própria lei fundamental, consagra novas indemnizações a agrários, apesar da devolução de terras e de várias indemnizações e pretende suprimir a referência ao direito do povo de Timor à independência, bem como qualquer referência ao 25 de Abril e ao fascismo. As propostas do PP são profundamente chocantes e gravemente responsabilizadoras em relação a eventuais alianças ou acordos pelos quais o PS venha a optar.

Por outro lado, as intenções do PSD já anunciadas e o projecto anterior já entregue em 1994 aponta para a intenção de desvirtuar profundamente o princípio da proporcionalidade na conversão de votos em mandatos na eleição da Assembleia da República, bem como de atingir ou eliminar direitos dos trabalhadores e direitos sociais básicos e afectar a estrutura e democraticidade do Poder Local, particularmente em relação à forma de eleição das câmaras municipais.

Quanto às propostas conhecidas do PS, contêm aspectos preocupantes como a supressão da eleição directa e por representação proporcional das câmaras municipais.

## EM FOCO

## de direita

Por outro lado, o PS multiplicou declarações sobre a alteração do sistema eleitoral da Assembleia da República e defesa da vantagem de círculos uninominais, o que torna necessário mobilizar as populações e a opinião pública democrática em defesa na proporcionalidade e da autenticidade na conversão de votos em mandatos.

O Grupo Parlamentar do PCP, pelo seu lado, apresentará um projecto de revisão constitucional que, aprofundando princípios fundamentais em vigor, obedecerá às seguintes orientações fundamentais:

— fortalecer os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e definir os seus deveres, bem como reforçar os poderes dos órgãos e instituições que para tal devem contribuir;

— aprofundar os direitos fundamentais dos trabalhadores e das suas organizações e reforçar os direitos sociais, com destaque para os direitos dos menores, para o direito à saúde, para os direitos da juventude e dos idosos e para o direito ao ambiente;

— reforçar o papel da Assembleia da República, designadamente face ao Governo e em relação a matérias de integração europeia;

— viabilizar o referendo sobre questões como o Tratado de União Europeia;

— reforçar a democracia participativa, consagrando a iniciativa dos cidadãos em matéria legislativa e de referendos nacionais;

— reforçar o estatuto e poderes das autarquias locais.

**7.** O Comité Central constatou que o projecto de lei de **criação e instituição das regiões administrativas** que foi recentemente apresentado pelo PCP na Assembleia da República, na sequência da apresentação dos projectos sobre finanças regionais, atribuições e competências, transferências de serviços e de património da Administração Central para as regiões administrativas no início da legislatura, teve uma grande receptividade e confirmou ser uma contribuição sólida para a construção das áreas regionais «de baixo para cima», num processo amplamente participado.

A apresentação realizou-se após o debate interno no PCP e do exame de numerosos debates e de várias opiniões emitidas ao longo dos anos. Entretanto, sendo uma base séria de trabalho para garantir a regionalização do continente e cumprir assim a Constituição e assegurar que fique finalmente completo o edifício do Estado e da Administração Pública, o PCP considera indispensável ampliar o debate, apela à participação e contribuição das populações e declara a sua inteira abertura para encontrar soluções que possam merecer o mais amplo consenso possível, dentro de preocupações de descentralização e democratização da Administração Pública.

**8.** O Comité Central debruçou-se sobre o **trabalho do Partido junto da juventude**, uma das áreas de intervenção definidas como prioritárias pelo XIV Congresso. O Comité Central sublinha a evolução positiva verificada, nomeadamente no que toca ao aprofundamento do conhecimento e à resposta aos problemas e aspirações da juventude, ao estímulo do desen-



volvimento do movimento e das lutas juvenis e às medidas tomadas para o reforço do trabalho nesta área, e destaca, como facto assinalável, a adesão e aproximação ao Partido e à JCP, nos últimos anos, de um significativo número de jovens.

O Comité Central aponta, entretanto, insuficiências que urge ultrapassar, acentuando a necessidade de a generalidade das organizações do Partido assumirem o trabalho junto da juventude como questão de facto prioritária.

O Comité Central debateu igualmente a situação da JCP, a evolução positiva verificada na organização dos jovens comunistas. A par dos progressos realizados no desenvolvimento da organização e na actividade e do valor e da iniciativa revelados por numerosos quadros jovens, persistem insuficiências, donde a necessidade de um impulso no desenvolvimento e intensificação da sua intervenção junto da juventude.

O Comité Central considera que o V Congresso da JCP, a realizar nos dias 18 e 19 de Maio, no Pavilhão Carlos Lopes, pode traduzir-se num importante contributo para o reforço e o aumento da influência da JCP e sublinha a necessidade de um forte apoio à sua realização por parte das organizações do Partido.

**9.** O Comité Central que fixou a realização do XV Congresso do PCP para os dias 6, 7 e 8 de Dezembro, na cidade do Porto, debateu questões relacionadas com a sua preparação, tendo aprovado alguns pontos fundamentais de referência e algumas questões a aprofundar e a debater, com vistas à organização do estudo, investigação e debates no Partido, para posterior elaboração dos documentos a apresentar ao Congresso.

O Comité Central fixou como objectivos, assegurar a realização de um Congresso:

— que represente um fôlego novo na iniciativa e na acção do PCP, numa perspectiva de grande confiança na luta pelos seus ideais e projecto;

— que partindo da reflexão sobre um significativo acervo de experiências e património, político e ideológico, de intervenção e militância proceda às necessárias abordagens da luta social e política num quadro nacional e internacional de grande complexidade, mas também de enormes potencialidades para a afirmação da identidade, valores e acção dos comunistas;

— que, partindo das Resoluções Políticas dos XIII e XIV Congressos, do Programa e Estatutos aprovados, realize um esforço significativo para a resposta adequada e necessária às novas e velhas dificuldades e obstáculos que enfrentamos, na intervenção de massas e institucional, no funcionamento e organização do Partido, para as respostas organizativas, políticas e ideológicas a uma sociedade e um mundo em acelerado processo de mudança, para responder às esperanças e anseios dos trabalhadores, dos jovens e dos explorados;

— que continue a renovação e solidificação da estrutura orgânica e de direcção do Partido nos seus diversos níveis, afirmando o seu insubstituível papel na sociedade portuguesa, na luta pela democracia, pela liberdade, pelo bem estar dos portugueses, pelo socialismo.

**10.** Tendo procedido à apreciação da preparação das comemorações do **75º aniversário do Partido**, o Comité Central regista o vasto e diversificado conjunto de iniciativas (de âmbito nacional, regional e local) que se encontram em preparação por todo o país, destaca pela sua importância os comícios a realizar proximamente em Lisboa (8 de Março), no Porto (17 de Março), em Évora (15 de Março), em Coimbra (29 Março), em Aveiro (23 de Março), em Alpiarça (30 de Março).

No âmbito das comemorações do 75º aniversário do PCP, o Comité Central realça o significado e importância da **Campanha Nacional de Adesão ao PCP** anteriormente decidida, tendo fixado como objectivo dessa campanha trazer ao colectivo dos comunistas portugueses, durante 1996, 5000 novos militantes.

O Comité Central reafirma como sentido fundamental da celebração do 75º aniversário do Partido uma forte projecção do rico património político e ideológico do PCP e do seu papel na sociedade portuguesa ao longo deste século, o fortalecimento da intervenção do PCP em torno dos problemas mais vivos do povo e do país, a renovada afirmação da actualidade e modernidade dos ideais e do projecto comunistas e do combate do PCP pela democracia, pelo socialismo, por Portugal.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1996

O Comité Central  
do Partido Comunista Português

■ Manuel Beja

Na Suíça, é cada vez maior o número de desempregados de longa duração

# Os emigrantes e o drama do desemprego

**É** trágica a situação de muitos milhares de estrangeiros no desemprego, ao chegarem ao fim dos seus direitos. São mulheres e homens obrigados a recorrer à assistência pública ou à segurança de invalidez. Outros dependem dos seus familiares, das economias amealhadas durante os anos de trabalho, ou optam por abandonar a Suíça, não importa em que situação.

Um exemplo entre outros. Depois de 400 dias no desemprego e de 180 dias recebendo subsídios do fundo social, Filipe regressou à sua aldeia em Portugal. Canteiro de profissão, trabalhou para uma empresa de Zurique durante 16 anos. Era um sindicalista do GBI\* e um artista a trabalhar. Há quatro anos, a firma foi reestruturada. Nova administração, novas instalações e máquinas, novas orientações e métodos de trabalho. Entretanto, a empresa começou por afirmar que os tempos são duros e a retoma económica vai a passo lento, por isso é preciso ser mais competitivo e escolher novas estratégias para os desafios concorrenciais.

Assim, Filipe e outros antigos operários são despedidos e atirados para o desemprego. Com 53 anos, passou longos meses a procurar trabalho. A idade e o deficiente conhecimento da língua alemã foram sempre o grande obstáculo na procura de um novo posto. Sem forças para lutar, começou por se sentir rejeitado da vida activa e lentamente atirado para a marginalização. O alcoolismo veio agravar os problemas psicológicos e de saúde. Escolheu o retorno e, como fazem tantos outros emigrantes, a família acompanhou-o. Actualmente notícias vindas de Portugal indicam que a saúde de Filipe piorou e que os fundos da caixa de pensões que consigo levou não vão durar por muito tempo.

Na hora actual, outros exemplos iguais ao de Filipe são conhecidos. Serão eles centenas ou milhares?

## As dificuldades

Os principais obstáculos colocados a um estrangeiro à procura de uma nova colocação são a idade (52%), a fraca formação profissional (25%), os problemas de língua (22%) e problemas de saúde (22%). Em alguns casos, a possível situação de invalidez aparece como única forma para fugir ao pior dos males. Nestas circunstâncias, apercebemo-nos das enormes dificuldades do emigrante na sua reintegração no mercado do trabalho.

Recentemente, uma equipa do OFI-AMT (Departamento Federal da Indústria, Artes e Ofícios) elaborou um trabalho que

nos indica a forma como vivem na Suíça as desempregadas e os desempregados (suíços e estrangeiros) com os seus direitos no fim, e que ainda não encontraram trabalho.

- 40% obtêm apoio do marido ou da mulher;
- 20% vivem das suas economias;
- 16% são apoiados pelos parentes, amigos e conhecidos;
- 8% recebem pensões por invalidez;
- 7% solicitaram um pedido de pensão de invalidez e aguardam resposta.

Estes dados indicam e clarificam situações muito precisas junto das várias comunidades de emigrantes.

Difícil de calcular é a percentagem dos que regressam como consequência da perda de postos de trabalho.

## O regresso forçado?

O número de desempregados aumentou no começo do ano uma vez mais. Eram 164 656 os desocupados declarados. A taxa passou de 4,3 para 4,5 por cento. Cerca de 44 por cento dos desempregados são estrangeiros. Os portugueses declarados eram no final do ano 6798.

O desemprego toca a todos. Assim, para fugir ao caos ou à dependência, o emigrante opta facilmente pelo regresso tantas vezes de forma precipitada, sem ter explorado as várias possibilidades de reintegração laboral ainda não exploradas. É impossível indicar números concretos quanto a nacionalidades, idades e número do agregado familiar que acompanha o emigrante no regresso antes, ou depois, de terminarem os seus direitos ao respectivo subsídio de desemprego.

Mas a ponta do véu, agora levantada, confirma as nossas preocupações e as suspeitas do regresso antecipado de um número importante e dificilmente calculável de emigrantes, que vão deixando a Suíça pressionados pelo desemprego e em situações de extrema precariedade. Anualmente, são 70 mil os estrangeiros com autorização de residência na Suíça que partem. Será de livre vontade ou vítimas da crise económica?

\* Sindicato da Construção Civil



# A CGTP recd

A flexibilidade dos horários e a polivalência, que o acordo pretende que sejam impostas por lei a pretexto da redução da semana de trabalho para 40 horas, levaram a CGTP-IN a não subscrever o documento apresentado aos parceiros sociais no dia 24 de Janeiro.

Sintetizando as posições da central, a Comissão Executiva da *Inter* divulgou, passada uma semana, uma apreciação geral do «acordo de concertação social de curto prazo», onde são referidas as matérias que merecem críticas (referencial de 4,5 por cento para aumentos de salários, promoção do emprego a tempo parcial, redução de contribuições patronais para a Segurança Social, favorecimento do patronato na política fiscal), as que correspondem a reivindicações da CGTP (generalização do subsídio de Natal, prolongamento do subsídio social de desemprego, dinamização de acções da Inspecção Geral do Trabalho para garantir o cumprimento dos direitos sindicais, outras medidas de política de emprego e fiscal) e as que são totalmente inaceitáveis, pelas suas graves consequências para os trabalhadores.

## Flexibilidade

As condições de flexibilidade dos horários previstas no acordo ultrapassam mesmo as que tinham sido fixadas já no Acordo Económico e Social de 1990 (o tal que determinava a redução gradual da semana de trabalho, de forma a chegar em 1995 às 40 horas semanais...). O texto subscrito pelo Governo, os patrões e a UGT há um mês «tem como directriz orientadora a subordinação da vida do trabalhador, pessoal e familiar, aos interesses da empresa, o que visa um retrocesso social sem precedentes nesta matéria depois do 25 de Abril», afirma-se na apreciação da CGTP.

O documento aponta como medidas mais gravosas nesta área:

- a definição da duração de trabalho em termos médios, com um período de referência de 4 meses;
- a possibilidade do acréscimo do limite diário de duas horas ao período

de normal de trabalho, que pode atingir as 10 horas por dia;

- a possibilidade de um acréscimo à duração semanal, que pode atingir as 50 horas;
- o princípio de que o tempo de trabalho é contabilizado em termos efectivos, ou seja, de que as interrupções de trabalho, regulares ou não, que impliquem paragem do posto de trabalho ou substituição do trabalhador, não contam para efeitos de tempo de trabalho efectivo e deverão ser compensados com trabalho extraordinário;
- a possibilidade da imposição da flexibilidade nos sectores onde a redução da semana de trabalho foi negociada antes deste acordo (desde que o tenha sido depois de 1990).

## Polivalência

O texto da Concertação aponta para a imposição obrigatória e legal do exercício de funções não compreendidas na categoria profissional em termos mais gravosos que os fixados na lei e nas convenções colectivas de trabalho.

Até hoje encarada com um carácter mera-



# Razões para lutar Contra a flexibilidade e a polivalência

**D**a metalurgia à construção civil, da hotelaria às indústrias eléctricas, dos transportes às telecomunicações, as estruturas do movimento sindical unitário empenham-se em esclarecer os trabalhadores acerca das consequências que teriam as medidas sobre polivalência profissional e flexibilidade dos horários previstas no «acordo de concertação social de curto prazo», subscrito há um mês pelas confederações patronais, o Governo e a UGT.

O esclarecimento é virado para a acção, com o objectivo de impedir que os aspectos mais graves do acordo vejam a luz

sob a forma de lei. Enquanto se vão encaminhando para o parlamento os mentores da ideia que pretende fazer do trabalhador pau para toda a obra e a qualquer hora ao dispor do patrão, os defensores do trabalho com direitos avançam para a luta, procurando convergir para a primeira quinzena de Março - como

referiu José Ernesto Cartaxo, na entrevista publicada no «Avante!» da semana passada.

Mais do que fazer o rol das iniciativas em preparação ou já marcadas (tarefa dificultada pelo facto de decorrerem nestes dias plenários e reuniões sindicais precisamente para decidir as formas de luta a levar a cabo), pre-

tendemos hoje nestas páginas mostrar alguns exemplos das razões que os trabalhadores têm para se organizarem e lutarem em defesa de direitos fundamentais seriamente ameaçados, como o direito a um horário de trabalho estável e uma categoria profissional com funções bem definidas.

## USOU

mente excepcional, passaria a ter carácter habitual e obrigatório. Se o acordo passasse a lei, o trabalhador não poderia recusar uma tarefa não contemplada no descritivo funcional da sua categoria desde que fosse considerado que:

- tem qualificação para essas outras funções,
- o trabalho a executar está ao alcance das suas capacidades
- e há uma afinidade ou ligação funcional com a sua actividade normal.

### Imposição

A flexibilidade e a polivalência, segundo o acordo que a CGTP recusou subscrever, deverão ser impostas por via legislativa, o que representa, para a *Inter*, «uma posição de força contra os trabalhadores e de um desprezo total e absoluto pelo direito de contratação colectiva».

O que se pretende, denuncia a central, «é que se recorra à lei para impor aos trabalhadores as condições exigidas pelo patronato», chegando-se «à violência de prever a reabertura de convenções em que houve reduções de horários após 1990», mas em que a flexibilidade não foi contemplada.

Para a CGTP, «não é eticamente aceitável e é politicamente condenável que o direito de contratação colectiva e a liberdade de negociação, constitucionalmente consagrados, sejam postos em causa por uma instituição de participação e que uma tal acção possa ter expressão de lei conferida por um órgão de soberania».

A central defende que «as matérias relativas à flexibilidade e à polivalência, pela gravidade e multiplicidade das implicações dos seus conteúdos na organização do tempo de trabalho e da vida familiar, só podem ser analisadas em sede de negociação colectiva ao nível dos sectores e empresas».



### Metalurgia e minas

Na sequência da reunião do Conselho Nacional de Representantes e dos plenários já realizados em empresas, o secretariado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Metalurgia, Metalomecânica e Minas marcou para 7 de Março uma jornada de luta do sector. Esta jornada concretizar-se-á em acções diversificadas, nomeadamente paralisações e acções de rua, que estão a ser decididas nas empresas.

Numa exposição que dirigiu ao primeiro-ministro, a Direcção Nacional da federação confronta afirmações e promessas eleitorais de António Guterres com as consequências da eventual transformação em lei de graves normas do acordo. Questiona, nomeadamente: «Como poderia um trabalhador, homem ou mulher, organizar a sua vida familiar, designadamente recolher os filhos da creche, infantário ou escola, estar e conviver com a família, se não soubesse qual o seu horário de trabalho? Como pode V. Ex<sup>a</sup> ter alimentado nos trabalhadores a expectativa da diminuição do desemprego e a melhoria da qualidade de vida, se com a sua proposta preconiza que passem a fazer horas extra obrigatórias e de graça e afasta os trabalhadores da família? Em nome de que sagradas ou superiores causas V. Ex<sup>a</sup> se propõe decretar sacrifícios, através de alterações às leis, em que nenhum outro governo foi tão longe, ao ponto de pretender sobrepor-se ao que livremente foi acordado entre patrões e sindicatos?»

### Transportes

Uma resolução do recente plenário nacional de representantes dos trabalhadores dos transportes contemplou a decisão de avançar para uma jornada de luta de todo o sector no dia 7 de Março. As formas de luta concretas estão a ser definidas em cada empresa pelos trabalhadores e os sindicatos, que não excluem o recurso à greve.

«Os patrões e o Governo pretendem dar um chouriço em troca de um porco», comenta a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, num comunicado recente em que acusa a associação patronal dos transportes rodoviários de mercadorias (Antram) de «fazer de conta que está a negociar» a actualização salarial para o sector.

Neste documento, a Festrú/CGTP-IN aponta alguns exemplos do que sucederia, se a polivalência e a flexibilidade fossem transformadas em lei:

- o motorista passaria a fazer também de ajudante, lubrificador, lavador, montador de pneus, etc., sem nada receber em troca;
- para o tempo de trabalho efectivo passariam a contar as interrupções de actividade; «será que pretendem que o tempo que se está à espera para carga ou descarga e em outras interrupções na condução não contaria como horário de trabalho efectivo», o que contemplaria uma pretensão antiga dos patrões e «levaria a que os motoristas, em casos extremos, estivessem quase 24 horas por dia ao serviço para prefazer o horário de trabalho normal».

### Construção Civil

Uma concentração de dirigentes sindicais junto à sede da associação patronal, levou esta a receber a comissão negociadora sindical do CCTV do sector, ao fim de mais de um mês de ter rompido as negociações. Os representantes sindicais reafirmaram que recusavam a flexibilidade do horário semanal até 50 horas, a polivalência das funções profissionais, aumentos salariais de dois por cento e o silêncio quanto ao subsídio de almoço.

Como informa um comunicado do Sindicato da Construção, Mármore e Madeiras de Lisboa, os patrões deram por terminada a negociação e pediram a passagem à fase de conciliação, ao que os sindicatos responderam com a convocação de uma semana de luta, a realizar de 4 a 8 de Março e que poderá assumir a forma de greve no dia 7.

O sindicato considera que a postura negocial das associações patronais está inserida numa estratégia mais ampla do grande patronato, que visa ver consagradas na lei a flexibilidade e a polivalência, propósito reforçado com a assinatura do acordo. O Governo é acusado de estar disposto a impor aos trabalhadores, por via legislativa, aquilo que os patrões nunca conseguiram obter através da negociação colectiva.

### Hotelaria e turismo

A transformação da polivalência e da flexibilidade em lei teria consequências «completamente desastrosas» para a vida «pessoal, familiar, económica e social» dos trabalhadores, previne a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo. A Feshot, num comunicado de imprensa, que fez chegar à nossa redacção, aponta algumas das possibilidades que seriam abertas:

- uma empregada de andares poderia ser obrigada a fazer também serviço de pequenos-almoços, lavandaria e rouparia;
- um rececionista não poderia recusar serviço de portaria, bagageiro ou mandarete;
- um empregado de mesa teria de fazer serviço de bar, balcão, cafeteria, cozinha, limpeza, etc.;
- as empregadas de enfermaria/auxiliares de saúde (na hospitalização privada) teriam que fazer também o trabalho da rouparia, lavandaria e limpeza e mesmo assegurar a preparação da alimentação;
- na actividade turística de carácter fortemente sazonal, a flexibilidade dos horários permitiria que na época alta as semanas de trabalho fossem de 50 horas (sem pagar horas extra e evitando admissões de pessoal, ainda que a prazo).

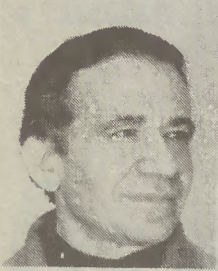
Além das graves consequências para os trabalhadores, a passagem do acordo a lei iria diminuir a qualidade do serviço no sector, afirma a federação.

### Indústrias eléctricas

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, em comunicado ao pessoal do sector, alerta que, «se este acordo for concretizado em lei, todas as empresas de fabricação de material eléctrico e electrónico, particularmente as multinacionais, ficarão com as mãos praticamente livres» para:

- «prolongar o horário normal até ao máximo de 10 horas diárias e 50 semanais, sem pagar horas extraordinárias, desorganizando fortemente a vida familiar e social dos trabalhadores, particularmente das mulheres»;
- «exigir aos trabalhadores o desempenho de tarefas que não fazem parte das suas funções profissionais», o que também atingirá o pessoal do Grupo EDP.

Se as interrupções de actividade (onde se incluem as pausas de cerca de 15 minutos, a meio da manhã e a meio da tarde) deixassem de contar como tempo de trabalho, haveria muitos casos em que a redução formal de 42 para 40 horas representaria um aumento real de meia hora.



■ Miguel  
Urbano  
Rodrigues

# Reencontro

# com o BRASIL

**T**emos sempre dificuldade em captar, na sequência dos meses e dos anos, as transformações sociais e económicas de uma cidade (e de um país) quando nela vivemos.

Qualquer que seja o ritmo do desenvolvimento, elas são permanentes. Até o envelhecimento dos familiares e amigos nos escapam, tão lentas são as mudanças. E, contudo, o processo de mudança é ininterrupto. A história não é estática, move-se.

Ao regressar no final de Janeiro a São Paulo, após longa ausência, senti mais uma vez esse choque único que resulta da re inserção num cenário físico e social que foi nosso, mas do qual nos distanciámos por muito tempo.

Recordo a minha sensação de estranheza ao voltar a Portugal em 1974 após mais de 16 anos de exílio. A Revolução, sofridamente esperada, provocara em mim um terramoto interior. A felicidade naquele reencontro ia além do imaginado. Na primeira manhã, ao descer a Avenida da Liberdade com Joaquim Barradas de Carvalho, descobrimos que a nossa euforia explosiva era acompanhada pela consciência dos efeitos do distanciamento. Reconhecíamos as ruas, os edifícios, velhos amigos, mas os anos vividos longe pesavam. As minhas referências, no quotidiano, eram outras, localizavam-se na América Latina, sobretudo no Brasil.

Sofrera ao deixar Portugal pela primeira vez. Não me achava preparado para a ruptura. E, contudo, agüentei bem o mergulho numa terra desconhecida. Lembro-me com alguma saudade da São Paulo do ano de 1957 quando ali desembarquei para iniciar uma etapa da existência carregada de perguntas sem resposta.

Era aquela uma época de esperança e também de sofrimento para o povo de Tiradentes. O Brasil parecia ao mundo e aos seus filhos como **o país do futuro**, na definição de Stephan Zweig que entrou na História. Quase imediatamente, apercebi-me de que ao mudar de país se mudava também de classe social, como sublinha Claude Levy Strauss nos «Tristes Trópicos», pois não há equivalências exactas nas estruturas de sociedades muito diferentes. Compreendi também que quaisquer comparações entre Portugal e o Brasil eram absurdas, não obstante as pontes culturais lançadas pela história comum de três séculos.

São Paulo tinha então menos de 2,5 milhões de habitantes. Apareceu-me como uma orgulhosa e dinâmica metrópole com um toque provinciano, herança de um passado mitificado pela oligarquia quatrocentona. A floresta de arranha-céus, concentrada no centro de negócios, coexistia com a densa cintura de bairros residenciais que a envolvia. Claro que a Zona Sul diferia muito da Zona Leste. Na primeira, as diferentes camadas de uma burguesia confiante

no futuro imediato distribuíram-se por alegres bairros arborizados onde vivendas de todos os estilos deslumbravam os estrangeiros recém-chegados. Havia, obviamente, pobreza. O fosso entre as classes já então era muito mais profundo do que na Europa. Mas a miséria extensiva somente bem mais tarde, durante a ditadura, desabou sobre a grande cidade. Nos anos 60, apenas conheci uma favela em São Paulo, a do Vergueiro, onde se aglomeravam em barracas alguns milhares de pessoas, vindas do Nordeste e da Bahia.

Uma das minhas primeiras surpresas foi a composição étnica da cidade. A grande maioria da população de São Paulo era, então, de origem europeia. Hoje não. O fim da emigração do Velho Continente, o afluxo maciço de populações do Nordeste e do Centro e sobretudo o enorme desnível de natalidade entre os sectores privilegiados e os mais pobres alteraram profundamente a estrutura étnica. Não há estatísticas disponíveis, mas admite-se que mais de 75% dos habitantes da Grande São Paulo são agora mestiços, negros e descendentes de japoneses e outros asiáticos. A riqueza, essa, permanece, porém, fortemente concentrada nas mãos da minoria de origem europeia (embora a ascensão social da comunidade nipo-brasileira seja muito rápida). Os desníveis no acesso à instrução e à saúde contribuem, naturalmente, para aumentar o abismo que separa os de cima dos de baixo.

Por duas vezes revi São Paulo na última década. Em ambas falei com muita gente. Mas foram estadas tumultuosas. Atravessei o Atlântico para acompanhar eleições no Brasil e no Chile (onde, feliz, vivi a noite da derrota de Pinochet). Faltaram horas de lazer e o estado de espírito que no revisitar de uma cidade permite sentir o caminhar do tempo.

Agora que regresso por um semestre, a iniciar a partilha do ano entre duas pátrias afectivas, foi diferente a retomada do contacto com São Paulo. Não são somente as cidades que mudam. O homem também. A volta a um lugar onde vivi, e de certa maneira me construí, colocou-me perante o mistério das minhas

próprias transformações. A perspectiva existencial aos 70 anos não é a dos 30, por mais fiel que se permaneça a um ideário.

Em longos passeios por bairros onde morei nas décadas de 60 e 70, o que mais me tocou não foram as alterações nas zonas urbanas que me eram familiares. Encontrei, aliás, muitas ruas que se apresentavam quase como as conheci. Por vezes, tinha a sensação absurda de haver passado ali na véspera. A intimidade física com o cenário restabelecia-se quase instantaneamente, porque a memória respondia a cada imagem. Mas era incapaz de superar a consciência do distanciamento temporal. O súbito reconhecimento de uma casa, de um velho arranha-céus, mesmo de uma árvore empurrava-me a imaginação para o mundo em que os descobri. Atraía-me ao presente situações do ano de 1958, quando a luta na Sierra Maestra ainda não findara, ou momentos da primeira visita de Fidel ao Brasil. O povo de São Paulo aclamou-o então à porta do modesto hotel onde se hospedara. Identificava nele o herói de uma revolução libertadora, mas sobretudo o dirigente que assumia a sede de dignidade da América Latina no diálogo já difícil com o gigante imperial norte-americano. Viviam-se uma época em que a defesa dos recursos naturais e das empresas estatais empolgava as massas brasileiras urbanas. Políticos populistas exploravam o sentimento patriótico em benefício das suas ambições, mas a própria direita, vocacionalmente submissa à vontade de Washington, mostrava-se cautelosa na defesa da sua ideologia e do seu projecto de sociedade. O liberalismo atravessava uma fase de descrédito. O elogio de Adam Smith ou de Stuart Mill, timidamente ensaiado por alguns universitários, era recebido com comentários irónicos. A apoloia do *laissez faire* e do Estado Mínimo parecia coisa de extraterrestres. O rumo da humanidade era assinalado em múltiplas frentes por derrotas do colonialismo e do imperialismo e por avanços do socialismo.

Fiz minha a alegria de milhões de latino-americanos em momentos e situações que se tornaram parte da História: o voo de Yuri Gagarin no primeiro Sputnik; a luta da FLN pela independência da Argélia; a epopeia cubana de Playa Giron; a derrota da intervenção americana no Líbano; a vitória do povo vietnamita sobre os agressores americanos; a eleição de Allende no Chile; o vendaval de esperança que passou pelo Peru e

pela Bolívia durante os governos de Velasco Alvarado e de Torres. Houve então recuos, derrotas graves. Mas no próprio Brasil, a ditadura, inicialmente, não quebrou a confiança no futuro, tão forte ela era.



O 25 de Abril abriu-me a porta da terceira etapa da vida.

Ao passar, há dias, num autocarro em frente do quarteirão onde existia o Centro Republicano Português — ponto de reunião dos antifascistas exilados e onde funcionou o jornal «Portugal Democrático», o tempo morto ganhou, de repente, movimento. Ano após ano, um punhado de comunistas e alguns emigrados que o não eram esperámos ali pela Revolução. Longe, batiam-nos com tenacidade contra o fascismo e pela independência das colónias e também pelo Brasil e pela América Latina.

A redescoberta de Portugal no turbilhão do ano de 1974 foi para mim um instante supremo. A participação intensa no processo revolucionário dava uma sensação de plenitude, de realização integral. Julgávamos reiventado o mundo. Era positivo esse entusiasmo; ajudou a derrubar muralhas do impossível aparente. E, contudo, a acumulação de tarefas, as exigências de um activismo múltiplo não permitiam uma reflexão serena sobre o mundo envolvente, dificultavam o entendimento da própria sociedade portuguesa e a avaliação de comportamentos pessoais.

O Brasil quase se esfumou em mim, escondido nos recantos da memória. Reacção transitória porque o país se tornara parte integrante da minha mundividência.

Na semana passada, ao caminhar vagarosamente pelo bairro do Paraíso, onde residí alguns anos, interrogava-me sobre a motivação dos actos, sobre opções que me levaram a mudanças de rumo decisivas. Na outrora pacata rua de pequenas casas ajardinadas cresceu uma cortina de enormes edifícios de apartamentos. Antes, a segurança ali era absoluta. Agora o medo faz de cada prédio uma fortaleza de acesso rigorosamente controlado.

Nas minhas andanças pelo mundo, imagens da São Paulo antiga assaltavam-me por vezes. Acontecia-me em Paris, em Nova Iorque, em Delhi, em lugares diferentíssi-

mos, da tundra siberiana às planuras do Transvaal. Imaginava, com teimosia saudosa, aquilo que deixara de existir. São Paulo transmutara-se, desfigurando-se.

Hoje, novamente em São Paulo, pergunto-me, meditando no grande filme da vida e na fascinante contradição entre a longa e a curta duração do tempo na história das cidades: e Moscovo, que tragédia se abateu sobre a antes orgulhosa capital, irreconhecível na atmosfera quando a redescobri, desgovernada por um bando de aventureiros gananciosos e usada pelo palco de acção de uma das mafias mais repugnantes do mundo? E Leninegrado, que tanto amei, ora rebaptizada numa suposta volta às origens que nasceu do desejo de atingir a Revolução de Outubro de 17 através da cidade que dela foi berço?

Como foi possível? Não há recordações que me doam tanto como as ligadas ao espectáculo da vida tal como a captei nos últimos anos em cada visita, e foram muitas, às grandes metrópoles da Rússia ou a capitais do Leste Europeu. O Segundo Mundo, o que englobava os Estados onde o capitalismo desaparecera, ruiu. A URSS suicidou-se, como diz Fidel Castro numa fórmula expressiva.

Recuperando pouco a pouco São Paulo, vencendo os obstáculos postos por uma televisão pavorosa e por uma imprensa que piorou muito, apercebi-me de um fenómeno contraditório, inseparável da complementaridade das experiências humanas.

Ao deixar o Brasil para regressar à Europa aprendi muito na reciclagem imposta pela opção comunista e pelas circunstâncias de uma luta onde a minha arma tem sido o ofício de escrever. A Revolução Portuguesa fez-me mudar de planeta. Ela me levou a longas viagens pelo espaço socialista que, apesar de marcado por perigosas deformações, nos parecia apresentar a solidez das construções ideadas para durar séculos.

Temos feito pouco para descer às raízes das causas profundas do terramoto que destruiu o sonho de algumas gerações. Mas as perversões do projecto que contribuíram decisivamente para a derrocada do sistema não abalaram minimamente a minha convicção na superioridade dos ideais comunistas sobre o desumanizado projecto neoliberal que neste final do milénio pretende impor à humanidade um sistema

# EM FOCO



Desenho de Santiago do livro "Ninguém é de Ferro"

monstruoso alicerçado numa desigualdade crescente entre os povos e os homens.

Europeu pelo nascimento e formação, o meu orgulho na América Latina foi dialecticamente decisivo, sobretudo pela revolta suscitada pela opressão imperial norte-americana, para adquirir a certeza de que sem uma concepção ética da História não há transformações sociais duradouras nem continuidade revolucionária num contexto de progresso humanizado propício à libertação do homem de todas as forças que impedem a sua plena realização. Aprendi isso com Martí e Fidel, e também

com o fluxo da revolução e da contra-revolução neste Continente. A consciência anti-imperialista é aqui, por assim dizer, epidérmica. Talvez por isso a assimilação da teoria, no meu caso o marxismo, seguiu caminhos diferentes.

Não poucas vezes, camaradas que estimo estranharam o meu terceiro-mundismo. Não o nego. Foi no Brasil que ele brotou. Um mundo em que mais de quatro quintos dos recursos do planeta são utilizados por um punhado de países industrializados que representam menos de 17% da população da Terra (e com ilhas de pobreza no interior de cada

um deles) não poderá sobreviver se não mudar drasticamente. Um mundo onde a soma das transacções nos mercados financeiros é actualmente 50 vezes superior ao volume total do comércio mundial tornou-se aberração e desafio ao racional.

Nesta época sobrecarregada de angústia, vejo no Brasil um mostruário de duas realidades antagónicas. A contradição entre a minoria privilegiada que se ajoelha perante o altar do mercado e comunga, submissa, com o pensamento único, e a massa misérrima, subproletariado de novo tipo, que faz deste país montra e laboratório da humanidade.

O fosso que eu conhecera tornou-se abismo. Aqui vive-se simultaneamente melhor do que na Europa desenvolvida e pior do que na África.

Sinto que preciso de reaprender tudo. E não é fácil entender o próprio fluir da vida. A riqueza sumptuária aumentou muito numa São Paulo disforme e triste que se aproxima dos 20 milhões de habitantes no conjunto da área metropolitana. A miséria, porém, galopou.

O capitalismo mais selvagem e hipócrita do Terceiro Mundo não foi, contudo, suficientemente forte para destruir o homem brasileiro e a cul-

tura por ele criada. A violência, a corrupção, a droga, o aventureirismo, marcam dramaticamente o quotidiano das grandes cidades brasileiras. Em São Paulo, cinco milhões de pessoas vegetam em favelas e cortiços imundos. Rios de águas envenenadas sulcam a metrópole de párias e bilionários em cujas ruas circulam diariamente mais de três milhões de carros. Entretanto, a cordialidade do homem brasileiro, de que nos falava há meio século o historiador Sérgio Buarque de Holanda, não desapareceu desse quadro dantesco.

Falsearia a realidade atenuando a complexidade da dicotomia brasileira. A força da esperança impressiona. Provoca espanto no forasteiro, perplexo diante do quadro contraditório e assustador. Mas é muito real. O Brasil não se submete ao pensamento único ideado pelos mentores da nova ordem internacional. Conserva intacta, como nação, a identidade cimentada na diversidade nascida de fusões complexas.

A vida ensinou-me que a diferenciação das culturas geradas por civilizações geograficamente descontínuas foi elemento fundamental no progresso da humanidade e fonte de ideias, sentimentos e obras de arte que elevaram o homem acima da sua condição de primata bruto.

Mas no Brasil pouco se fala e escreve acerca do peso na evolução do país daquilo que no seu povo é criação própria, original e irrepetível. E, contudo, o particularismo, a diferenciação espontânea dos brasileiros ergue poderosa barreira invisível contra a uniformização da vida, contra o pensamento único. Carrega potencialidades mal conhecidas.

O povo do Brasil oferece-nos, na sua totalidade contraditória, um exemplo de resistência passiva não consciencializada ao anel de ferro que aperta o planeta, um anel que fecha a entrada e cobre de anátemas tudo o que não se ajusta aos dogmas do catecismo liberal.

O inglês sir Samuel Brittan, editor do «Financial Times», escreveu, há dias, preocupado com o monólogo do Fórum de Davos Platz, que a maior heresia da nossa época é a aceitação da ditadura da maioria e a sua identificação com a democracia. A opinião reflecte melhor a realidade se substituirmos a expressão ditadura da maioria por ditadura do capital.

É reconfortante que haja países, como o Brasil, carregados de anticorpos (apesar de brutalmente imperializados) contra a domesticação da humanidade.



## A «hora» de Marcelo

É geralmente conhecida a ambição de Marcelo Rebelo de Sousa de ser o líder do PSD. Dura há uns bons 15 anos, desde a morte de Sá Carneiro, pelo menos.

Ainda há quem recorde o maquiavelismo dos seus «factos políticos», picardias e conspirações contra a liderança de Pinto Balsemão, de quem foi ministro e que queria substituir. Entretanto, os líderes do PSD sucederam-se e Marcelo foi ficando de fora. Durante os 10 anos de Cavaco Silva quase se reformou da política, refugiando-se no seu «exame» da TSF.

Mas eis que, com as recentes derrotas, o vazio da liderança e a crise de líderes, os barões e os notáveis do PSD, por quem foi sempre preterido, lhe vão entregar a liderança numa bandeja.

Marcelo, claro, desconfia da fartura, sobretudo quando lhe

dizem, como na letra do fado, que «o destino marca a hora». Hora de quê, da reparação ou do sacrifício? - deve ele interrogar-se...

## A «guerra» no PS

Enquanto as dificuldades no interior do PSD não param de avolumar-se, no partido que assumiu o Governo as coisas também não parecem fáceis. Dificuldades que decorrem não apenas das guerras internas - com históricos declarando guerra, ainda um pouco surda, aos chamados independentes que são os primeiros dos boys a chegarem aos lugares - como, passados os tais 100 dias que a tradição manda conceder de tréguas a quem chega ao poder, do manifesto embaraço que o PS mostra em assumir uma política própria distanciando-se na aparência da governação anterior.

# PONTOS CARDEAIS

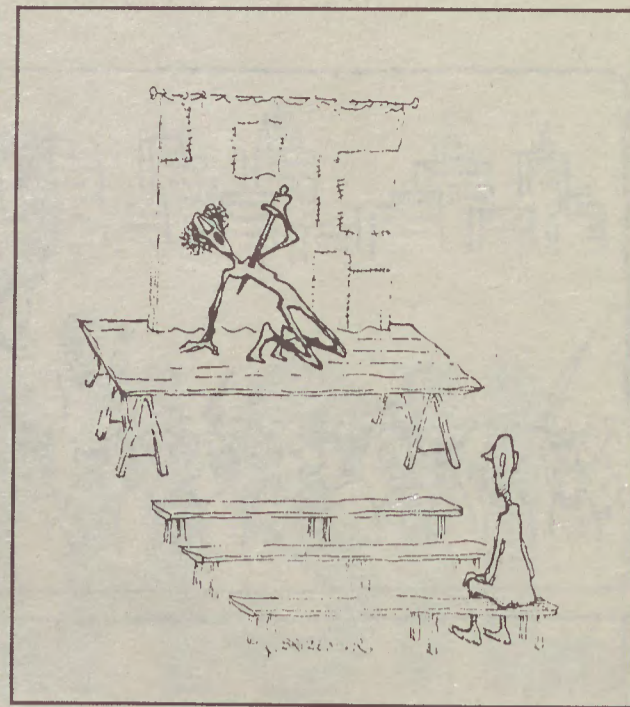
Às promessas eleitorais sucedeu-se o «pragmatismo» do PS, isto é, a política concreta que o partido do Governo pretende levar a efeito e que obviamente se distancia daquilo com que pretendeu aliciar eleitores e membros do partido. Fernando Gomes, ao que se diz, chegou a ameaçar com a demissão se o Governo não levasse a regionalização por diante e de uma vez, sem os paliativos com que Guterres pretendia fazer protelar o processo. Guterres recuou.

E vai recuar mais ainda, certamente, uma vez que os protestos no interior do PS não mostram sinais de abrandamento. Narciso Miranda chega a afirmar-se «o mais injustiçado» do pós-Outubro. Zorrinho afirma que o funcionamento do PS «não está a satisfazer».

A Guterres só parece restar o caminho do recuo. Perante as reivindicações «internas», as exigências do patronato, a indignação crescente dos trabalhadores e dos cidadãos que vêem frustradas as suas expectativas, o Governo recua aqui e ali, com o objectivo de salvar a sua política, que é o prosseguimento da política de direita com uma nova cara.

## Parecenças

As cenas de Santo Tirso trouxeram cruamente ao país as parecenças entre o método do Partido Socialista e a prática do cavaquismo. Mas não são apenas as aparências que coincidem. É que é difícil fazer a mesma política com outros métodos. O «diálogo» já deu o que tinha a dar. Até



porque os trabalhadores e os cidadãos em geral pretendem muito justamente ver as palavras trocadas pelos «miúdos» da prática. Não vale, para os eleitores que já começam a sentir-se frustrados, o PS desculpar-se

com as decisões do anterior governo, nem com o estilo que durante dez anos imprimiu às forças que controlou.

Se aumenta o pão e a gasolina - e as razões adiantadas são as de que se tratava de cumprir as decisões já tomadas pelo anterior executivo; se aos protestos dos trabalhadores se responde com a violência policial - e as razões invocadas para tal procedimento são as de que os métodos são os que os dez anos de cavaquismo habituaram os profissionais da chanfahada; se as privatizações mostram sinais de entrar em processo acelerado - e as razões apresentadas são as de que o anterior governo o que fazia era pouco, então os eleitores vão começar - já começaram! - a perguntar-se se teria valido a pena trocar o PSD por um PS que aplica a mesma política.

## Os negócios secretos

Manuel Monteiro indignou-se quando se falou nos negócios secretos que terá concluído com Guterres. Toda a gente fala nisso - e um dos primeiros a levantar o véu foi o insuspeito «Independente», donde surgiu a esperteza do PP (Paulo Portas). De resto, Monteiro, que costuma acompanhar com o chefe do patronato e da CIP que não regateia elogios ao sucessor de Cavaco em S. Bento, dificilmente será levado a sério quando pretende mostrar-se como oposição ao Governo. O debate e a votação do Orçamento serão clarificadores da aliança que parece consolidar-se entre o executivo do PS e os rapazes do PP. E nesta partilha do bolo político, o mais importante não será ficarmos a saber quem transigiu mais, se um se outro partido. O mais importante é saber que política vai sair desses negócios. Certamente não será uma política de esquerda. De resto, não se sabe se a indignação de Monteiro é sobre os negócios que terão sido concluídos ou sobre o secretismo deles.

# PONTOS NATURAIS

## Infantis

### A mãe

De noite  
ouvi barulho  
na cozinha

Levantei-me

Fui ver.

A mãe passava a ferro  
os calções que eu devia  
levar à escola.

Sentada, mal podia  
com o ferro. Longe  
um galo já dizia: «O dia aí vai!»

Esfrego os olhos, estremunhado.

e a Mãe:

- O que é, filho? Cuidado  
não acordes o pai.

### Primavera

Tontinha  
uma andorinha  
passa

avança

e num passe de valsa  
faz o seu ninho no beiral da dança.

### História

Estava o menino  
a dormir

passou uma nuvem

pôs-se a sorrir.

Estava o menino  
a chorar  
passou uma nuvem

pôs-se a chover.

Com a chuva a cantar  
pôs-se o menino a dormir

e a nuvem a rir.

### Natal

Nasce a menina  
dlim-dlim  
não é Jesus  
dlim-dlim

é a Jesuína  
dlim-dlim

ela é a filha  
de uma vizinha  
não teve burro  
nem vaquinha  
porque em Lisboa  
era difícil  
ser assim.

De qualquer modo  
dlim-dlim.

### Abril

O dia  
ainda é de cristal  
alegria  
com os olhos de animal  
que a madrugada tem.

O dia é de cristal

Segura-o bem.

### 1º de Maio

Maio primeiro  
de Maio

cantai-o

primeiro semeai-o  
de Maio a Maio

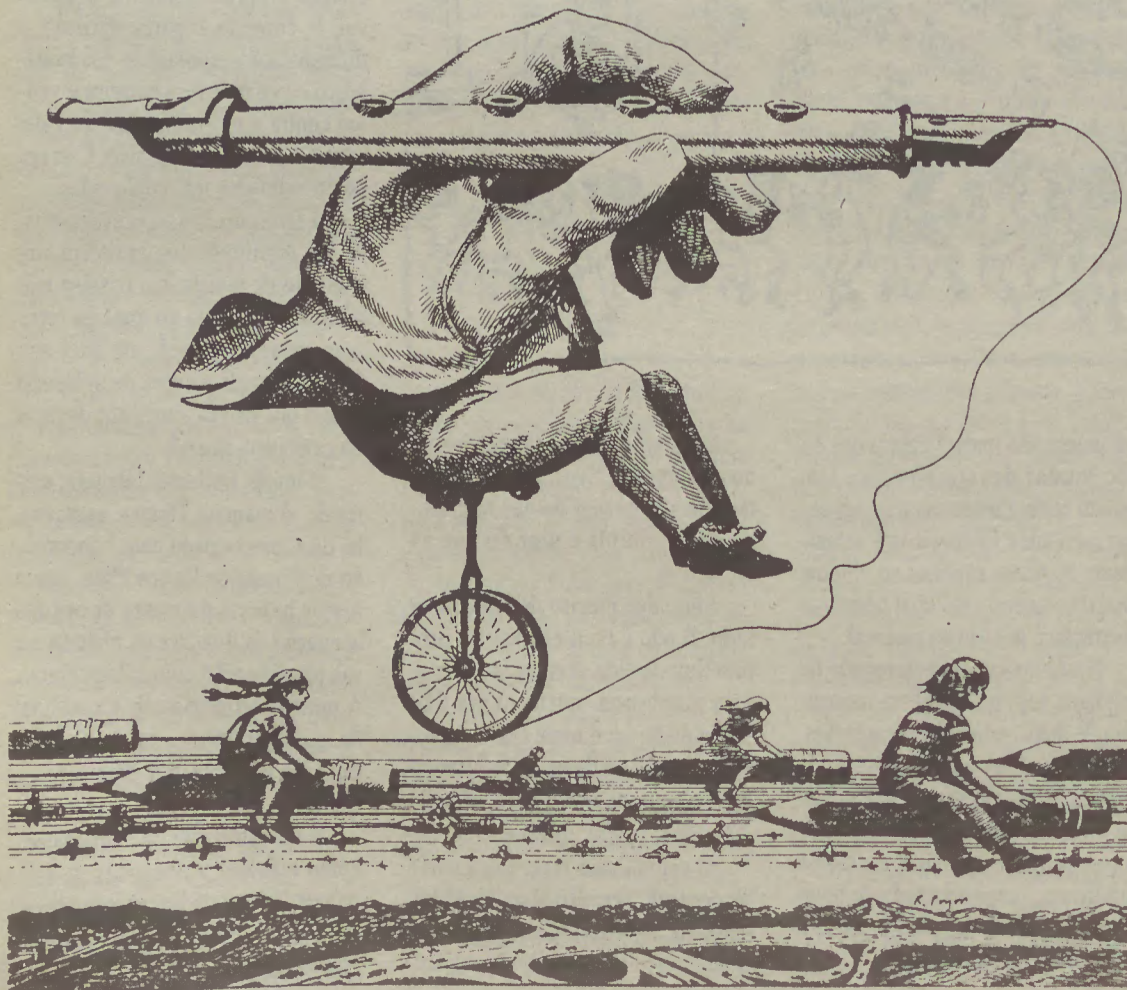
e sempre amai o  
Primeiro de Maio

### Asas

Francisco Miguel estava na prisão.  
Todos os dias guardava do seu pão  
para dar aos pombos  
que vinham até ali  
das velhas casas.

Ele sabia  
que o dever  
de todos nós  
é defender as asas.

Mário Castriau



## AGENDA

**Setúbal**

Quarta-feira, 6 às 20h, Restaurante «O Quintal»  
Jantar-convívio com a presença de

**Carlos Carvalhas**

(Inscrições: Tel. (Setúbal) 522273)

**Seixal**

Domingo, 3, às 13h, na Quinta da Valenciana  
Almoço comemorativo com a presença de

**Carlos Carvalhas**

Espectáculo com **Luisa Basto**

(Inscrições: Tel. 065.522273)

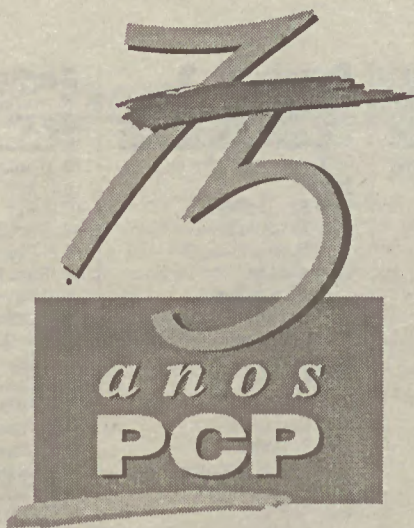
**Quinta da Atalaia  
(Amora/Seixal)**

Sábado, 9, a partir das 10h  
Os trabalhadores com o PCP

Almoço-convívio com a participação de

**Álvaro Cunhal**

(Inscrições: Tel. 065.526123)

**Pela Democracia  
Pelo Socialismo  
Por Portugal****Açores / Pico**

Dia 3 às 13h

Almoço comemorativo no CT

do Cais do Pico

com a participação de **José Decq Mota**  
e **Paulo Valada**

**Açores / Ponta  
Delgada**

Dia 6 às 18h

Convívio no CT com a participação de  
**José Decq Mota** e **Mário Abrantes**

**Açores / Angra  
do Heroísmo**

Dia 7 às 20h

Convívio no CT com **Decq Mota**,  
**Paulo Valada**, **António Nunes**

**Açores / Horta**

Dia 9 às 13h

Almoço comemorativo com  
**Decq Mota** e **Luís Bruno**

**Almada**

Dia 6 às 19h30

Jantar comemorativo no restaurante  
"Condestável"

promovido pela célula dos  
Trabalhadores da Autarquia

**Alpiarça**

Dia 1 às 21h

Sessão-debate no CT sobre «O "Avante!"  
na luta do PCP»

com **Aurélio Santos**

**Alverca**

Dia 3 às 13h

Almoço-convívio no Refeitório da JF  
com a participação de **Aurélio Santos**

**Avintes / Vila Nova  
de Gaia**

Dia 2

Debate às 15h na JF de Avintes

Jantar comemorativo às 20h no

restaurante "Roque" / S. Martinho  
de Amelas

com a participação de **João Amaral**

**Bragança**

De 2 a 9 de Março

Exposição promovida pela DOR no  
Centro Cultural Municipal:

«Um Partido jovem, moderno e com  
futuro»

**Cacém**

Dia 2 às 16h30

Convívio no CT do PCP

com intervenção de **Carlos Brito**

**Coimbra**

Dia 6 às 21h30

Festa de Aniversário

no Centro de Trabalho do PCP  
promovida pela Organização da Cidade

de Coimbra

**Lisboa**

Dia 2 às 16h

Lanche-convívio no CT de Arroios  
com a presença de **Luís Fernandes**

Dia 9 às 13h

Almoço comemorativo no CT do Lumiar  
promovido pela Org. Zona Norte de Lisboa

com a presença de **Margarida Aboim**  
(Inscrições: CTs Lumiar e Vitória)

**Marinha Grande**

Dia 9 no CT do PCP

Convívio musical juvenil às 16h

Jantar-convívio às 20h

Intervenções sobre o Aniversário e a  
situação política às 21h30

Homenagem aos ex-presos políticos às  
22h30

(Inscrições: CT da M. Grande  
ou tel. 568676)

**Ovar**

Dia 9 às 20h

Jantar comemorativo no restuarante  
"Gaivota", em **Furadouro**

com a participação de **Sérgio Teixeira**  
(Inscrições: CT de Ovar

- Tel. (056)573550

**Porto**

Dia 6 às 20h

Jantar volante e convívio comemorativo  
no Restaurante do Palácio de Cristal

promovido pelo Sector

Intelectual do Porto

com a presença de **José Luís Borges**  
**Coelho** e **Aurélio Santos**

**Queluz**

Dia 1 às 21h30

Plenário de militantes seguido de  
convívio

com intervenção de

**Henrique de Spusa**

**Rio de Mouro**

Dia 1 às 21h30

Colóquio no CT, integrado no ciclo  
comemorativo do Aniversário:

«75 anos de luta pela democracia e pelo  
Socialismo em Portugal»,

com a participação de  
**Agostinho Lopes**

**S. Domingos de Rana**

Dia 3 a partir das 13h

Almoço-convívio e debate no CT de  
Tires

com a participação de  
**Jerónimo de Sousa**

**Vendas Novas**

Dia 2 às 21h

Festa no Centro Cultural com baile e  
outras animações e intervenção política

de **António Murteira**

**Vila do Conde**

Dia 1 às 20h

Jantar comemorativo no Rancho das  
Rendilheiras do Monte

com a participação de  
**Jerónimo de Sousa**

**Vila Franca de Xira**

Dia 3 às 13h

Almoço comemorativo no "Galeria Bar"  
com a participação de **António Abreu**

Às 16h, convívio no CT de Vila Franca

**REUNIÃO NACIONAL DO PCP  
DE PEQUENOS E MÉDIOS  
EMPRESÁRIOS**

Domingo, 3, CT Vitória/Lisboa

Participação de

**CARLOS CARVALHAS**

e **Agostinho Lopes**

**JCP**

Lisboa, 2 de Março

**Reunião  
da Direcção  
Nacional  
da JCP**

preparatória do V Congresso da JCP

com a presença de

**Carlos Carvalhas**

**Reuniões e plenários  
de militantes****ALMADA**

- de eleitos comunistas nas autarquias do concelho: sábado às 14h30 no CT  
concelhio.

**AMADORA**

- de militantes da freguesia de **Mina**, sobre a situação política e conclusões da  
reunião do CC, com **Joaquim Dias**: sábado, às 15h, no CT da Amadora

**CASCAIS**

- para discussão da situação política e entrega dos novos cartões do PCP, com  
**Blanqui Teixeira**: sábado às 15h. No final, **lanche-convívio**.

**COIMBRA**

- dos militantes da freguesia de **Sto. António dos Olivais**, com eleição na  
nova Comissão de Freguesia do PCP: sábado às 17h no CT a R. da Sofia. No  
final, **jantar-convívio**.

**LISBOA**

- de militantes das empresas da ex-Rodoviária Nacional/Lisboa: sábado  
a partir das 10h no CT Vitória.

- da célula da Autocoop: sábado às 15h30 no CT Vitória.

- da freguesia de **Campolide**, sobre a situação política e acções em curso:  
sábado às 15h na sede da Junta de Freguesia.

- **Jornadas autárquicas nos Olivais**: Encontro-convívio com **Reformados** no  
CT dos Olivais, hoje, quinta-feira, às 15h, com a presença de **Jaime Félix** e  
**Paula Calçado**; Encontro com a **Juventude** na Escola 25 (R. Cidade  
Bolama): hoje às 18h30, com a presença de **Jorge Alves** e **Miguel Santinho**.

**PORTO**

- da célula da **Petrogal/Matosinhos** sobre a situação da empresa:  
preocupações e medidas a tomar. Sábado às 15h no CT da Boavista, com  
**Serafim Brás**.

- de quadros e activistas do **Movimento Popular** no distrito do Porto, com  
**Carlos Rabaçal**: sábado às 15h no CT da Boavista.

**SINTRA**

- da freguesia de **Terrugem**, com **Jaime da Mata**: sexta-feira às 21h30 no CT  
local

- das freguesias de **Montelavar/Pero Pinheiro**, com **António Cordeiro**:  
sábado às 21h30 no CT de Montelavar.

- de eleitos na **Assembleia Municipal**: sexta-feira, às 21h30, no CT do  
Cacém.

**VILA FRANCA DE XIRA**

- da freguesia de **S. João dos Montes**, com entrega dos novos cartões do  
Partido: no CT de A-dos-Loucos, sexta-feira às 21h30.

- da freguesia de **Sobralinho**, também com entrega dos novos cartões: quarta-  
feira, 6, às 21h30.

**VILA VIÇOSA**

- CDU - Plenário de eleitos no concelho, com a participação de **Raimundo**  
**Cabral**: sábado às 16h na Casa do Povo de S. Romão.

**SETÚBAL**

Sábado às 15h no CT do Edifício Arrábida

**Plenário de Quadros**

organizados em células de empresa e sectores socioprofissionais, dirigentes e  
delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores  
sobre a situação social e política  
com a participação de **Henrique de Sousa**

**CARCAVELOS**

3ª Assembleia da Organização da Freguesia

Sábado das 15 às 19h no Clube Desportivo do Arneiro

com a participação de **Júlio Filipe**

**COSTA DE CAPARICA**

Assembleia da Organização da Freguesia

Domingo às 15h no CT da Costa

**CONSELHO REGIONAL DA GUARDA**

Reunião para discussão das Conclusões do CC  
e Plano de Actividades para 1996

com a participação de

**Francisco Lopes**

Domingo às 9h30 no CT da Guarda

**COMÍCIOS COMEMORATIVOS**

Além das iniciativas de que aqui semanalmente daremos conta, o 75º aniversário do PCP será assinalado ao longo  
do mês de Março nos seguintes comícios promovidos pelo PCP:

Lisboa - 8 de Março • Porto - 17 de Março • Évora - 15 de Março • Aveiro - 23 de Março  
Coimbra - 29 de Março • Alpiarça - 30 de Março

**CELEBRAÇÃO DO 50.º ANIVERSÁRIO DO MUD JUVENIL**

Encontro-convívio de antigos aderentes • 23 de Março • Restaurante Panorâmico de Monsanto, Lisboa

Aberto à participação de pessoas de todos os grupos etários

Inscrições: **Mário Casquilho**, Rua Acácio de Paiva, 18, 3º Esq. - 1700 Lisboa - Tel. 849 27 18

# TELEVISÃO

## Quinta, 29

### CANAL 1

- 08.00 Notícias
- 08.15 Remate
- 08.30 Rua Sésamo
- 08.55 Notícias
- 09.05 Blossom
- 09.35 Roc II
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 11.45 Império de Cristal
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Caminhos Cruzados
- 14.05 Malha de Intrigas
- 15.05 Vizinhos
- 16.00 Infantil/Juvenil
- 16.45 Os Dias Úteis
- 17.45 Cinzas
- 18.15 Pedra sobre Pedra
- 19.30 Golo!
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Roseira Brava
- 21.30 Tudo pelos Outros
- 22.35 O Grande Kandinsky (Parte II)
- 23.30 Murphy Brown
- 24.00 24 Horas
- 00.25 Remate
- 00.45 Os Voluntários

## Sexta, 1

### CANAL 1

- 08.00 Notícias
- 08.15 Remate
- 08.30 Rua Sésamo
- 08.55 Notícias
- 09.05 Blossom
- 09.35 Roc II
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 11.45 Império de Cristal
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Caminhos Cruzados
- 14.05 Malha de Intrigas
- 15.05 Vizinhos
- 16.00 Infantil/Juvenil
- 16.45 Os Dias Úteis
- 17.45 Cinzas
- 18.15 Pedra sobre Pedra
- 19.30 Golo!
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Roseira Brava
- 21.30 Isto É o Agildo
- 22.30 Crimes em Nebraska
- 23.20 24 Horas
- 23.50 Remate
- 00.10 Um Homem Misterioso (Filme de Robert Ellis Miller, EUA-1992. Comédia Dramática)



«A Mulher do Sr. Reitor», uma nova série britânica na TV, hoje, às 20.10

(Filme de Christian Nyby, EUA-1967. Guerra)

### TV 2

- 16.30 Desporto de A a Z: Cricket
- 17.35 Rua Sésamo
- 18.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.15 Musical: «Beat Special» - VIII
- 20.10 A Mulher do Sr. Reitor
- 21.15 Dinheiro em Caixa
- 21.45 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.35 Acontece
- 22.50 Requiem Por Um Desconhecido (Filme de Claude Chabrol, Fr-1969. Ver Destaque)
- 00.50 Ver Artes
- 01.15 Musical: «Ellyn Rucker in New Orleans»

### SIC

- 11.00 Dias Felizes
- 11.40 As Receitas do Dia
- 12.10 Felicidade
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Imigrantes
- 15.10 Os Donos do Jogo
- 15.40 Buêrére
- 17.30 Notícias
- 17.45 Renascer
- 19.00 Cara e Coroa
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Explode Coração
- 21.45 Os Trapalhões
- 22.15 Marina, Dona Revista
- 23.15 A Noite da Má Língua
- 00.30 Último Jornal
- 00.45 O Enigma da Caixa de Música (Filme de Costa-Gravas, EUA-1989. Ver Destaque)

### TVI

- 10.00 Clube da Manhã
- 10.50 Jornal do Mundo
- 11.20 Portugal Português
- 13.00 Quem Sai aos Seus...
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.20 Primeira Mão
- 14.35 Um Anjo na Terra
- 15.30 A Fúria do Destino
- 16.40 A Hora do Recreio
- 17.30 Notícias
- 17.45 A Escolha É Sua
- 19.30 Novo Jornal
- 20.30 Negócios em Dia
- 20.50 Esquadrão Classe A
- 21.45 Fora de Jogo
- 22.00 Sobreviver a Todo o Custo (Filme de Marisa Coolidge, EUA1993. Ver Destaque)
- 24.00 TVI Jornal
- 00.40 Rua Jump, 21

## Sábado, 2

### CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 10.55 Clube Disney
- 12.25 Cybermaster
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.15 Top +
- 14.40 Jornal Jovem
- 15.10 Polícias do Futuro
- 16.00 Reencontros
- 16.50 Paul McKenna
- 17.15 O Gang de Beniker (Filme de Ken Kwapis, EUA-1985. Drama)
- 19.00 Clube dos Totalistas
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Futebol: Gil Vicente-Benfica
- 22.45 Parábens
- 01.15 24 Horas
- 01.50 O Meu Nome É Billy W. (Filme de Daniel Petrie, EUA-1989. Ver Destaque)

### TV 2

- 12.00 Forum Musical
- 13.00 Parlamento
- 14.00 Euronews
- 14.55 Jornada Desportiva
- 18.00 Para Além do Ano 2000
- 19.00 Inferno para a Eternidade (Filme de Phil Karlson, EUA-1960. Ver Destaque)
- 20.55 Trio de Quatro
- 22.00 TV2 Informação
- 22.40 Six
- 23.00 Remate
- 23.15 Jogo Falado
- 23.55 Perdidos no Mar (Filme de Kevin James Dobson, EUA-1991. Aventuras)

### SIC

- 09.00 Buêrére
- 11.30 Portugal Radical
- 12.00 O Mundo dos Animais
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.25 O Juiz Decide
- 14.25 Top Sic
- 16.00 Caça ao Tesouro
- 17.30 Luna Parque
- 19.00 Cara e Coroa
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 História de Amor
- 22.00 Big Show Sic
- 00.35 Último Jornal
- 00.50 A Crise dos Mísseis (Filme de Paul Sylbert, EUA-1971. Comédia)

### TVI

- 09.30 Clube da Manhã
- 11.30 Animação
- 12.00 Visto Isto
- 12.30 Novos Ventos
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.25 Contra-Ataque
- 15.00 Tênis - Torneios ATP
- 15.30 A Hora do Recreio
- 16.20 Doutores e Engenheiros
- 17.40 Christian Andersen (Filme de Charles Vidor, EUA-1952. Musical)
- 19.30 Telejornal
- 20.10 Diagnóstico: Crime
- 21.05 Contagem Final (Filme de Don Taylor, EUA-1980. Ver Destaque)
- 23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
- 00.45 Últimas Notícias
- 01.05 Tóto, o Morto que Fala (Filme de Carlo Ludovico Bragaglia, It-1950. Comédia)

## Domingo, 3

### CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.20 Made in Portugal
- 14.25 86-60-86
- 15.05 A Lei de Burke
- 15.55 Jovens Cowboys
- 16.50 Os Jacksons - Um Sonho Americano
- 17.55 Robocop
- 18.45 Mr. Bean
- 19.10 Casa Cheia
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Futebol: Sporting-Leira
- 22.45 Quem É o Quê?
- 00.05 24 Horas
- 00.35 Paixões
- 01.30 No Calor da Noite

### TV 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.25 O Mar e a Terra
- 11.50 Regiões
- 12.50 Euronews
- 14.00 Golo Europa
- 14.30 Jornada Desportiva
- 19.35 O Filho de Belle Starr (Filme de Frank McDonald, EUA-1953. «Western»)
- 20.55 Os Mistérios da Bíblia
- 22.00 TV2 Informação
- 22.05 Os Malucos do Ar
- 22.35 Domingo Desportivo
- 00.10 Mas Que Grandes Vigaristas (Filme de Sidney Poitier, EUA-1975. Ver Destaque)

### SIC

- 09.00 Buêrére
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.25 Vida Selvagem
- 14.30 Internacional Sic
- 15.00 Contrato Final
- 15.15 Aventuras de Bruce Lee
- 16.20 O Guarda-Costas
- 17.15 Walker, o Ranger do Texas
- 18.15 Aeroplano (Filme de Jim Abraham, David e Jerry Zucker, EUA-1980. Ver Destaque)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 História de Amor
- 21.45 Chuva de Estrelas
- 22.50 O Assassino Está entre Nós (Filme de Sidney Lumet, EUA-1992. Ver Destaque)
- 00.45 Último Jornal
- 01.00 Klondike Annie (Filme de Raoul Walsh, EUA-1936. Ver Destaque)

### TVI

- 09.30 Clube da Manhã
- 11.30 O 8º Dia
- 12.00 Mensagem do Papa
- 12.10 Missa
- 13.30 Portugal Português
- 15.00 Jornal do País
- 15.40 Olhó Popular
- 17.10 O Jogo do Ganso
- 19.30 Telejornal
- 20.10 Menina Prodigio
- 20.45 O Raio Azul
- 21.35 Uma Fortuna por Água Abaixo (Filme de Mike Nichols, EUA-1975. Ver Destaque)
- 23.15 Últimas Notícias
- 23.30 Irmãos de Sangue

## Segunda, 4

### CANAL 1

- 08.00 Notícias
- 08.15 Remate
- 08.30 Rua Sésamo
- 08.55 Notícias
- 09.05 Blossom
- 09.35 Roc II
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 11.45 Império de Cristal
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Caminhos Cruzados
- 14.05 Malha de Intrigas
- 15.05 Vizinhos
- 16.00 Infantil/Juvenil
- 16.45 Os Dias Úteis
- 17.45 Cinzas
- 18.15 Pedra sobre Pedra
- 19.30 Golo!
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Roseira Brava
- 21.40 Marco Paulo com Música no Coração
- 22.45 Nova Oportunidade
- 23.45 24 Horas
- 00.15 Remate
- 00.35 John & Yoko (Filme de Sandor Tern, EUA-1985. Biográfico)

### TV 2

- 16.30 A Casa do Caçador
- 17.30 Rua Sésamo
- 18.00 Um, Dó, Li, Tá
- 18.55 Não Me Lembro, Era Pequeno
- 19.30 Documentário
- 20.15 Martin Chuzzlewit
- 21.15 A Roda do Mundo
- 21.45 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.35 Acontece
- 22.50 Segunda Parte
- 00.30 Musical - «The White Room» - 5

### SIC

- 11.00 Dias Felizes
- 11.40 As Receitas do Dia
- 12.10 Felicidade
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Futebol: Guimarães-Tirsense
- 15.50 Os Donos do Jogo
- 16.20 Buêrére
- 17.30 Notícias
- 17.45 Renascer
- 18.55 Cara e Coroa
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Moda Paris / Verão 96
- 20.50 Explode Coração
- 21.50 Ponto de Encontro
- 22.40 007 - Aventura no Espaço (Filme de Lewis Gilbert, EUA-1979. Ver Destaque)
- 00.55 Último Jornal
- 01.10 Flash Back

### TVI

- 10.00 Clube da Manhã
- 11.00 Novos Ventos
- 11.30 Rumores
- 12.00 Fado Fadinho
- 13.00 Quem Sai aos Seus...
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.20 Primeira Mão
- 14.35 Um Anjo na Terra
- 14.35 Um Anjo na Terra
- 15.30 A Fúria do Destino
- 16.40 A Hora do Recreio
- 17.30 Informação
- 17.45 A Escolha É Sua
- 19.30 Novo Jornal
- 20.30 Negócios em Dia
- 20.50 Esquadrão Classe A
- 21.45 Fora de Jogo
- 22.00 Operação Amsterdão (Filme de Robert Close, Hong-Kong-1977. Policial / Mistério)
- 23.45 TVI Jornal + Primeira Fila
- 00.55 Rua Jump, 21

## Terça, 5

### CANAL 1

- 08.00 Notícias
- 08.15 Remate
- 08.30 Rua Sésamo
- 08.55 Notícias
- 09.05 Blossom
- 09.35 Roc II
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 11.45 Império de Cristal
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Caminhos Cruzados
- 14.05 Malha de Intrigas
- 15.05 Vizinhos
- 16.00 Infantil/Juvenil
- 16.45 Os Dias Úteis
- 17.45 Cinzas
- 18.15 Pedra sobre Pedra
- 19.30 Golo!
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Roseira Brava
- 21.30 A Mulher do Sr. Ministro
- 22.00 Um Peixe Chamado Wanda (Filme de Charles Crichton, EUA-1988. Ver Destaque)
- 24.00 24 Horas
- 00.30 Remate
- 00.50 Coach (Filme de Bud Townsend, EUA. Comédia)

### TV 2

- 16.40 Golo Europa
- 17.40 Rua Sésamo
- 18.00 Um, Dó, Li, Tá
- 18.55 Contos a Óleo
- 19.10 De Boa Saúde
- 19.25 Rotações
- 20.15 24 Horas para a Morte
- 21.30 Lendas e Narrativas
- 21.45 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.35 Acontece
- 22.50 Bailado
- 00.45 A Par e Passo

### SIC

- 11.00 Dias Felizes
- 11.40 As Receitas do Dia
- 12.10 Felicidade
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Imigrantes
- 15.10 Os Donos do Jogo
- 15.40 Buêrére
- 17.30 Notícias
- 17.45 Renascer
- 19.00 Cara e Coroa
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Moda Paris / Verão 96
- 20.50 Explode Coração
- 21.50 Ai, os Homens!
- 23.30 Cross Fire
- 00.35 Último Jornal
- 00.50 Sonhar Acordado
- 01.20 No Fim do Mundo

### TVI

- 10.00 Clube da Manhã
- 10.50 O 8º Dia
- 11.20 Momentos de Glória
- 13.00 Quem Sai aos Seus...
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.20 Primeira Mão
- 14.35 Um Anjo na Terra
- 15.30 A Fúria do Destino
- 16.40 A Hora do Recreio
- 17.30 Informação
- 17.45 A Escolha É Sua
- 19.30 Novo Jornal
- 20.50 Esquadrão Classe A
- 21.45 Fora de Jogo
- 22.00 A Loira e o Detective (Filme de Jan Egelson, EUA-1993. Policial)
- 23.45 TVI Jornal
- 00.30 Jornal de Negócios
- 01.00 Rua Jump, 21

## Quarta, 6

### CANAL 1

- 08.00 Notícias
- 08.15 Remate
- 08.30 Rua Sésamo
- 08.55 Notícias
- 09.05 Blossom
- 09.35 Roc II
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 11.45 Império de Cristal
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Caminhos Cruzados
- 14.05 Malha de Intrigas
- 15.05 Vizinhos
- 16.00 Infantil/Juvenil
- 16.45 Os Dias Úteis
- 17.45 Cinzas
- 18.15 Pedra sobre Pedra
- 19.30 Golo!
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Roseira Brava
- 21.45 A Lei das Ruas
- 22.15 Prova Oral
- 23.15 24 Horas
- 23.45 Remate
- 00.05 Irmãos (Filme de Arthur Barron, EUA-1977. Ver Destaque)

### TV 2

- 16.30 Motores
- 17.35 Rua Sésamo
- 18.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.00 Desafios
- 19.25 Documentário
- 20.15 Uma Cidade, Dois Mundos
- 21.15 Universidade Aberta
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.35 Acontece
- 22.50 O Mundo de Audubon
- 23.50 Musical

### SIC

- 11.00 Dias Felizes
- 11.40 As Receitas do Dia
- 12.10 Felicidade
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Imigrantes
- 15.10 Os Donos do Jogo
- 15.40 Buêrére
- 17.30 Notícias
- 17.45 Renascer
- 19.00 Cara e Coroa
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Moda Paris / Verão 96
- 20.50 Explode Coração
- 21.50 Barba e Cabelo
- 22.20 Casos de Polícia
- 23.30 Decadência
- 00.35 Último Jornal
- 00.50 Toda a Verdade - Maradona

### TVI

- 10.00 Clube da Manhã
- 10.35 Documentário
- 11.05 Olhó Popular!
- 13.00 Quem Sai aos Seus...
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.20 Primeira Mão
- 14.35 Um Anjo na Terra
- 15.30 A Fúria do Destino
- 16.40 A Hora do Recreio
- 17.30 Informação
- 17.45 A Escolha É Sua
- 19.30 Novo Jornal
- 20.30 Negócios em Dia
- 20.50 Esquadrão Classe A
- 21.45 Fora de Jogo
- 22.00 Picket Fences
- 23.00 Os Novos Intocáveis
- 24.00 TVI Jornal
- 00.40 Jornal do Mundo
- 01.10 Rua Jump, 21

Num horário desfavorável, «Quem Sai aos Seus» (com Michael Fox) continua a ir para o ar na TVI, às segundas-feiras, pelas 13.00



«Os Jovens Cowboys», série de western para a gente mais nova, vem premiada com um Emmy e é transmitida pelo Canal 1, aos Domingos, pelas 15.50

«Grande Plano», a entrevista semanal da jornalista Fernanda Mestriño, é transmitida na TVI, sexta-feira, às 00.10

**TEMPO DE ANTENA DO PCP** dia 6 cerca das 22h20'

(entre o futebol e a telenovela) • RTP - Canal 1

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

## Sobreviver a Todo o Custo

(Quinta, 22.00, TV1)

Adaptado por Neil Simon de uma sua peça teatral já galardoada com o Prémio Pulitzer, este filme transporta-nos à época da II Guerra Mundial e à Nova Iorque dos anos 40 onde dois irmãos, órfãos recentes, vão viver com uma avó de origem alemã enquanto o pai, viúvo, parte para o Sul em busca de trabalho. Um filme que as referências assinalam pela qualidade do argumento e pela capacidade manifestada pela realizadora Martha Coolidge em fugir, apesar de tudo, à pura cinematização de um espectáculo de palco, para além das boas prestações dos seus intérpretes principais: Irene Worth, Mercedes Ruehl e Richard Dreyfuss.

## Requiem para um Desconhecido

(Quinta, 22.50, TV2)

Filme que se interroga e nos interroga sobre a noção de «culpabilidade». Requiem para um Desconhecido é uma das obras de Claude Chabrol em que mais claramente está patente a maestria deste grande realizador francês. Aqui, estamos perante uma história de contornos ambíguos em que se procura encontrar responsabilidades e complicitades que estranhamente se entrecruzam, quando tudo parte de um mortal atropelamento de uma criança.

## O Enigma da Caixa de Música

(Quinta, 00.45, SIC)

Ao encenar esta história acerca do julgamento de um velho emigrante húngaro radicado nos EUA - cujo passado é investigado na perspectiva de vir a ser deportado sob a acusação de ser um antigo nazi culpado de crimes de guerra no seu país natal - o realizador Costa-Gavras, tentado mais uma vez pela atmosfera do «thriller» político, não faz mais do que seguir as mesmas pisadas de um outro filme (Atraído) que ele próprio realizara um ano antes a partir de uma história relativamente semelhante escrita pelo mesmo argumentista de agora - Joe Eszterhas. Simplesmente, e ao contrário daquele, O Enigma da Caixa de Música não vai desta vez ao fundo da caracterização da personagem principal, o que por vezes é decepcionante em termos de dramaturgia e assim deixa muito a desejar quanto à eficaz construção do próprio filme - independente de estarmos perante excelentes interpretações de Jessica Lange, a advogada, filha do

Lois Chiles e Roger Moore em mais uma aventura de James Bond - «007, Aventura no Espaço»

um filme autobiográfico cujo argumento escreveu - Yol, realizado quase na clandestinidade por Serif Goren, seu assistente - que, nesse ano, arrebatoou a Palma de Ouro. Güney faz parte de um grupo de cineastas que, em finais dos anos 50, deram origem ao «novo cinema» turco, um cinema empenhado em tratar os problemas do seu povo e em pugnar pela liberdade, pela democracia e pelas transformações sociais - as mesmas preocupações cívicas que o levaram, durante vários anos e em diversas ocasiões, aos cárceres da ditadura. O filme que agora a TV 2 transmite parte de mais um argumento escrito por Güney na prisão, foi realizado pelo seu colaborador Zeki Okten e debruça-se, mais uma vez, sobre os problemas da afirmação da dignidade humana numa Turquia totalitária.

## Contagem Final

(Sábado, 21.10, TV1)

Já conhecido dos espectadores de televisão, este curioso filme de ficção científica debruça-se, mais uma vez, sobre a questão da «viagem no tempo» e sobre a «possibilidade» de os seus protagonistas deverem ou não intervir na inversão da História. No exemplo vertente, o caso não é para menos: o porta-aviões nuclear dos EUA Nimitz é apanhado por uma tempestade e «transportado» para 1941, ou seja, para as vésperas do ataque japonês a Pearl Harbour... Boas interpretações de Kirk Douglas e de Martin Sheen.

## O Meu Nome é Bill W.

(Sábado, 01.15, Canal 1)

Considerado de qualidade «acima da média», este telefilme dirigido por Daniel Petrie foca os problemas de um alcoólico inveterado que encontra a sua recuperação num centro de alcoólicos anónimos. Uma grande interpretação de James Woods, bem acompanhado por James Garner.



Jessica Lange e Armin Mueller-Stahl, numa cena de tribunal em «O Enigma da Caixa de Música», de Costa-Gavras

atenção! Aqui, o risco é que aconteça precisamente o contrário: o disparate é tal que, por vezes, ansiamos pelos suores frios de uma «catastrofezinha» a sério...

## Uma Fortuna por Água Abaixo

(Domingo, 21.35, TV1)

As presenças de Warren Beatty e de Jack Nicholson (sobretudo a deste último, particularmente conseguida) não chegam apesar de tudo para salvar esta outra comédia, demasiado disparatada, em que dois vigaristas procuram ficar com a herança de uma rica herdeira.

## O Assassino Está Entre Nós

(Domingo, 22.50, SIC)

Uma mulher-polícia (Melanie Griffith) é introduzida no meio fechado de uma comunidade judia de Brooklyn com a finalidade de descobrir o autor de um crime. Realizado por um dos mais capazes e seguros realizadores americanos - Sidney Lumet -, este filme não consegue atingir a qualidade das suas obras mais conseguidas, em particular porque a introdução (assim levada a cabo) de uma história de amor em meio do tema principal da acção rouba ao filme o «tempo» e o «ritmo» dramático que se lhe exigiria.

## Mas que Grandes Vigaristas

(Domingo, 00.10, TV 2)

Outra comédia ao velho estilo slapstick, desta vez dirigida por Sidney Poitier e por ele interpretada na companhia de Bill Cosby - ambos desempenhando os papéis de dois figurões que pretendem angariar fundos para a sua congregação religiosa, para tal enveredando pelo negócio sujo das apostas no mundo do boxe profissional. Não está mal conseguida e há quem goste.



Julie Hagerty e Robert Hays, dois dos principais intérpretes de «Aeroplano», um filme de Jim Abraham, David e Jerry Zucker

## Klondike Annie

(Domingo, 01.00, SIC)

Pela primeira vez na televisão, uma curiosidade datada de 1936 (e pouco conhecida) de mestre Raoul Walsh, com Mae West e Victor McLaglen nos principais papéis. A descobrir.

## 007, Aventura no Espaço

(Segunda, 22.40, SIC)

Sistemática e criminosamente assassinada pelos cortes no formato original provocados pelo processo pan & scan, prossegue aqui a exibição das miseráveis cópias dos principais filmes da série James Bond. Hoje, a história transporta-nos até ao espaço e a um criminoso que pretende destruir o planeta. Realizado sem a sua habitual espectacularidade por Lewis Gilbert, o filme contenta-se em exibir o charme de Roger Moore que, embora não fazendo esquecer Sean Connery, está aqui como peixe na água.

## Um Peixe Chamado Wanda

(Terça, 22.45, Canal 1)

De peixe na água não trata este filme, embora o título isso possa sugerir. O que se passa é que um grupo de larápios meio desastrados leva a cabo o planeamento de um fabuloso roubo de jóias que acaba por revelar-se absolutamente falhado. O filme fez encher as bilheteiras e para isso contribuiu, por um lado, a história e, por outro lado, a presença de um dos mais loucos parceiros dos Monty Python - John Cleese - bem como a de dois americanos talentosos, dos quais se destaca a impagável Jamie Lee Curtis (com Kevin Kline, na pele do seu companheiro «atrasado mental»), a merecer um justo Oscar). Embora realizado com a sabedoria e o ritmo de um rotineiro na matéria, o filme contém, entretanto, alguns disparates de mau gosto que nem a todos agradam.

## Irmãos

(Quarta, 00.05, Canal 1)

Este filme aborda a história de um negro que é condenado a um ano de prisão em virtude de um assalto e que, sofrendo os piores maus tratos, é mantido em cativeiro durante vários anos, até que conhece uma militante dos direitos cívicos que o visita e por quem se apaixona. Baseado no célebre caso que envolveu Angela Davis e George Jackson nos anos 60, o filme denuncia com frontalidade a situação de discriminação racial e social dos negros norte-americanos, embora a escrita do argumento apresente algumas debilidades que lhe reduzem o necessário impacto.



Eric Thal e Melanie Griffith, em «O Assassino Está Entre Nós», de Sidney Lumet

Michael Palin, John Cleese, Jamie Lee Curtis e Kevin Kline, intérpretes principais da comédia «Um Peixe Chamado Wanda», de Charles Crichton



acusado, e de Armin Mueller-Stahl, um grande actor proveniente da ex-RDA, com passagem pela RFA e carreira fulgurante em Hollywood.

## O Inimigo

(Sexta, 00.00, TV 2)

Quem dificilmente escreveria ou dirigiria um filme em Hollywood seria Yılmaz Güney, actor e realizador turco, já falecido em meados dos anos 80, e cuja filmografia apenas foi conhecida a partir de 81, ano em que fugiu ao regime ditatorial do seu país e em que concorreu ao Festival de Cannes com

## Aeroplano

(Domingo, 18.15, SIC)

São mais que conhecidos os dispositivos de encenação e montagem que fazem dos «filmes-catóstrofe» exemplos acabados desse espectáculo de ficção que, destinando-se a aterrar-nos, estranhamente nos fascina em vez de nos repelir - embora, na maior parte dos casos, estejamos perante obras que sabemos à partida manifestamente manipuladas e manipuladoras e de reduzidíssimo interesse cinematográfico. O ponto de partida para Aeroplano é totalmente o oposto: pretende-se fazer-nos rir a bandeiras despregadas com os gags que por ali abundam, num gozo desbragado aos filmes «sérios» do género. Mas

■ Correia  
da Fonseca

# Bastão sem coração

**P**ela Televisão não soube, é certo, de todos os dados eventualmente significativos para a compreensão do que na penúltima quinta-feira ocorreu na fábrica Abel Alves de Figueiredo & Filho, importante empresa têxtil do tristemente célebre Vale do Ave. Por exemplo, foi numa rádio privada, e não na TV, que ouvi caracterizar o falecido Abel Alves de Figueiredo, antecessor e familiar dos actuais gestores, como «o homem mais rico de Santo Tirso». Mas soube, isto é, ouvi, o fundamental: o intrépido assalto da polícia de choque, o denodo com que caiu sobre o inimigo, a retirada em maca ou em braços de alguns dos insurrectos e insurrectas, a santa ignorância em que o senhor ministro da Administração Interna estava quando jornalistas o abordaram, as prudentíssimas palavras do senhor primeiro-ministro a explicar, didaticamente, que a culpa era do tribunal. Também foi pela TV que soube que um trabalhador ficara em coma e que o facto constituía para o senhor Governador Civil do Porto, óbvio discípulo de Voltaire pelo lado do «Cândido», prova de que a polícia agira com grande contenção, como lhe havia sido recomendado.

## Porque a TV estava lá

Depois de tudo aquilo, fiquei, como muita gente mais, a pensar. Pensei, naturalmente, que para os trabalhadores da Abel Alves de Figueiredo não foi relevante que o PSD e Cavaco tenham perdido as eleições de Outubro e Janeiro (e pensei também quantos deles, dos trabalhadores, terão cedido à tentação de votarem PS embora tivessem sido, em eleições anteriores, eleitores da CDU). Pensei que, se calhar, o comando da PSP do Porto ainda não sabe que mudou o governo, ainda que já tenha ouvido falar, isso sim, do 25 de Abril, golpe aliás praticado em total infracção das leis então vigentes. Pensei ter sido uma pena que as TV's não tenham informado de que o PCP há mais de um mês avisara o governo da situação naquela empresa e reclamara providências preventivas. E pensei também, se calhar não devendo tê-lo feito, que ministro e primeiro-ministro tinham reagido perante as câmaras como se também eles tivessem medo da polícia, o que, a ser verdade, lhes ficaria muito mal.

Porém, talvez o que mais fortemente me ocorreu, naquele dia e

carga. De resto, não há-de ser por acaso que alguns senhores agentes, que poderão ser brutos mas não são parvos, tantas vezes vêm, solícitos, tapar as objectivas das câmaras de reportagem, isto quando não se aplicam a espancar os operadores e a escavar as máquinas.

Esta convicção de que, em situações como esta, a existência da TV e a sua utilização em democracia é um precioso factor de cidadania, suscita-me alguns sentimentos aparentemente contraditórios. Por um lado, partilho a opinião cada vez mais generalizada de que a Televisão, tal como actualmente existe entre nós e em muitos outros lugares, é um tóxico cujo consumo indiscriminado e imoderado conduz rapidamente à inconsciência do real, ao desvario e, a longo prazo, a processos de autodestruição colectivos. Por outro lado, contudo, a TV revela-se um aliado quase decisivo do trabalhador espancado, de cidadão espoliado, do eleitor que de súbito aprende como se enganou, quando chegam sinistras «horas da verdade» em que ela, a Televisão, passa a intervir como testemunha. Então, quase me sinto impellido a arre-

pende-me de supostas severidades anteriores.

Felizmente, a crise que então parece ameaçar-me passa rapidamente: quando me lembro de que os bons serviços pontualmente prestados são a demonstração prática e irrecusável de que bem podiam ser, não a excepção, mas a regra. Até num caso como a da Abel Alves de Figueiredo se, estando a Televisão atenta e disponível, tivesse informado a opinião pública, isto é, o País, da tempestade que ali estava a formar-se, como aliás em decerto muitos outros lugares que ignoramos porque a TV só ocorre após os desastres consumados, porque se preocupa mais com as tempestades que assolam os Estados Unidos que com as desgraças silenciosas que percorrem Portugal. E, contudo, essa atenção potencialmente interveniente não seria exorbitação de funções, como alguns quererão alegar: cabia inteiramente num entendimento de autêntico serviço público que não se ficasse pela fachada e pelo óbvio. Mais ainda: proporcionaria ao governo a economia de ver, a presumível contragosto, trocado o estribilho eleitoral de «Razão e Coração» pela

desoladora realidade pós-eleitoral de bastão sem coração.

## Esta espera sem sinais

Dir-se-á, porventura, que a TV portuguesa, ou pelo menos a RTP confiada a novas mãos, há-de mudar, e mudar para melhor, em data mais ou

menos próxima. Talvez (abandono mesmo, quanto a isto, a veledade utópica de a ver percorrer o país a assinalar situações de alarme que clamam por providências); talvez, mas não se nota nada de jeito nesse sentido, e já passaram uns meses desde a instalação da actual administração da Radiotelevisão Portuguesa. Bem sei que o percurso de uma estação de TV não se altera em quinze dias. Bem sei que a Direcção de Programas já não é a de José Eduardo Moniz, por si próprio ou por interposta pessoa, e não faço a Joaquim Furtado a injúria e a injustiça de o tomar por equivalente. Cada vez me é mais difícil, porém, convencer-me de que, ao longo dos meses já decorridos, não era possível enviar para o exterior, em intenção dos milhares de cidadãos que desejam uma TV diferente ao menos no sector público, alguns sinais nítidos e inequívocos. Admitte-se que havia contratos assinados e programas que parecia mal deitar para o lixo (que, contudo, seria o lugar certo para o seu arquivo), mas será mesmo inevitável e indispensável continuar a dar o horário dito nobre a Marco Paulo, verdadeiro símbolo nacional do cançonetismo analfabeto; a Agildo, versão infame do humorismo à brasileira; a «Isto só Vídeo», antologia do luso parolismo aldrabão equipado com vídeo? Não poderiam estes momentos verdadeiramente exemplares ser, pelo menos, transferidos para as desoras onde surgem os melhores programas, a ver se a sua popularidade se mantinha intocada fora do «prime time»?

Suspeito de que faço a interrogação por mero egoísmo: é que se a TV, as TV's, não me fosse por vezes tão repugnante, com perdão da palavra que é talvez excessiva, eu não me sentiria agora tão dividido. Sinto-me grato à Televisão portuguesa, com compreensível destaque para a RTP, que por ser de capitais públicos continuo a considerar também «minha», por ter denunciado perante todos que a polícia não mudou de bastões nem de alvos. Mas, custa-me a continuar a suportar a dupla Elisa/Moniz, por exemplo, a dar-se ares de jornalistas credíveis

na sua famigerada «Prova Oral» (a propósito: na última emissão da rubrica, com João Cravinho como convidado, Elisa deu indícios de estar a virar de bordo, o que promete um processo de metamorfose que será divertido acompanhar). Fico a cismar: quanto tempo vai ainda durar esta minha/nossa espera? E pior um pouco: valerá a pena esperar?



ESCAPARATE

DISCOS



O moderno «popular»

«Pé na Tchôn, Karapinha na Céu», de General D e os Karapinhãs. Edição Emi-VC, 1995.

O primeiro trabalho discográfico de fôlego de General D talvez padeça dos defeitos de muitos outros primeiros trabalhos editados por

muitos outros grupos: a tentativa de meter «tudo» num único saco. Antirracismo, influências anglo-saxónicas, droga, prostituição, SIDA, África, negritude, os problemas das gerações africanas nascidas no nosso país, improvisação, homenagem ao rap feito em Portugal, a paz, o direito à diferença, os amigos... Um pouco do muito que General D quis dizer e mostrar neste seu primeiro álbum. Nas discotecas, na secção «África», o que está disponível é sobretudo um grito contra formas de estar na vida pautadas pela indiferença e um bom pedaço de música que explica como pode ser moderno o termo «popular».

O barítono do Jazz

Kevin Mahogany / «You Got What It Takes» - Enja ENJ-9039-2. Grav.: 19.03.95. Dur.: 55m 08 s.

Têm sido várias as vozes que, no Jazz feminino, têm continuado ao longo dos anos a tradição das referências maiores: Ella Fitzgerald, Billie Holiday ou Sarah Vaughan. Ao contrário, no campo masculino, pouco se tem visto e ouvido. Até que, há dois anos, apareceu Kevin Mahogany e logo a crítica foi consensual ao reconhecer-lhe qualidade q.b. para uma menção honrosa: o seu timbre de barítono é um excelente continuador da memória de Joe Williams. Neste seu segundo álbum para a editora Enja, o cantor é acompanhado por um trio seguro (Williams, Formanek e Lewis) e, no saxofone, por um histórico (Benny Golson). Vale a pena ouvir.



VIDEOS

Uma comédia romântica «à antiga»

Poderia Acontecer-te («It Could Happen to You»), EUA/1994. Real.: Andrew Bergman. Int.: Nicolas Cage, Bridget Fonda. Cor, 100 min. Edição: Columbia Tri-Star.

Charlie, um polícia de Nova Iorque, depois de encomendar um café para si e para o seu colega, verifica que não tem mais dinheiro para a gorjeta e acaba por prometer à simpática empregada, Yvonne, metade do prémio da lotaria, se este



lhe saísse. E o facto é que, no dia seguinte, lhe saem 4 milhões de dólares pelo que à empregada cabem 2 milhões... A partir daqui, Andrew Bergman constrói uma comédia interessante em que as interpretações de Nicolas Cage e Bridget Fonda não destoam e que se vê com agrado e um sorriso nos lábios... *Em alu-guer.*

EXPOSIÇÕES



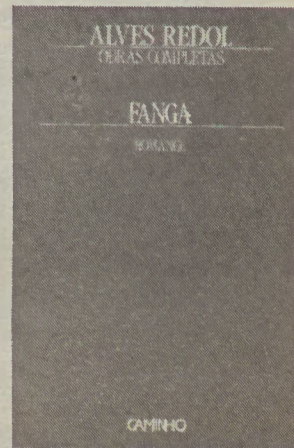
As fotos dos filmes

Na Culturgeste (Caixa Geral dos Depósitos) está patente até início de Abril uma excelente exposição de fotografias relacionadas com o cinema e os seus bastidores, em que alguns dos mais célebres fotógrafos da reputada Agência Magnum nos dão a ver as imagens de estrelas como Marilyn Monroe, Alain Delon, James Dean, Audrey Hepburn e Humphrey Bogard ou de realizadores como Orson Welles, Jean Renoir, Andrei Tarkovski, Joseph Losey e Frank Capra, entre tantos outros. Uma bela ocasião para surpreendermos os modos e os olhares daqueles que nos regalaram a vista.

LIVROS

Fanga

Alves Redol volta ao nosso convívio, de novo através da Editorial Caminho, que assim continua a publicação das Obras Completas, que iniciou com Gaibéus, a primeira obra deste autor - nome cimeiro da ficção neo-realista e um dos autores mais destacados dos meados do século. Redol escreveu - e publicou - toda a sua obra no interi-



or de um tempo de escuridão, em que a sua voz, como a de outros, se pretendeu e foi um rasgo de clareza. De finais dos anos 30 a finais dos 60 escreveu uma obra - sobretudo romances, mas penetrando com êxito na área do teatro e da literatura para crianças - cujos dezassete principais títulos a Caminho se propõe reeditar. Nestas Obras Completas, Fanga aparece hoje na sua 11ª edição, o que revela o sucesso editorial dos textos de Redol. Com este romance, escreveu Joaquim Namorado no prefácio que a presente edição inclui - "Para um retrato futuro de Alves Redol!" - fechou o autor, segundo as suas próprias palavras, o primeiro ciclo da sua obra, "espécie de primeira síntese (...), nela se investiu e remou a experiência iniciada em 1938, que até aí não passara de combate ou diálogo, quantas vezes dramático, entre um homem emotivo, a viver no sangue as evidências mais cruéis do seu tempo, e um escritor insatisfeito que procurava dar àquele a lúcida voz de razões clarificadas num meio danado pelas trevas". Uma edição que é um convite aos colecionadores de obras completas mas também dirigido a um público que de Redol conhecerá apenas o nome e a fama.

TEATRO

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. : ENFERMEIRA AO DOMICÍLIO, de Miguel Milhura, encenação de Fernando Gomes. Sala Estúdio - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17: Lobo-Wolf, de Abel Neves e Therese Collins, encenação de Steve Jonhstone.

CONVENTO

DOS INGLESINHOS Lisboa, Trv. dos Inglesinhos (Bairro Alto). Tel. 3460228. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CAMÕES - TANTA GUERRA, TANTO ENGANO, encenação de Silvina Pereira, pelo Teatro Mai-zum.

ESTRELA HALL

Lisboa, R. da Estrela, 10. Tel. 3961946. De 4ª a sáb. às 21.30. CAMINO REAL, de Tennessee Williams, encenação de Jerry Pope, pelos Lisbon Players (até 9 de Março).

TEATRO ABC

Lisboa, Pç. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AMAR LISBOA (Revista à Portuguesa).

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970669. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O ENSAIO, de Jean Anouilh, encenação de João Lourenço.

TEATRO ESTÚDIO DE MASSARELOS

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30. NÃO MATEM O MANDARIM, adaptação do texto de Eça de Queiroz, encenação de José Leitão, pelo Teatro Art'Imagem (até 2 de Março).

TEATRO GARCIA DE RESENDE

Évora. Tel. (066) 23112. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 15.30. NA COMPANHIA DOS HOMENS, de Edward Bond, encenação de Luís Varela, pelo Centro Dramático de Évora.

TEATRO MARIA MATOS

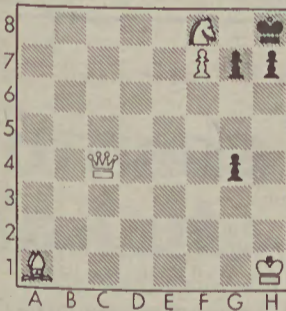
Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sábados, domingos e feriados, às 16.00: ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. AS TROIANAS, de Eurípedes/Jean-Paul Sartre, encenação de João Mota, com Eunice Muñoz e outros actores do elenco do Teatro Nac. D. Maria II e os cantores Fernando Serafim e Helena Vieira. Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. O PODER DO DINHEIRO, encenação de Graziella Galvani, com Fernanda Alves, Luís Madureira e Jeff Cohen. De 3ª a 6ª às 18.30, sáb. 15.30. CARTA A UMA FILHA, de Arnold Webster, encenação de Manuel Cintra, com Guida Rainho (até 9 de Março).

XADREZ

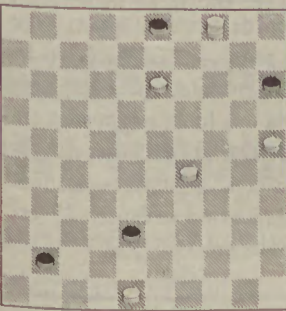
DL - 29 DE FEVEREIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996X013 Por: SAMUEL LOYD [SAM LOYD] Leipziger Illustrierte Zeitung, 23.X.1869 Pr.: [5]: Ps. g4, g7, h7, - Bal - Rh8 Br.: [4]: Pf7 - Cf8 - Dc4 - Rh1



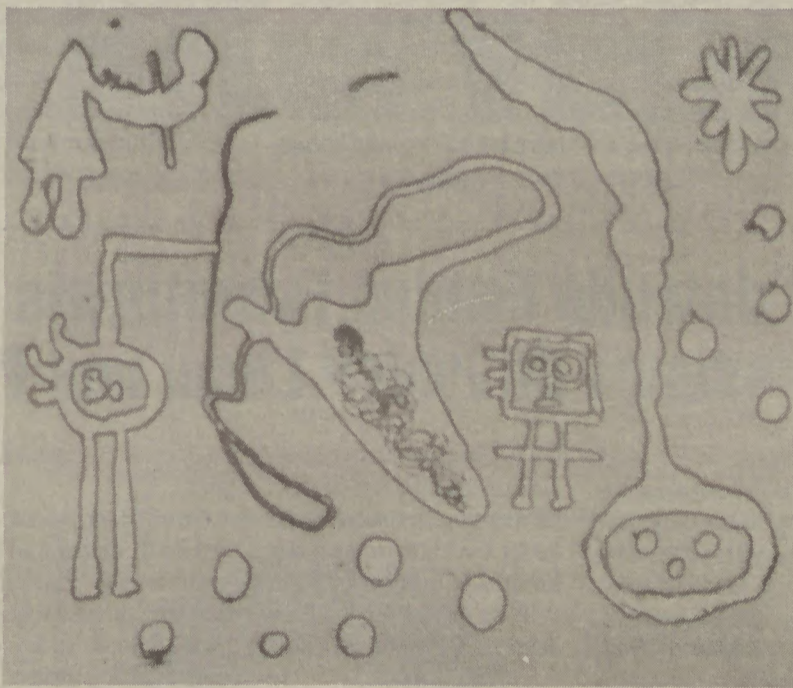
Mate em 3 lances  
\*\*\*  
SOLUÇÕES DO Nº 114  
Bc3/Bd4; 2. Dd3 g 1. .... Bc5/Bc6; 2. Df5 g 2. Cc6+ g 1. .... h5/Bb2; 2. Dd1 g 1. .... Nf1; 2. Dg2/Bc6+ g3; A. de M. M.

DAMAS

DL - 29 DE FEVEREIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996D013 Por: HENRI CHILAND - França, 1968 Pr.: [4]: 3-15-38-41 Br.: [5]: (4)-13-25-29-48



Branças Jogam e ganham  
\*\*\*  
SOLUÇÕES DO Nº 114  
42. (38x47) D3; 3. 4-36. (47x20) 7. 4. 36-47+ Nf196D013 [IL] Ch. P. 1. 13-9. (31x4) 2. 48 A. de M. M.



Um «Miró gráfico» que é apenas «Miró»

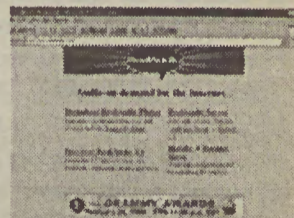
Uma colecção invulgar de gravuras de Joan Miró pode ser vista no Centro Cultural de Belém, a partir desta semana. São 100 gravuras provenientes do espólio do Museu da Rainha Sofia, que desmontam não ser de menor importância a actividade gráfica do pintor catalão.

Abrangendo um período que vai de 1936 a 1981, as gravuras expostas provam, por um lado, a persistência do trabalho em gravura ao longo de toda a vida de Miró, por outro lado revelam uma faceta importante desta obra nem sempre devidamente valorizada: Miró fez milhares de gravuras, utilizando as mais diversas formas de reprodução mecânica, quer

para fazer edições limitadas de reproduções de obras pictóricas — sob total controlo do pintor — quer para produzir originais ou, por exemplo, ilustrações de livros.

Esta faceta de «Miró gravador» teve aliás uma primeira consagração pública em 1954, quando lhe foi atribuído o Grande Prémio de Gravura da Bienal de Veneza, . O «Miró gráfico» teve, a partir daí, existência comum com o «Miró pintor» sem que, olhando cada uma das gravuras agora expostas em Lisboa, haja qualquer dúvida de que essa dupla identidade não seja afinal uma única: apenas «Miró». - PT

INTERNET



O som em «tempo real»

O que eles inventam! Se procurar em <http://www.realaudio.com/> o despreocupado «cibernauta» vai parar a uma página que lhe dá acesso à captura de uma programinha que lhe permitirá ouvir áudio «em tempo real» - ou seja, um software que suporta transmissão de música, programas de rádio, shows de multimedia, etc., etc. Ontem, por exemplo, poderia seguir-se, durante três horas em directo, o som do espectáculo da entrega dos Grammy da música a partir do Shrine Auditorium de Los Angeles. Claro que é necessária uma placa de som para se ouvirem estas maravilhas... mas, sobretudo, muita atenção à conta do telefone!

# ATALHE DE FOICE

## Espartaquem-se!

Presumir que se age para a História pode ser mesquinho, grandioso, ridículo ou tudo o que se quiser, no volúvel cardápio das avaliações sociais.

É, com certeza, intrinsecamente humano.

Nesta medida, quando o Chico Santana da minha infância assinava em cimento fresco, num discreto rodapé exterior, todos os tuguírios que tijolo a tijolo lhe saíam das mãos de mestre pedreiro, estava a funcionar sob a mesma pulsão - e com o mesmíssimo direito - que levou por exemplo Cottinelli Telmo a assinar as suas obras.

Ora se na arte, em geral, o agir para a História pode resumir-se a esta humana necessidade de reconhecimento, na política - a arte suprema como lhe chamam - a coisa fia mais fino.

A política é a arte do poder efectivo, e quem a exerce não está preocupado em assinar obra saída das próprias mãos.

O que interessa a um político que age para a História é deixar marca no conjunto da obra humana, fale-se dum regedor do salazarismo a inaugurar o fontanário que a aldeia fez, fale-se de Cavaco Silva a ordenar a construção da mastaba do CCB com milhões de contos do erário público.

Com um pormenor.

O político que age para a História pode ser tentado a reescrevê-la, manipulando o poder que detém em vida para garantir uma boa imagem além da morte.

Por exemplo, para eternizar o seu perfil de vencedor de insurrectos, o general romano Pompeu, o Grande, fez-se esculpir no mármore de uma estátua gigantesca. Hoje, cerca de 2.100 anos depois, da grandeza de Pompeu resta a estátua que ainda se pode ver no palácio Spada, em Roma.

Dos insurrectos por si esmagados, a memória não ficou na pedra mas nos homens: um, é o grande general Quinto Sertório (esse mesmo, o Sertório que chefiou os Lusitanos após o assassinato de Viriato), que fez mais em seis anos pela romanização da Península Ibérica que as legiões de Pompeu em toda a sua vida; o outro é Espartaco, o gladiador nómada nascido na Trácia que durante três anos dominou meia Itália à frente dum exército de 70 mil escravos em revolta, derrotando cinco legiões e empurrando a República Romana, no alvorecer do Império, para uma redefinição mais arejada do exercício do poder pelas classes dominantes.

Acréscce que a História, indiferente ao tamanho da estátua que Pompeu ergueu de si, não deixou de registar que as suas vitórias assentaram, no caso de Sertório no assassinato encomendado, e no de Espartaco no aproveitar da inevitável agonia dum revolta que outros generais romanos, nomeadamente Crasso, pagaram com língua de palmo.

Vem isto a propósito do surto de reescrita da nossa História recente que grassa por aí, tanto no branqueamento do fascismo e dos seus próceres, como na deificação de algumas figuras do campo democrático.

É assim que ex-pides e bombistas sobem à luz do dia a contar as suas aventuras como se não fossem bandidos que o processo democrático deixou sem castigo, que os Champalimauds, Espírito Santos, Mellos e C<sup>a</sup> regressam à ribalta como se não tivessem sido o suporte e os beneficiários de décadas de miséria nacional, que Marcelo Caetano e até Salazar são vendidos em «Estudos», «Memórias» e «Dossiers» como respeitáveis políticos da nossa praça.

Do outro lado reduz-se a luta antifascista a episódios pitorescos e a construção do Portugal de Abril à genialidade de algumas figuras, invariavelmente ligadas ao poder dominante. Durante o consulado cavaquista o pai da democracia era Sá Carneiro, agora mudaram os filhos e o pai é outro, chama-se Mário Soares. O ridículo vai ao ponto de, por entre biografias lambuzadas, se lhe chamar «o político do século», como se o percurso político deste homem fosse uma impoluta autoestrada de vitórias geniais. Pois ergam lá as estátuas que quiserem e que lhes faça bom proveito.

Mas tenham paciência: não será por isso que a História deixará de os espartacar a todos, como o fez ao Grande Pompeu...

■ HC

## ÚLTIMAS

# Com a presença de Carlos Carvalhas ORL debate flexibilização

Realizou-se anteontem, na Casa do Alentejo em Lisboa, uma reunião de quadros da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP sobre o tema «Trabalho com Dignidade - Não à flexibilização e à polivalência - Pelas 40 horas», iniciativa que contou com as participações de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, e de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, que começou por afirmar:

«Sem dúvida que o chamado Acordo Social de curto prazo, assinado em sede de concertação social pelo Governo, confederações patronais e UGT, constitui pelo seu conteúdo e objectivos uma peça exemplar numa opção política inquietante. Não estamos perante propostas conjunturais, mas antes perante medidas de fundo, de conteúdo estratégico que a serem configuradas no nosso edifício jurídico laboral, com carácter imperativo, constituiriam um rude golpe nos direitos fundamentais dos trabalhadores, levariam ao aumento da exploração, do desemprego, do poder discricionário das entidades patronais, à desorganização social dos trabalhadores», advertiu Carlos Carvalhas.

Mais adiante Carlos Carvalhas recordou que «se o Governo viesse a consagrar a flexibilidade e a polivalência isto significaria, claramente, novo impulso à intensificação de exploração, mais desemprego, mais precariedade».

«É por isso da maior importância que, com serenidade e de forma didáctica, se esclareçam os trabalhadores sobre a verdadeira política do PS, que este

procura escamotear, difundindo a falsa ideia que não pode ir mais longe na satisfação de reivindicações salariais e sociais e que procura o empolamento propagandístico de medidas pontuais positivas, acompanhadas de um discurso que procura prolongar benévolas expectativas sobre a sua acção, mas que não tem correspondência real na política que define e desenvolve», acentuou Carlos Carvalhas, que concluiu:

«E é preciso que se reafirme e que fique claro que não há na atitude do PCP face ao Governo do PS qualquer intransigência ou radicalismo. Em rigor, o que caracteriza a atitude do PCP é essencialmente a sua fidelidade às aspirações de mudança expressas pela maioria do povo português e, em coerência com ela, uma firme crítica



A ORL do PCP discutiu, na Casa do Alentejo, os graves problemas com que se debate o mundo do trabalho

e oposição de esquerda às orientações fundamentais do Governo do PS que se caracterizam pela intransigência e radicalismo colocado no prosseguimento - e, em algumas

áreas, no agravamento da política que corresponde aos interesses egoístas do grande capital e aos objectivos claramente perfilhados pelo PSD e pelo PP».

## Mata Cáceres admite irregularidades na Câmara Municipal de Setúbal

O presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Mata Cáceres, admitiu publicamente na terça-feira terem sido cometidas irregularidades na gestão do município, confirmando assim a justeza das conclusões do Relatório da Inspeção das Finanças, que recentemente procedeu a um levantamento na autarquia.

O relatório apontou «gravíssimas irregularidades» em praticamente todas as áreas das finanças da autarquia, empreitadas, serviços municipais, planeamento urbanístico, fornecimentos, letras, pessoal, etc.

Ao assumir as irregularidades, Mata Cáceres alegou o «espartilho da actual legislação», afirmando que qualquer autarca é forçado a cometê-las.

Contudo, esse não é o entendimento dos eleitos comunistas, que foram os primeiros a denunciar a gestão irregular na Câmara de Setúbal exigindo pareceres junto da Inspeção das Finanças e do IGAP (Instituto de Gestão e Alienação do Património).

Aliás, já no passado dia 18 de Dezembro, a Concelhia de Setúbal do PCP caracterizou a gestão de Mata Cáceres e da maioria PS

como «incompetente, perdulária e arrogante, surda às opiniões dos cidadãos e ao protesto das populações».

Na mesma ocasião, o PCP adiantou explicitamente, que «O ministro Sousa Franco não poderia ser indiferente aos elementos que sem dúvida disporia sobre os vários aspectos da gestão e funcionamento da Câmara Municipal de Setúbal, particularmente aqueles decorrentes do combate do PCP e da CDU pela reposição nesta autarquia da legalidade e da transparência».

## PCP defende Fundos Estruturais e presença do Poder Local nos PDR

A Comissão da Política Regional do Parlamento Europeu realizou na passada segunda-feira, em Bruxelas, uma audição sobre as intervenções estruturais em Portugal no âmbito da aplicação do II Quadro Comunitário de Apoio

(QCA), na qual participaram diversos peritos, representantes dos parceiros sociais e do Poder Local, entre os quais Rogério de Brito, membro do PCP, na qualidade de presidente da Câmara de Alcácer do Sal e da Associação de

Municípios do Litoral Alentejano.

Esta audição insere-se no âmbito da elaboração de um relatório sobre a matéria, que deverá ser discutido pelo Parlamento Europeu na sessão plenária de Maio próximo.

Na sua intervenção, Rogério de Brito salientou a necessidade de uma participação directa dos municípios e do futuro poder regional, bem como dos parceiros sociais, em todo o processo de definição dos Planos de Desenvolvimento Regional, através do estabelecimento de uma parceria efectiva.

Rogério de Brito recusou igualmente algumas críticas sobre a eficácia e transparência na aplicação dos fundos que, além de incidirem apenas sobre as regiões de «Objectivo 1» (que constituem a grande maioria dos fundos aplicados em Portugal), poderão ser utilizadas como argumento para tentar reduzir a atribuição de verbas no próximo QCA.

## Tenho um caderno igual ao teu Campanha de solidariedade com Cuba

Tenho um caderno igual ao teu, é o nome de uma campanha de solidariedade com o povo de Cuba, que a Comissão Nacional Contra o Bloqueio a Cuba lançou no dia 22 de Fevereiro, na Voz do Operário.

Nesta iniciativa estiveram presentes, entre outros, o embaixador de Cuba, German Blanco, o vereador Serra Graça, da Câmara Municipal do Montijo,

Idália Custódio, da Comissão Nacional Contra o Bloqueio e Diogo Pinto, presidente do Conselho Nacional de Juventude.

São objectivos desta campanha: alertar a opinião pública para a situação difícil em que se encontra o povo cubano devido ao bloqueio, tentar minimizar essas dificuldades e - o mais importante - tornar particularmente forte a ligação entre as

personas que nela participam e as que irão receber os cadernos em Cuba.

Por isso, cada participante irá comprar dois cadernos, ficando com um e enviando o outro para Cuba. Desta forma, o número de crianças e jovens cubanos a receber cadernos, corresponderá ao das pessoas que em Portugal participaram na campanha e têm assim um caderno igual.



06096